

Polícia do Paraná suspeita que suposta quadrilha possa estar atuando há muito tempo em todo o País

Investigações realizadas pelo Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride) da Polícia Civil do Paraná, em Curitiba, apontam para a existência de uma possível quadrilha que atua em todo o País.

De acordo com o delegado de Polícia Civil, o esquema de desaparecimento de crianças é muito antigo e pode envolver pessoas de diferentes níveis sociais.

O delegado de Polícia Civil, Mário Akira, afirma que a investigação do Sicride é muito antiga e pode envolver pessoas de diferentes níveis sociais.



Ana Luiza Verzola Cléber Gonçalves, mãe de uma criança desaparecida, é vista em uma reunião com autoridades policiais.

De acordo com o delegado de Polícia Civil, o esquema de desaparecimento de crianças é muito antigo e pode envolver pessoas de diferentes níveis sociais.

Ana Luiza Verzola Cléber Gonçalves

Apesar de exemplo para a própria polícia, desaparecida resolveu 400 dos 402 casos registrados nos cinco anos de atividade

Crianças desaparecidas

Dos 21 casos sem solução no Paraná, 11 foram registrados em Curitiba e Região Metropolitana

De acordo com o delegado de Polícia Civil, o esquema de desaparecimento de crianças é muito antigo e pode envolver pessoas de diferentes níveis sociais.



Quatorze casos ainda não foram solucionados

Pré-adolescente desaparecida há 12 anos tem perfil atualizado

Perfil de Leandro Bossi é "envelhecido" digitalmente



desapareceu há 12 anos, diz que recebeu vários telefonemas depois da divulgação do perfil atualizado de seu filho. O adolescente, no entanto, ainda não foi encontrado.

PR reencontra mais crianças

Números do Sicride são melhores do que os registrados no restante do Brasil



De acordo com o delegado de Polícia Civil, o esquema de desaparecimento de crianças é muito antigo e pode envolver pessoas de diferentes níveis sociais.

Sicride é reconhecido no Exterior

Das 439 ocorrências registradas, apenas dois casos ainda não foram solucionados

O Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (Sicride), da Polícia Civil do Paraná, implantado em 1995 e pioneiro no Brasil, foi reconhecido pela Polícia Criminal Internacional (Interpol) como modelo a ser adotado por outros países na prevenção e solução de casos de desaparecimento de crianças menores de 12 anos.

PR reencontra mais crianças

Números do Sicride são melhores do que os registrados no restante do Brasil

Casos "fujonas" preocupam

Sicride tem reconhecimento de polícia internacional

Das 439 ocorrências registradas, apenas dois casos ainda não foram solucionados e estão sendo investigados

Arlete Caramês, mãe coragem do Paraná

Por alguns dias, Arlete Caramês sempre teve medo que seu filho fosse encontrado vivo. Parando por aí, ela se perguntava se o filho estava vivo ou morto.

DNA ósseo identifi

De acordo com o delegado de Polícia Civil, o esquema de desaparecimento de crianças é muito antigo e pode envolver pessoas de diferentes níveis sociais.

SICRIDE

Um retrato das ações contra o desaparecimento de crianças no Paraná

SICRIDE

Um retrato das ações contra o
desaparecimento de crianças no Paraná

Todos os direitos reservados aos autores.
Maringá, 2012

Edição

Rosane Verdegay de Barros

Editoração

Isadora Casavechia

Capa

Thiago Ximenes

Fotos

Ana Luiza Verzola
David Souza (p. 43)

Às mães, aos pais e a cada pessoa que luta
incessantemente em prol do combate ao
desaparecimento de crianças, dedicamos este
trabalho.

“Eu acredito que, nas ruas do mundo, o grande desafio é olhar para ver. E olhar para ver é perceber a realidade invisível - ou deliberadamente colocada nas sombras. Olhar para ver é o ato cotidiano de resistência de cada repórter, de cada pessoa.”

Eliane Brum

SUMÁRIO

CAPÍTULO UM	
A última lembrança	11
CAPÍTULO DOIS	
Mudança de rumos	71
CAPÍTULO TRÊS	
1995 a 1997.....	81
CAPÍTULO QUATRO	
1997 a 2003	99
CAPÍTULO CINCO	
2003 a 2007	119
CAPÍTULO SEIS	
2007 a 2008	141
CAPÍTULO SETE	
2008 a 2011	151
CAPÍTULO OITO	
Dezembro de 2011.....	177
CAPÍTULO NOVE	
“Ter um filho desaparecido é ter a vida suspensa”	187

PRIMEIRO CAPÍTULO

A ÚLTIMA LEMBRANÇA

Antes de 1995, 12 crianças do Paraná estavam desaparecidas. Em 1992, seis sumiram. A mais antiga, de 1980, é de Foz do Iguaçu.



1991

Acordou apressada, arrumando-se rapidamente e mal aproveitando o café da manhã. Era preciso chegar ao trabalho, afinal, uma nova jornada se materializava diante da nova semana. Dona de olhos castanhos e do cabelo de mesma tonalidade bem ajeitado, na altura dos ombros, Arlete lembrou-se de uma tradição que a acompanhava sempre que saía de casa, todos os dias: dirigia-se ao quarto onde repousavam dois amores incondicionais – o filho, de 8 anos, e a própria mãe, que fazia aniversário naquele mesmo dia, completando 67 anos. Ela encostaria os lábios na testa do primogênito, desejando estar logo em casa para desfrutar da companhia da família. O horário de almoço não deveria tardar – era o momento que Arlete reservava para os entes queridos e também para aprontar o lanche da criança, que cursava a 2ª série do primário. Entretanto, naquela manhã, o ato materno não se repetiu. Havia a urgência em chegar na hora certa ao trabalho. Ela saiu da residência de fachada em tom pastel e janelas grandes, localizada na rua Osório Duque Estrada, número 850, no Jardim Social em Curitiba. Arlete fechou o portão pensando no beijo que não havia dado no pequeno Guilherme.

O expediente se estendia no Banestado, hoje banco Itaú, onde ocupava o cargo de secretária executiva. O telefone tocou por volta das 10h. Arlete atendeu e reconheceu a voz de criança do outro lado da linha. O filho perguntou onde estavam os trocados que achara no passeio realizado no fim de semana. Tentou convencer a mãe, com uma exaltação típica da idade, de que tinha bons planos para o dinheiro. Não

se contentava com os brinquedos espalhados no quarto que dividia com a avó, nem do gato e do cachorro que circulavam pela casa. Considerou que seria prudente dividir sua afeição por animais com um futuro bicho de estimação, que seria comprado com aquela quantia, que ele calculou ser razoável para a aquisição: um coelhinho branco seria o novo membro da família Tiburtius. Acordo feito. Não havia como fugir da persuasão de uma criança tão doce. Arlete sentiu a alegria irradiando mesmo por telefone. Criança não contém sentimentos, não reprime felicidade – transborda qualquer emoção, de forma sincera. E era certo que Guilherme estava acompanhado de uma empolgação contagiante naquele momento. Mandou-lhe um beijo pelo telefone sem imaginar que seria a última vez que ouviria aquela voz.

Após 21 anos, relatar as últimas lembranças do filho já não é um desafio insuportável para Arlete Ivone Caramês. Embora jamais tenha perdido as esperanças de reencontrá-lo, já se vê a ausência de emoção ao repetir a história tantas vezes solicitada ao longo desses anos. Os olhos não ficam marejados, a voz não embarga – nem mesmo é proferida. Uma documentação de quatro páginas é empurrada sem muita vivacidade pela mesa, em direção aos repórteres. A sala comercial do edifício Minerva Barão, na rua José Loureiro, região central de Curitiba, abriga a Organização Não Governamental (ONG) presidida por Arlete desde a criação, em 1992. No espaço, estão espalhadas algumas fotos de um menino com o cabelo escuro, a pele branca, os olhos brilhantes e espertos. É possível ver, em todo o cômodo, fotos que projetam a imagem de como o garoto seria com 13 anos, 19 e hoje, já adulto, com 29 anos. As novas gerações podem até ter ouvido falar, mas talvez não se recordem dos detalhes que permanecem nas lembranças dessa mãe que está sem o filho há mais de

duas décadas. A dor do desaparecimento não cabe na classificação de um luto familiar. Não se sabe o que aconteceu com a criança, se está viva ou morta. Traduzir em palavras o pânico que aflige os pensamentos e ao mesmo tempo aquece as esperanças de uma luta que perdura sem muitas pistas, baseia o futuro em hipóteses. Amedronta e castiga. E por quê?

Quando lá fora há fome... chuva... frio... desabrigo... violência... Para os pais, o simples ato de comer, de se cobrir, de se vestir e até de sorrir, é um ato doloroso. Como comer, se o filho pode estar passando fome? Como se agasalhar, se o filho pode estar passando frio... miséria... desamor... sofrimento e violência? Como sorrir... se o filho pode estar chorando?

(Trecho de carta escrita por Arlete quando completou 14 anos do desaparecimento do filho)

O dia 17 de junho de 1991 nascia ensolarado, renovando as atividades que começavam naquela segunda-feira. Guilherme acordou animado, refletindo toda a energia típica das crianças que fazem os adultos pensarem: “De onde vem tanto pique?”. Saiu de casa para cumprir a rotina que tinha antes de ir para a escola, mas não foi muito longe - a missão era dar uma volta de bicicleta na quadra, percurso que ele já havia feito muitas outras vezes. Calçava chinelos de dedo e vestia uma bermudinha combinando com uma camiseta listrada em azul com botões de cor amarela, tal qual o sol daquele dia. O passeio demoraria o tempo de a barriga clamar pelo almoço feito pela avó. Enquanto o estômago não resmungasse, ele aproveitaria ao máximo a tranquilidade do bairro e o frescor do bosque que ficava logo do outro lado da rua, como uma

extensão dos jardins bem cuidados das residências. Sueli Caramês, a avó, saiu de casa em direção ao portão. Segurou firme na grade e chamou pelo neto, avisando-o que o almoço estava pronto. A fome não batera à porta ainda e Guilherme Caramês Tiburtius resolveu pedalar mais um bocado pelas ruas largas e arborizadas que contornavam as moradias. Sempre gostou de bicicletas, esta não era a primeira que tinha, embora fosse a que mais gostava. De cor preta, ao montá-la fingia ser uma motocicleta, e pilotava com desenvoltura o brinquedo que havia domado sozinho. Um esportista nato, que cedia emburrado aos limites impostos para suas aventuras. A recomendação da avó era clara: só podia andar na quadra de casa. O Jardim Social, onde moravam, era um bairro nobre e pacato da capital paranaense, estritamente residencial e com habitantes de alto poder aquisitivo.

- Vó, vou dar mais uma voltinha e já venho! – avisou, encostando a bicicleta na calçada em frente de casa para respondê-la.

Guilherme era fruto de uma gravidez tardia, de risco e muito desejada por Arlete, que tinha quase 40 anos quando decidiu que assumiria a responsabilidade que mais quis ter na vida: a de ser mãe. Arlete percebera, ao segurar o menino nos braços pela primeira vez, que dar a luz não era um papel restrito apenas às mães – a criança é quem vinha a iluminar toda a família. Certa de que a idade representava um risco para outras gestações, após Guilherme ter vindo ao mundo Arlete optou por uma operação que tornaria o amor da família exclusivo ao único filho, a alegria da casa. Como bons tesouros que devem ser bem guardados, o medo de que o garoto lhe fosse tomado do seio familiar era o que mais atormentava a vida de Arlete, que trabalhava fora e não podia se dedicar integralmente à função que elegera como prioridade: cuidar de

Guilherme. A educação e a atenção dadas ao menino eram divididas entre a mãe, a avó e o pai, Ewaldo Oscar Tiburtius.

Com a comida já posta à mesa, dona Sueli resolveu apressar o neto que iria para a escola no período da tarde e ainda precisava tomar banho antes de sair. Arlete já estava para chegar e ele tinha de estar arrumado para pegar o ônibus. Saiu ao portão antes mesmo de o desespero soar a campainha.

- Guilherme!

Sem resposta. Por onde andaria o menino? Esperou.

- Guilherme!

Sem resposta. Teria desobedecido aos avisos e ido mais longe de casa?

- Guilherme!

Ao não ouvir a voz do neto, nem avistá-lo, Sueli refez o trajeto já natural ao menino, sem encontrá-lo. Ele nunca mais foi visto desde então.

Após constatar o desaparecimento do menino, dona Sueli avisou a filha por telefone do que havia acontecido. Imediatamente, a iniciativa que Arlete tomou foi percorrer o bairro à procura do filho – o pensamento frequente era a expectativa de que Guilherme estivesse na casa de algum vizinho, brincando com algum amiguinho do bairro. No período, predominava o mito de que, para acionar a polícia em caso de desaparecimento de qualquer pessoa, era necessário aguardar 24 horas para registrar o boletim de ocorrência. Em casos de crianças, o mesmo tempo também era erroneamente respeitado. O laço familiar do chefe de Arlete, Heitor Wallace de Mello e Silva, então diretor do Banestado, primo de Roberto Requião, governador do Estado na época, favoreceu o

drama familiar com o qual se depararam - por conta dessa proximidade, Silva não poderia deixar a funcionária na mão em uma situação assim. O acionamento da polícia ocorreu no mesmo dia, pouco depois de terem verificado que o menino poderia ter sido sequestrado.

A partir das 13h30 daquela segunda-feira, uma equipe de polícia averiguava o desaparecimento na região da capital paranaense por ora considerada tranquila. Cães farejadores, carros, parentes e uma legião frustrada pela falta de pistas, que não apareceram. Nem sequer a bicicleta foi encontrada. Um mistério que devastou a família, outrora estruturada, e o próprio Paraná na ocasião. Guilherme não foi o único a ter seu paradeiro desconhecido pelos pais e pela polícia – e infelizmente não será o último caso a provocar comoção pública em condições tão intrigantes.

Em um primeiro momento, após superar o baque inicial de que o filho estaria longe de sua proteção, Arlete foi encaminhada para a Delegacia de Homicídios – de onde partiu o choque que a mobilizaria por uma mudança. A impressão que se tinha era de que a busca se dava por um corpo já sem vida, e não pelo sorridente Guilherme. Durante os sete meses seguintes, Arlete abdicou do emprego e passou a se dedicar a uma causa que, ainda não sabia, a acompanharia para caminhos que destoavam do que ela esperava como mãe, e de toda a vida que imaginou quando o filho ainda estava no próprio ventre. No tempo decorrido do desaparecimento de Guilherme, ela fez questão de acompanhar de perto as investigações da polícia. A cada ligação, o coração palpitava e um jorro de esperança inundava aquela mãe em constante aflição. A ansia desaguava em mais lágrimas de inconformidade pela falta de notícias – sofreguidão dimensionada pelas ligações anônimas que se deleitavam com o desespero alheio. Foram centenas de chamadas que nunca resultaram em uma solução ou pista que se concretizasse. Após um tempo, o arquejo das ligações foi substituído pela repulsa de comentários negligentes.

“*Tenho umas 24 fitas gravadas de trote. Digo que é trote porque nunca chegaram a uma conclusão. Um dos últimos que tenho é de uma menininha que ligou para casa, na época eu tinha bina [identificador de chamada], dizendo que o Guilherme estava enterrado não sei aonde. Ela não sabia que eu tinha bina e retornei a ligação. Era de uma igreja, a filha do pastor. Uma menininha. Coisa da cabeça deles, de criança. Mas tinha um monte de trote. Logo que o Guilherme desapareceu, no dia seguinte, uma pessoa ligou falando estrangeiro, uma voz meio enrolada, dizendo que estava com ele. Ligou várias vezes, mas nunca se chegou a ele. Outro detalhe: a polícia gravava e 15 dias depois eu recebia a gravação de onde era a ligação, e não resolvia nada.*”

A indignação não era restrita àquela mãe. Antes mesmo de o filho desaparecer, outras famílias paranaenses já enfrentavam a dor de um ferimento que não estanca. Não se cura, não cicatriza e fica à margem do tempo, na espreita de uma esperança que não finda. Antes do Guilherme, quatro crianças já estavam longe do afeto familiar. Depois, mais sete desapareceram até que uma mudança de fato, acontecesse.



1980

Reza a lenda que as margens do rio Iguaçu, além do contorno da mata, também era contornada por ocas de uma tribo de índios caingangues. A fábula perpetuada em Foz do Iguaçu conta que Napi, uma bela índia de cabelos escuros e longos, chamava a atenção pela beleza natural, tão intrínseca quanto a fauna e flora que conviviam harmoniosamente com os atributos da moça, filha do cacique chamado Igobi. A tribo em questão cultuava um deus chamado M'Boy, que era representado pela imagem de uma serpente – o deus era filho de Tupã, deus do trovão. Os traços delicados e marcantes da filha de um dos líderes da tribo fizeram com que ela fosse dedicada ao deus protetor assim que nasceu.

O destino dela poderia terminar na entrega a M'Boy, não fosse um jovem do grupo perceber que estava perdidamente apaixonado pela moça. Entre os caingangues havia um guerreiro chamado Tarobá, que se encantou por Napi tão logo conheceu a bela índia. Não era o único a ficar encantado com a leveza de seus movimentos somada às suas características joviais – quando esta se debruçava na beira do rio para ver o próprio reflexo, as correntezas cessavam, estagnando para que as águas também pudessem apreciar os traços de seu rosto. Tarobá teve seus sentimentos correspondidos pela menina, que decidiu fugir com ele durante um festejo de sua própria consagração.

Enquanto o cacique e o pajé compartilhavam uma dose de cauím, uma bebida a base de milho fermentado, a aldeia toda dançava em clima de celebração. Os amantes aproveitaram a distração para fugir em uma

canoa, navegando pelo rio que se arrastava por um longo percurso. O deus M'Boy, ao perceber que a jovem havia fugido, não mediu sua frustração. Enfurecido, adentrou os sulcos mais íngremes da terra e retorceu todo o corpo, criando uma abertura que resultou em uma imensa catarata. A própria água que os arrastava rumo à felicidade abraçou o jovem casal, fazendo com que caíssem de uma grande altura. E, juntos, desapareceram.

A lenda relata de maneira lúdica como foi a criação do principal ponto turístico da cidade fronteira com o Paraguai e Argentina: as Cataratas do Iguaçu. Localizadas no Parque Nacional do Iguaçu, hoje são reconhecidas como uma das setes maravilhas da natureza. As centenas de quedas d'água encantaram os internautas do mundo inteiro nos últimos anos, e culminou no resultado da eleição promovida pela fundação suíça New Seven Wonders, responsável pelas votações que também resultaram nas novas sete maravilhas do mundo moderno, entre outras ações realizadas pelo grupo. A cidade habitualmente quente abriga 256 mil habitantes, de acordo com dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Seja qual for a explicação para o fato, o número da população encolheu – em 2000 o mesmo censo apontou 258 mil moradores. Para uma das famílias, décadas antes, pouco importava se Foz do Iguaçu comportava dois mil habitantes a mais ou a menos, desde que o filho fizesse parte de tal contabilização.

Em abril de 1980, Elenilde Alves da Silva e Antonio Carlos da Silva comemoravam o aniversário do filho, que completava 4 anos no dia 11 daquele mês. Ao assoprar as velinhas azuis posicionadas no centro do bolo feito pela própria mãe, Mikelangelo Alves da Silva observava atento às chamas dançando pouco a frente do rosto em formato oval. A criança não pensou em nada que pudesse desejar de pronto. Ele mantinha os olhos fechados, e a mãe notava como seu menino estava crescendo e virando um homenzinho – logo as responsabilidades aumentariam, e ele deveria aproveitar aquele ano antes que a época de escola chegasse. Os

meses seguintes passaram assim que abriu os olhos. O tempo passava rápido e a cada mês os pais assistiam de o espetáculo do crescimento do próprio filho. O Dia das Crianças já era passado, e Mikelangelo pensava no que poderia pedir ao pai de presente de Natal.

O primeiro dia de novembro marcava um sábado sossegado no bairro onde a família Silva morava: Jardim América. A vizinhança era ladeada pela Avenida Juscelino Kubitschek e Avenida Beira Rio, ao lado da fronteira. Durante essa época ainda se acompanhava o desenvolvimento ligado às transações entre Brasil e o Paraguai, principalmente para o distrito Ciudad Del Este no país vizinho. Tal qual a tribo indígena do folclore local, a família morava também perto de um rio: o Rio Paraná, que fazia um caminho sinuoso, brincando com a linha que separava as nacionalidades. Com águas revoltas, passeava por entre brasileiros e paraguaios com facilidade, desaguando em um espetáculo que só a natureza poderia proporcionar com tanto esplendor.

O garoto tinha pele branca, cabelos e olhos castanhos. As madeixas lisas eram arrumadas para o lado direito do rosto, formando uma franja de lado sobre a testa do menino. Naquele dia ele saiu de casa para brincar com os vizinhos, aproveitando a infância que teimava em passar depressa. Era véspera de finados, e o maior movimento concentrava-se no comércio da região central da cidade, com o aumento de venda das velas e flores. Mikelangelo não se importava com a data, não podia ainda compreendê-la, e aproveitou as ruas vazias do bairro afastado para correr com a molecada da rua. Despediu-se da mãe e saiu, e igual aos personagens da história que narrava a criação de sua cidade, desapareceu.

A lenda dos caingangues revela que Napi, a índia que fugiu com seu grande amor, transformou-se em uma das tantas rochas centrais das cataratas, circundadas pelas águas perturbadas. Tarobá, o jovem guerreiro, tomou forma de uma palmeira, fincada próxima a um abismo, com leve inclinação à garganta do rio. Acreditavam que abaixo da palmeira

existia uma gruta anexa à Garganta do Diabo, onde um monstro vigiava as duas vítimas. Já o final da história do garoto de 4 anos ainda não foi revelado. Não se sabe o que aconteceu com Mikelangelo, no que foi capaz de arrastá-lo para longe da própria família. Sabe-se que sua condição de criança o transformava em um anjo.



1986

Era comum o garoto Adriano Marques da Silva passar momentos do dia na companhia do pai, Romão Marques da Silva, no portão de casa. Cascavel, região oeste do Paraná, era um município em crescente desenvolvimento e que vinha se destacando no cenário estadual. A intensificação das atividades industriais e do setor agropecuário, em ascensão a partir do início da década de 1970, fortalecia a identidade da cidade e contribuiria, mais tarde, para a vinda de pessoas de diferentes regiões brasileiras, tornando o município o quinto mais populoso do Estado.

Era 29 de julho de 1986. A região apresentava durante o inverno temperaturas extremamente baixas, registrando inclusive geadas constantes. Adriano já havia almoçado na companhia do pai e da mãe, Maria da Luz Cabral da Silva. Vestia uma blusa de lã preta e calça de cor azul desbotada. Calçava sapatos gastos, com marcas das ruas de terra nas proximidades de casa, onde costumava passear. Corantes nos cantos da boca indicavam que não fazia muito tempo que havia almoçado.

Enquanto o pai olhava para a rua à frente da casa, sob os fracos raios do sol, o garoto de 7 anos desenhava na calçada com uma pedra que encontrara. Desejou por doce e pediu ao pai. Romão sorriu e lhe deu algumas moedas. A pedra, usada para registrar rabiscos, foi deixada no chão. Adriano sustentava um sorriso largo no rosto, e correu agilmente em direção a uma mercearia, a poucos metros dali.

Alguns minutos já haviam passado e o menino não tinha retornado.

Por que a demora? Será que o dinheiro era suficiente? Será que ele tinha encontrado algum conhecido no caminho? Será que encontrara o doce que procurava? Com essas perguntas em mente e sem nenhuma resposta, o pai saiu em direção ao local que o filho tinha se dirigido. Entrou, andou por entre os curtos corredores, olhando por entre as prateleiras. Não avistou o menino. Foi ao caixa afirmando que o filho tinha ido ali e que precisava de uma resposta. Ouviu as palavras que lhe causariam desespero: “Não entrou nenhuma criança aqui”.

Por mais que percorresse a pé o bairro em que morava, pedisse ajuda e informações a conhecidos e estranhos, nada mudava. Iniciava ali uma luta incessante e dolorosa pelo encontro de Adriano. Do filho, as últimas lembranças que teve foram os rabiscos na calçada e a pedra usada para os registros.



1987

Uma casa simples de madeira na cor verde, localizada no bairro Pinheirinho, região sul de Curitiba, destacava-se pela constante movimentação de pessoas nos fins de semana. Como trilha sonora ao cenário bucólico, os gritinhos efusivos da criançada já denunciavam a proximidade do Dia das Crianças. Naquele 11 de outubro de 1987, tarde de domingo, uma família se reunia como de praxe para brindar o momento que todos podiam compartilhar juntos. A riqueza ali era traduzida por alegria e a simplicidade do ambiente só confirmava que não era preciso muito para estar feliz. Com o portão fechado, os primos corriam e brincavam no quintal em frente à casa de Luiza Novicki, que contemplava o sobrinho e afilhado de um ano e oito meses Rodrigo, primeiro filho da irmã Elisabete Novicki de Oliveira, a Bete. Os braços rechonchudos do menino ficavam ainda mais evidentes na regatinha estampada que usava, combinando com o short azul e os chinelos de mesma cor. Ele se divertia, entretido nas brincadeiras com as outras crianças pelo espaço em frente à residência.

A sombra frondosa do abacateiro no jardim da casa era usada em uma vã tentativa de refrescar o dia quente na capital paranaense. Local perfeito para os tios montarem guarda e ficarem de olho na molecada enquanto colocavam o papo em dia. Bete estava com o marido, Antonio Leal de Oliveira, dentro da casa, junto de outros parentes. Já algum tempo após o almoço, ela se distraía abrindo e cortando um coco para oferecer ao filho, que certamente iria adorar levá-lo à boca. Antonio conversava

animadamente com os cunhados e Bete pediu licença para levar o fruto ao menino que ainda não tinha todos os dentinhos de leite formados. Era perto das quatro da tarde, quando, segurando um pedaço entre os dedos, ela cruzou a sala, foi até a janela e chamou a irmã, perguntando por Rodrigo. Um piscar de olhos bastou. A resposta negativa deu início a um pesadelo do qual a família, após um quarto de século, ainda não acordou.

Sem telefone em casa, o orelhão na esquina próxima serviu de apoio para avisarem as rádios locais e a polícia. Foram informados de que o boletim só poderia ser registrado no outro dia. Poucas pistas foram apontadas, muito se especulou e só restaram incógnitas. Sequestro? Tráfico?

As esperanças davam vez à revolta que crescia no peito de Antonio a cada vez que a família, aos prantos, se encaminhava à delegacia. Questionavam o pai se a os parentes tinham alguma pista que pudesse auxiliar nas investigações, fazendo com que todos se sentissem culpados pelo desaparecimento que aconteceu no quintal da casa da própria tia do garoto. De vítimas, foram colocados como suspeitos ao serem questionados se por ventura teriam vendido o pequeno Rodrigo ou dado o garoto para adoção. Para o pai, não fazia sentido: se tivessem feito isso, por qual motivo estariam desesperados na busca pelo menino? Por mais que a família tivesse dificuldades financeiras, tal possibilidade jamais fora cogitada pelos pais de primeira viagem, horrorizados com tal posicionamento.

Uma das informações que chegou até os Novicki foi que a fotografia do filho teria sido encontrada dentro da bolsa de uma traficante de crianças e, como argumento, a mulher disse que estava indo para Israel investigar o caso. Nenhuma resposta foi obtida desse relato, e a cada dia esperavam pela chegada do menino. A gota d'água foi quando um dos policiais da época se dirigiu para o pai e disse que não tinha uma bola de cristal para saber o que teria acontecido com o bebê. A vida seguiu com

uma lacuna que nunca foi preenchida. Os dois caçulas de Bete e Antonio sempre ouviram dos pais histórias sobre o desaparecimento de Rodrigo, o irmão mais velho que nunca conheceram. O nome jamais será apagado da memória da família e das orações diárias da tia Luiza.



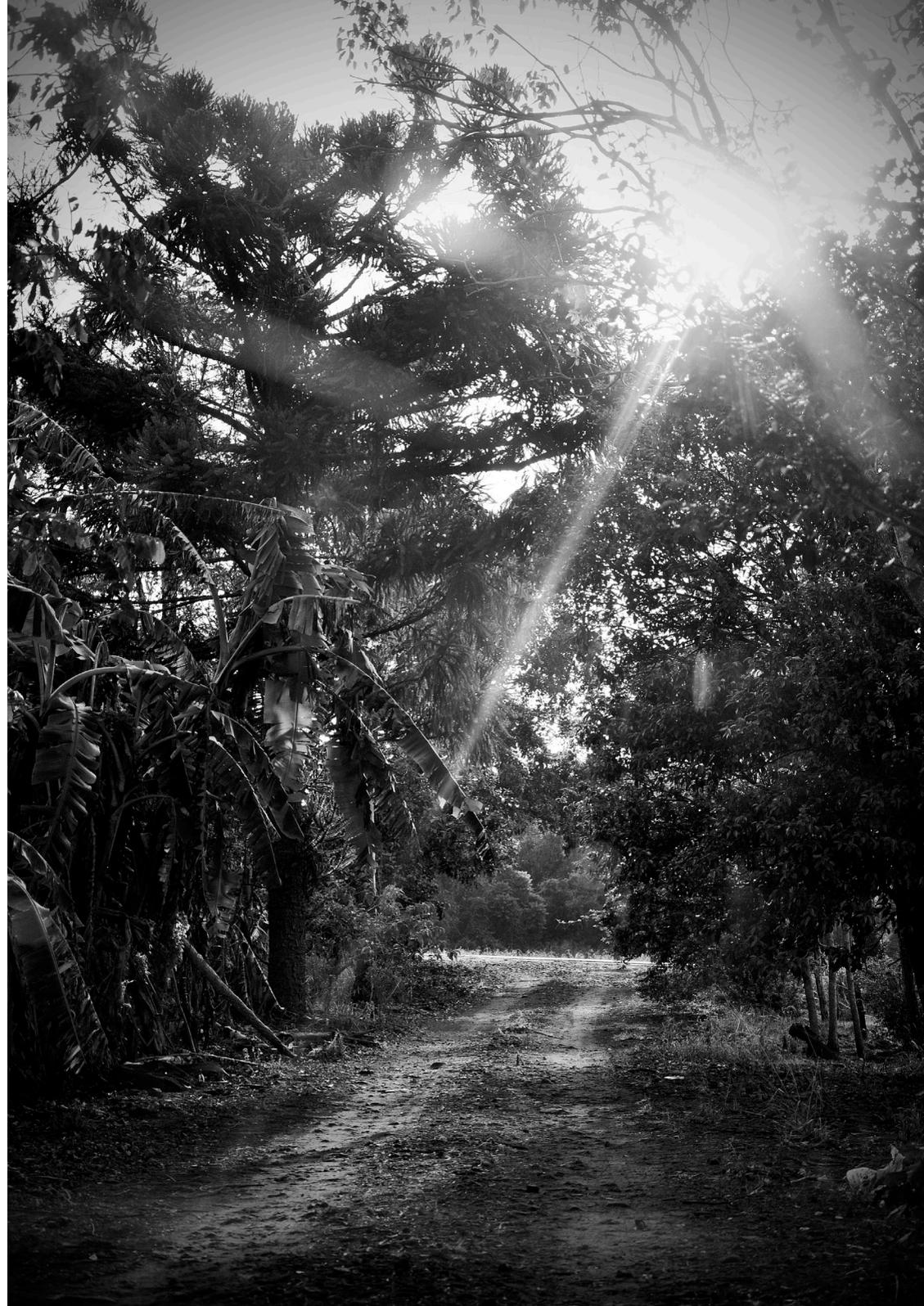
1988

Ewerton, então com 3 anos, não esperava sentir dor enquanto brincava. Machucar-se em momento tão prazeroso? Inimaginável. Foi em uma ocasião assim, em 1988, que após um tombo, o garoto ganhou um “belo” corte um pouco acima da sobrancelha direita. Foi um grande susto para os pais, mas não maior pelo qual ainda iriam passar. No fim do mesmo ano, a família toda se preparava para comemorar o Natal na praia. Lá, em meio aos castelos de areia e a água salgada, os pais já imaginavam Ewerton descobrindo que o Papai Noel havia atendido seu pedido. O menino iria ganhar de presente um helicóptero azul de brinquedo, pedido feito com entusiasmo pelo garoto. Ainda era 23 de dezembro, mas a ansiedade pelas surpresas que a viagem de Curitiba ao litoral paranaense prometia não lhe dava trégua.

Mais velho de três irmãos, Cleverson de um ano e Emerson, com 19 dias, a mãe entendia a expectativa do menino de olhos e cabelos castanhos claros, que naquele dia não acompanhou o pai, José Vicente Gonçalves ao trabalho, como costumava fazer. Tentou se concentrar no que a televisão transmitia, mas não conseguiu. Queria esperá-lo na frente de casa de cômodos pequenos, localizada no bairro Ahú, região norte da capital do Estado, como sempre fazia. Mesmo que a contragosto, a mãe permitiu que ele fosse aguardar o pai lá fora – em outras ocasiões, eles teriam ido juntos a um jardinete de 456 m² próximo, compartilhando a espera. Na agitação, o menino deu alguns passos a mais que o de costume, em uma tentativa furtiva de ir ao encontro de José, conhecido como Zezo,

que a essa altura já fazia o caminho de volta para casa. Passaram-se 15 minutos até que o pai chegasse com o carro do cunhado, que os levaria para o litoral. Ewerton quando saiu de casa vestia uma regata, shorts e chinelo do personagem Topo Gigio, bastante popular na década de 1980. Era para ele ter encontrado o pai logo que Zezo passou pelo jardim, o que não aconteceu. A cicatriz na sobrancelha do menino não foi a única marca deixada naquele ano.

O bairro com casas de estilo europeu estava calmo, consequência das festividades de fim de ano que levaram a vizinhança a pegar a estrada ou migrar para casa de parentes em outras localizações. A poucos metros do lar da família Gonçalves, um servente de pedreiro estava sentado em um bar, observando a rua vazia e um garoto conversando com um homem. O condutor então levou o menino chorando pela rua Mateus Leme. Depois que a notícia do sequestro de Ewerton se espalhou pelo bairro, o trabalhador reconheceu a criança que morava pelos arredores, e deu-se conta de que testemunhou a ação. Mais tarde ele contribuiu com um depoimento à polícia afirmando que vira o garoto entrando em um veículo, seguindo para longe dali. Com as poucas informações que recordava, o pedreiro conseguiu construir um retrato falado da pessoa que dirigia o carro. O que viu, no entanto, não trouxe Ewerton de Lima Gonçalves de volta para a mesma casa que, ainda hoje, os pais e os três irmãos moram. Anderson, o mais novo, não chegou a conhecer o irmão. Os Natais daquela família nunca mais foram os mesmos.



1990

Parecia um dia como outro qualquer. O município de Roncador, localizado na região centro-oeste do Estado do Paraná, com uma população que não chegava a 10 mil habitantes, aparentava a comum tranquilidade de uma comunidade cercada por belezas naturais. Era 22 de maio de 1990, terça-feira, e a temperatura alta podia ser sentida logo nas primeiras horas do dia. Antes mesmo que o sol aparecesse, exuberante, furtando o espaço da escuridão da noite, dona Djanira já estava de pé. O aroma do café caseiro, moído havia pouco no moedor manual, já se espalhava pelos quatro cômodos do casebre de madeira na região rural.

Djanira dos Santos Correia, de pele clara, média estatura e lisos cabelos castanhos adaptava-se ao casamento com Pedro Alexandre. Tinha um filho de um relacionamento anterior à recente união. Leandro Correia tinha 3 anos e uma animação própria de crianças de sua idade. Comumente, enquanto as atividades na roça da conhecida Fazenda São Jorge eram desenvolvidas pela mãe e pelo padrasto, o garoto realizava descobertas, explorando a harmonia ambiental a que tinha acesso.

Naquela manhã, tudo deveria ser como sempre. Alimento à mesa, poucas palavras trocadas entre o casal de agricultores. No meio da refeição, Djanira se levantou e caminhou em direção ao quarto de Leandro. Era hora de acordá-lo para seguirem em mais um dia de trabalho na lavoura de café. Ao lado da cama, estendeu a mão esquerda alisando os cabelos levemente ondulados e claros da criança, sussurrando o seu nome. Preguiçosamente o menino abriu os olhos. Ela o beijou, desejando-

lhe bom dia. Trocou-lhe as roupas e preparou-se para sair de casa.

Enquanto na lavoura Djanira e Pedro aplicavam suas forças, Leandro brincava no chão, construindo, com os gravetos que encontrava, casas, carros e bonecos. Era possível ouvir balbucios que tentavam traduzir seus pensamentos enquanto brincava, com a chupeta ainda à boca. O silêncio foi marcado quando o menino parou sua brincadeira para comer a fruta que a mãe guardara próxima às marmitas, à sombra de uma árvore. Todavia, não demorou muito para que o pequeno artesão retomasse a sua obra.

A família almoçou sentada à curva de nível. Leandro, depois de várias brincadeiras, dormia. Dali era possível ouvir o barulho da cachoeira em harmonia com o canto dos pássaros que sobrevoavam o local. A paz do dia, naquele cenário, não poderia ser perturbada.

Era hora do casal voltar ao trabalho. Djanira repousou Leandro sobre um leito improvisado, enquanto uma brisa agradável beijava os rostos. O serviço foi retomado, mas com pausa pouco tempo depois. Som de palminhas e o cantarolar típico de quem ainda desconhece as preocupações do mundo denunciavam que a soneca havia chegado ao fim. Foi em direção ao menino, conversou com ele. O garoto ainda não havia almoçado; a mãe preparou o alimento, entregou nas pequenas mãos do garoto e, enquanto ele se alimentava, foi ao encontro do marido. O trabalho precisava continuar.

Não faltava muito para concluir aquele serviço. Apenas alguns dias a mais e estaria acabado. A quadra estava chegando ao fim. Era melhor voltar, pegar o garoto e trazê-lo para perto de si. Djanira andou alguns metros na direção de onde estava o menino. Não o avistou. Chamou pelo seu nome e não foi respondida. Outra vez, com mais força. Silêncio. O marido havia corrido para entender o que estava acontecendo e já se posicionava ao seu lado. O casal insistia em chamar pelo garoto e a correr pela fazenda, no desejo desesperado de encontrá-lo a brincar. Contudo,

vários minutos se passaram sem que o menino fosse avistado. Leandro sumiu como se estivesse desaparecido no ar.



1992 FEVEREIRO

Nos três meses da temporada, o serviço era intenso para as famílias litorâneas, que aproveitavam a chegada dos turistas para arrecadar o dinheiro com o qual sobreviveriam o restante do ano. A quantia recebida pelo trabalho durante dezembro, janeiro e fevereiro precisaria ser suficiente para suprir os meses de marasmo nos 22 km de extensão das areias do litoral de Guaratuba. Pela contagem do último censo, em 1990, havia ali 17.998 habitantes, gente que vivia principalmente da agricultura, pesca e do turismo. O movimento de visitantes era bom também para os pescadores. De modo ainda artesanal, eles embarcavam nas aventuras em alto mar a fim de trazer à terra firme peixes e frutos frescos para vender às dezenas de restaurantes da orla.

Um desses pescadores era João Bossi, que chefiava uma família composta pela esposa e um filho pequeno. O que conquistava a cada vez que lançava a rede nas águas, tinha destino certo: investir na educação do único filho, Leandro Bossi, de 8 anos. A família até podia ser reduzida a três membros, mas todos em casa trabalhavam - principalmente naquele período. Era 15 de fevereiro de 1992, e não havia motivo para descanso até o fim do mês, quando terminariam as férias de boa parte dos que curtiam o sol do litoral. Assim que os turistas retornassem às próprias rotinas, começava então o momento de descanso para diversas daquelas famílias. Enquanto seo João sustentava a casa com o que arrecadava da pesca, Paulina Rudy Bossi auxiliava cozinhando as iguarias tropicais – o

banquete e os dotes culinários não se restringiam ao fogão da própria casa. Ela era cozinheira de um dos hotéis mais tradicionais da cidade, o Vila Real, localizado logo à beira da praia das Caieiras, área de um quilômetro de extensão voltada principalmente para a pesca. Era lá que a família também morava, em uma casa simples, não tão próxima da praia quanto gostariam. Enquanto Paulina trabalhava arduamente nos pratos para agradar ao paladar dos clientes, sentia o sopro refrescante vindo direto das ondas, quebrando pouco a frente do local de trabalho. A vista sempre a deixava boquiaberta.

O batente começava cedo no hotel, instalado na Avenida Atlântica, número 400. Naquele sábado, a cozinheira foi surpreendida com os braços curtos do filho enlaçando suas pernas em um abraço desengonçado. Ele havia entrado silenciosamente no ambiente de trabalho e queria fazer uma surpresa para a mãe. Encarou-o sem reação, feliz pela visita do mocinho que herdara um misto de traços de Paulina e João. Acariciou os cabelos lisos do menino e pediu a ele que, cuidadosamente, retornasse para casa e trocasse de roupa. O fim de semana era de agitação em Guaratuba e o expediente deveria ir longe. Talvez, ao entardecer, pudesse também esfriar, o que era comum no litoral, e era bom que ele estivesse precavido.

Leandro usava uma bermudinha jeans e uma camiseta vermelha. Obediente, retomou o caminho de casa andando calmamente pela praia. Era dono de características marcantes, capazes de encantar todas as colegas de trabalho da mãe coruja. Os olhos eram de um azul idêntico ao do mar, onde o garoto gostava de molhar os pés e buscar conchinhas. O cabelo era da mesma cor da areia que gostava de brincar. De pele bronzeada, os atributos eram de um garoto tipicamente praiano. Não demorou a alcançar o próprio lar. Atravessou a porta já imaginando a roupa que escolheria, abrindo as gavetas do guarda-roupa para encontrar outro conjunto que pudesse agradar a mãe. Vestiu-se e saiu apressado, pois também queria aproveitar o dia no hotel e tudo o que o espaço

podia oferecer: um mundo de descobertas e gente diferente para observar. Numa dessas, poderia até mesmo arrumar novos amiguinhos. Ao dar os primeiros passinhos para fora de casa, já conseguia ouvir o barulho das ondas beijando a areia da baía. Pensou que logo aquele espaço estaria se esvaziando e esse som seria o único que ouviria até nova temporada e agitação na praia, nove meses dali em diante. Gostava de ver o movimento. Calçava chinelos de dedo e sentia a pele arder com o sol escaldante sobre a cabeça. Tinha o caminho que era necessário percorrer em mente, mas nunca chegou a alcançar o destino.



MARÇO

Em 1992, o Carnaval do Country Club, um dos mais tradicionais de Maringá, ficaria conhecido como um dos melhores que os foliões já brincaram. Com vários bailes programados, a festividade atraía toda a região que, durante aquele feriado, se aglomerou na cidade. Os visitantes e a alegria dos foliões animou José Carlos dos Santos, de 12 anos, que ajudava a família vendendo bilhete de loteria pelas ruas centrais. A festa mais popular brasileira havia começado na sexta-feira, 28 de fevereiro, e se estenderia até a terça-feira seguinte. Logo que começou a semana, Carlinhos, como era chamado carinhosamente pelas pessoas mais próximas, levantou-se cedo e tomou café da manhã reforçado. O pai, Nilton Marques, também estava prestes a sair – ele era vendedor ambulante e fazia alguns bicos como servente de pedreiro. O filho mais velho vestiu uma camiseta branca, short azul e calçou o par de tênis de lona vermelha que gostava de usar. Na bolsa, aprontou uma sacola com limões e saiu dizendo à família que entregaria a encomenda para uma freguesa.

O menino estava acostumado a se levantar assim que os primeiros raios de sol ameaçassem surgir. Naquela segunda-feira, dia 3 de março, por volta das 9 horas, José Carlos fechou o portão de casa de madeira e quintal amplo que abrigava um pequeno pomar, localizada na rua Rio Grande do Norte, número 1740. Atravessou a varanda de casa, fechou o portão e caminhou pela rua inclinada do Jardim Alvorada, região norte da cidade, até o centro, em um trajeto com aproximadamente

cinco quilômetros. Era um garoto esperto e a inteligência do filho mais velho sempre foi motivo de orgulho para o pai. Não foi difícil Carlinhos fazer amigos na cidade, fregueses habituais da simpatia do rapazinho de cabelos loiros, pele branca e olhos escuros. Já nas avenidas centrais, ele costumava passar de estabelecimento em estabelecimento oferecendo bilhetes e, por vezes, os limões que tinha entregado naquela manhã. O calor aumentava assim que a tarde se aproximava e, por volta das 13 horas, o menino dirigiu-se ao restaurante Tai-Wan, na avenida Tiradentes, próximo ao Parque do Ingá – um dos principais pontos turísticos da terceira maior cidade do Estado. Deu passadas largas entre uma mesa e outra oferecendo mais limões aos clientes em horário de almoço. Até as 15h30 permaneceu ali e antes de sair, pediu para os garçons um prato de comida. O pedido foi prontamente atendido. Na ocasião, José Carlos aproveitou para compartilhar dois momentos com os funcionários do local: que ele teria sido vítima de um assalto e que também teria encontrado naquele dia uma carteira decorada com muitos adesivos e com Cr\$ 21 mil cruzeiros dentro, o que hoje equivaleria a aproximadamente R\$ 76. Nenhum documento identificava o dono.

Despediu-se dos que estavam no Tai-Wan e ficou até aproximadamente 16 horas na esquina da avenida Tiradentes com a rua Piratininga. De lá, seguiu em direção à avenida Brasil, há cinco quadras do local que estava até esse horário. Como era um rostinho de fácil identificação, por sempre andar pelo centro, não tardou até que as pessoas revelassem se tinham visto ou não José Carlos quando a família deu por falta do rapaz.

A revelação mais surpreendente nos telefonemas feitos ontem para a redação do JP sobre o paradeiro do menino, foi feita por um rapaz, que não quis se identificar. Ele contou que por volta das 18h20, daquele dia, quando trafegava de moto com sua esposa pela avenida São Paulo viu o menino dentro de uma Brasília branca trafegando naquela via. Segundo ainda

o rapaz, a sua esposa chegou a comentar “que o menino que estava no carro todos os dias passa na loja” onde ela trabalha para vender limões e raspadinhas. Ele revelou ainda que trafegou junto com o carro até a avenida Morangueira e na rua 10 de Maio o veículo dobrou à esquerda e sumiu. (“Sumiço de menino envolto em mistério” - Reportagem publicada no Jornal do Povo, no dia 7 de março, em Maringá)

A família Santos era formada pelo pai, a mãe e dois irmãos mais novos. Nilton Marques, então com 42 anos, prolongou o inaceitável registro do boletim de ocorrências que confirmava o desaparecimento da criança até quinta-feira, dia 5 de março. A volta do menino, desde 1992, continua sendo adiada. Com as notícias divulgadas na imprensa, não demorou muito para que telefonemas apontassem algumas pistas – resultando no desgaste da própria polícia, que teve de lidar com o que os jornais da época noticiavam como “humor macabro”, devido às informações que os anônimos ofereciam. Uma das ligações dizia que o corpo de Carlinhos estaria no bosque. Maringá tem dois parques principais, que ficam na região central e são comumente comparados a dois “pulmões” da cidade pelo contorno que tomam. Os dados mobilizaram os policiais e familiares do menino, há dias realizando buscas, a revistarem o Parque Florestal dos Pioneiros, conhecido como Bosque 2 e o Parque do Ingá. Pensando que iriam se deparar com o cadáver do garoto e responder em parte, a incógnita acerca do desaparecimento que se deu naquele fim de tarde da segunda-feira, os envolvidos foram assolados por nova decepção ao constatarem que o telefonema não passava de mais um trote. Informações falsas que levaram a polícia a percorrer toda a região de Maringá, viajando também para Doutor Camargo e uma cidadezinha próxima a Assis Chateaubriand. Todas as viagens em vão.



MARÇO

Todas as manhãs Suely cumpria o mesmo ritual. Preparava-se para a atividade voluntária no Molivi (Movimento de Libertação de Vidas), uma organização responsável por atender mulheres grávidas e mães em situações de vulnerabilidade social, que funcionava à Avenida Paraná, região norte de Maringá. Cada passo que dava em direção à sede do movimento representava uma etapa cumprida daquilo que considerava uma missão. Membro da Igreja Missionária Central, Suely Palma Stadler dava aulas de música no local, promovendo períodos de louvor e de evangelização. Sentia-se bem pelos momentos dedicados à atividade e o sentimento positivo parecia crescer e cobrar-lhe mais a cada dia. Em contato com as pessoas ali reunidas, era improvável não conhecer um pouco da história de cada uma, envolvendo-se com todas. E quão grata surpresa era saber que suas mãos e suas ações contribuíam para alguma mudança de perspectiva.

Durante as ministrações de Suely, alguém chamava-lhe a atenção. Com cabelos castanhos e lisos pouco abaixo dos ombros e sempre presos por um prendedor de mesma cor, a jovem de pele clara e de baixa estatura gestava, aparentemente, o primeiro filho. A cada novo encontro, novas impressões. A barriga da jovem crescia, fazendo Suely refletir sobre o destino daquela criança. O seu desejo era que aquela mãe tivesse uma vida digna e pudesse oferecer os melhores cuidados ao ser que nasceria. Como os encontros não eram diários, as diferentes etapas da gravidez daquela moça mexiam com Suely. Crescia a compaixão pela vida que

naquele ventre era gerada. E o tempo passou depressa.

Era terça-feira, 2 de novembro de 1982. Suely se arrumou e encontrou-se com o grupo com o qual costumava ir ao centro assistencial. No salão onde todos comumente se reuniam para os momentos de louvor e evangelização, havia uma movimentação diferente. Suely deixou os objetos que carregava consigo sobre a pequena mesa de plástico coberta por uma toalha florida e caminhou em direção ao aglomerado formado ao fundo do saguão. Grata surpresa: a jovem gestante, que lhe despertava sempre a atenção, dera à luz um lindo menino, de pele branca, olhos de jabuticaba e cabelos negros. Sentia-se feliz por poder, ao mesmo tempo, ajudar mulheres a alcançarem conquistas e mudarem de vida e, mais do que isso, contemplar naquele momento o milagre da vida. O pequeno Ednilton nascera no domingo, dia 31, e aparentava estar em ótimas condições de saúde.

A entidade assistencial era o segundo lar de Suely. O pensamento dela não se desvinculava das histórias de tantas personagens que ali estavam. Nos minutos que antecediam suas ministrações e entre os intervalos existentes, ela procurava saber sobre o desenvolvimento do bebê Ednilton. Era solteira, mas sonhava ter um filho e derramar-lhe todo o carinho que sentia por crianças. Em casa, durante o café ou o jantar, assuntos referentes às vidas das mulheres que conhecia no Molivi eram inevitáveis.

Dona Delva, sua mãe, então com 45 anos, alertava:

- Não se envolva demais com essas pessoas. Evite sofrimentos para você, minha filha – várias conversas entre as duas terminavam sempre com a mesma advertência.

Foi com surpresa que Suely, em um dia nublado no qual se preparava para iniciar as aulas musicais no Molivi, recebeu a notícia sobre o pequeno Ednilton:

- A mãe o abandonou. Deixou apenas uma carta abrindo mão dele

e avisando que estava indo embora. Pobre garoto! – alguém lhe contou.

Promover o período de louvor, naquele dia, foi difícil. O seu desejo era que a hora passasse depressa. Não podia imaginar sem preocupação o futuro daquela criança abandonada. Precisava fazer algo para ajudá-la – e seu coração já lhe indicava o quê.

Mal prestou atenção no trajeto do ônibus até a sua casa. Ansiosa e apressadamente abriu e fechou o portão, correndo na direção da mãe. A história foi contada com muita empolgação e não reservou espaço para rodeios: “Mãe, temos que adotá-lo!”. Apesar da delicadeza e seriedade do pedido, não custou muito para que dona Delva, mãe de outros quatro filhos, já encantada com a história e os desejos narrados pela filha, aceitasse a ideia da adoção. A conversa com o marido, Willin Palma, então motorista de caminhão, ocorreu por telefone. Ele fez algumas ressalvas, questionou se era isso mesmo o que ela queria e aceitou que o menino viesse para a família. “Vamos começar de novo?”, brincou com a mulher.

Com o garoto vivendo sob o mesmo teto, a cada novo dia a família apegava-se mais a ele, ao mesmo tempo em que precisava considerar a ideia de ele voltar aos braços da mãe biológica - a Justiça aguardaria por até um ano o aparecimento da mãe, que poderia voltar expressando o desejo de ter a guarda do filho. Mas isso não aconteceu. Não se tinha notícias da jovem que havia abandonado o movimento e o próprio filho. Por recomendação do juiz, então, o garoto, que já atraía a atenção de todos os familiares, foi adotado em nome de Delva Palma e seu marido Willin Palma. Além de ganhar um pai, o abandono sofrido foi recompensado pela conquista de duas mães: Suely e Delva dividiam a responsabilidade pela formação de Ednilton, que com o tempo passou a ser carinhosamente chamado de Niltinho.

Quando Suely se casou, Niltinho tinha 3 anos. Depois de seis anos casada, Suely decidiu deixar a casa de sua mãe. Foi o momento de uma grande decisão para o garoto de então 9 anos. A partir daquele instante,

moraria com Delva, legalmente responsável por sua formação, ou com Suely, que gostava de estar próximo? Parece que a relação iniciada ainda nos seus primeiros dias de vida falou mais alto: o garoto escolheu mudar-se de casa.

A casa de Suely ficava a não mais de um quilômetro da de Delva. Niltinho crescia brincando pelo bairro Lea Leal. Sua esperteza e disposição encantavam toda a família Palma, que, durante os almoços de domingo se envolvia com o filho mais novo de dona Delva. Brincalhão, levado e criativo, Ednilton tinha uma animação admirável. Durante as refeições, ninguém tocava na coxa de frango: era o seu prato preferido; bastava um convite de dona Delva para que ele buscasse a carne, segurasse com as duas mãos, ao mesmo tempo que tentava criar novos passes futebolísticos com a bola aos pés.

O trajeto da casa de Delva até a de Suely era comum a Niltinho. O contato com as “duas mães” e as “duas casas” já era algo natural para ele há seis meses, desde que Suely se mudou. No ano de 1992, o menino frequentava a 3ª série do ensino fundamental na escola Gabriel Sampaio. Não gostava muito do ambiente escolar, mas era habilidoso em trabalhos manuais e muito inteligente. Preferia, como qualquer garoto de sua idade, brincar com os amiguinhos.

Domingo era o dia da semana em que Niltinho acordava com uma animação fora do comum. Procurava aproveitar cada momento ao lado de familiares e amigos da vizinhança. Era 29 de março de 1992. O garoto abrira os olhos pensando na festa do amigo que tinha naquele dia. Enquanto sua família reunia-se depois do almoço, como de costume, Niltinho se trocou na casa de dona Delva e dirigiu-se para a festinha de aniversário. Bolo, brigadeiro, beijinho e muitas brincadeiras agitaram a tarde do garoto, que nem viu o tempo passar depressa. Quando deu por si, poucas pessoas ainda estavam na casa onde a comemoração ocorria e o dia dava sinal de que estava por acabar. Niltinho voltou para a casa de Delva e pegou seus

pertences, planejando chegar em casa e acompanhar Suely ao culto, como de costume. Segurou a coberta que carregava sempre consigo e, com o sol quase se pondo, foi andando pelas ruas tranquilas daquele bairro.

Naquela noite, enquanto Delva e o marido julgavam estar Niltinho aos cuidados da filha, Suely pensava que o garoto estivesse na casa de sua mãe, afinal, o dia havia sido festivo e a comemoração poderia ter acabado já à noite.

Segunda-feira pela manhã, Suely se dirigiu à casa de Delva, onde teve a surpresa que abalou aquele início de semana da família Palma: o garoto não estava lá. Rapidamente, mãe e filha se mobilizaram à procura do menino e de informações na vizinhança. As horas corriam e ninguém dava nem sequer uma pista de onde a criança poderia estar. O desespero começou a tomar conta não só dos familiares, mas dos vizinhos e amigos que observavam durante anos o crescimento do garoto.

Delva acionou a polícia, entendendo ser uma das mais fortes esperanças de o menino ser encontrado. Desejou que os policiais comesçassem imediatamente o serviço de buscas, mas isso infelizmente não aconteceu. A mãe, já desesperada com o que estava acontecendo, foi informada de que o prazo de tempo entre o desaparecimento e o início de buscas e investigação ainda não havia terminado.

Sem esperar somente pela atuação da polícia, a saída foi continuar a procurar Niltinho na região, contando com a ajuda daqueles mais próximos. Ao alcançar a casa de um amigo do garoto, uma novidade: os dois haviam se encontrado após a saída de Niltinho da casa de dona Delva. O amigo contou que conversaram e que, após ter ido à padaria, a pedido da mãe, não viu mais o filho de Delva, imaginando que ele já teria ido embora.

Os momentos que se seguiram foram angustiantes. A família ansiava por uma pista, ao menos. E ela chegou. A única. Niltinho estaria no Jardim Alvorada, a 4 km de casa, sujo e com fome. Delva depositou toda a

esperança sobre aquela pista. Seu desejo incessante era de que o menino fosse encontrado e a sua animação e esperteza voltassem a contagiar sua casa e aquele bairro, onde era querido. Rapidamente chegaram ao local da pista. Nada encontrado. Nem sinais, informações ou algo que lembrasse o garoto. A família estava abalada.

Mesmo com o início das buscas pela polícia, não houve avanço. Muitos depoimentos foram ouvidos e registrados e sempre que ficava frente a frente com o delegado, dona Delva ouvia dele o que sabia não ser verdade: “O menino fugiu!”. Não se conformou, porque conhecia o garoto. A sua busca pelo filho seria sua vida. Tinha sede por respostas e desejo de missão maternal cumprida.

“ *Eu acho que a polícia daqui tinha que ter dado mais assistência. O caso que envolve uma vida merece dedicação. Tem que ir em todos os lugares possíveis de encontrar a criança. Ele fugiu? Não. Ele não tinha motivo para fugir. Por que uma criança amada e bem tratada em casa e pelos vizinhos iria querer fugir? Acredito que se [a polícia] tivesse agido logo que a gente avisou, teríamos mais chance de encontrá-lo. Às vezes não entendo por que tudo isso aconteceu. Parece até que tem ‘peixe grande’ por trás disso. Eu tinha informações de que o registro de nascimento dele estava em Paiçandu. Procuramos lá e em Sarandí, nada foi encontrado.*

(Delva Palma, mãe adotiva de Ednilton)

Aos 10 anos de idade, quando desapareceu, a família ainda não tinha revelado para o garoto que ele era filho adotivo. E nunca tiveram a oportunidade de contar.



ABRIL

Vivendo sempre nas estradas, para participar do maior número possível de feiras agropecuárias, caracterizadas pela forte movimentação financeira principalmente no interior do Estado, a família estabelecida em Sarandi, cidade localizada na região metropolitana de Maringá, região norte do Paraná, não precisou de tanto tempo de viagem para levar a barraca de pastel até a próxima feira da agenda. De cidade em cidade o grupo, sempre unido, tratava logo de montar o acampamento para vender o salgado típico das feiras – responsável também pelo sustento do lar. Em Londrina não foi diferente. As exposições sempre encantaram o garoto Edson Rodrigo Batista da Silva, de 6 anos, que até gostava de oferecer ajuda aqui e ali aos pais. Mas o que o divertia mesmo era ver o movimento das feiras e brincar em meio a tantos lugares diferentes que conhecia ao lado da mãe, Vera Lúcia, e do pai, Elcio, donos da “Pastelaria Maringá”.

A chegada sempre lhe enchia os olhos. O trânsito interno era formado por crianças acompanhadas dos pais e numerosos brinquedos para experimentar. O carrossel, o temeroso trem-fantasma, os carrinhos de bate-bate e a imensa roda-gigante, que parecia sorrir ao pequeno Edson, tão miudinho perto da grandeza daquele círculo aramado, decorado com cores chamativas. Quando a noite chegava, devagar, a aparelhagem toda fazia a festa com tanta luminosidade. Eram luzes que revezavam entre si o momento de encantar os visitantes, indo do amarelo, verde, azul, vermelho. A música era frenética e o algodão doce ajudava a temperar a animação de cada criança. Toda a movimentação refletia aos olhos

encantados do menino que nunca se cansava de reviver tal emoção. O que era sonho para muitos pequeninos do interior era uma realidade frequente ao garoto, de “morar” em um parque de diversões. Gostava de visitar o pavilhão dos bichos, e convivia feliz com bois, cavalos e a típica aglomeração de curiosos para um evento que parecia igual todos os anos. Para ele, era rotina. E, mesmo assim, era capaz de se surpreender e reforçar a criatividade para cada nova traquinagem.

Ao entardecer do dia 5 de abril de 1992, Edson, saindo para se divertir, apresentou para a mãe um novo amiguinho, sete anos mais velho, que conheceu durante a estadia deles na cidade, distante 87 km da casa em que mal vivia. Vera Lúcia Pereira da Silva alertou ao filho para que não fosse longe e retornasse logo para a barraca, que fechava com o fim das atividades de mais um dia de feira. Edson vestia uma camiseta lilás, short marrom e botas pretas. Antes de se lançar na nova aventura, beijou a mãe e correu todo serelepe, a fim de desvendar os mistérios que o lugar lhe reservava. De pele alva, cabelos e olhos negros, o rapazinho da família saiu prometendo não ficar muito tempo longe.

Já passava das 11 horas da noite daquele domingo e Edson ainda não tinha aparecido. Aos poucos as fontes luminosas que caracterizavam o parque foram se apagando, até restar poucas lâmpadas acesas.

A preocupação da família mobilizou todos os outros barraqueiros, que se espalharam pelo parque de exposições na tentativa de encontrar o garoto. Em pequenos grupos, eles teriam de percorrer os 411 mil m² da área total do Parque de Exposições Governador Ney Braga, onde ocorria, anualmente, durante 11 dias, a grande festa de Londrina. A mãe prontamente avisou a polícia, que informou com tranquilidade que o menino logo estaria de volta. A madrugada chegava fria, aumentando ainda mais o medo de Vera e do marido, Elcio Batista da Silva, quando uma notícia despertou o alívio dos pais. Uma moça informou que havia visto uma criança dormindo debaixo de um dos brinquedos do parque.

Rapidamente se deslocaram para o local sugerido e a decepção veio com dificuldade para ser compreendida por todos os envolvidos na busca: existia sim alguém dormindo, mas não era Edson. Logo outra pista os direcionava para o pavilhão industrial e nova desesperança assombrou os pensamentos da família, que acompanhou lentamente, como quando os segundos parecem minutos, e os minutos transfiguram-se em horas intermináveis de sofrimento. Vera tentava afastar os pensamentos ruins da mente. Sentada próxima à barraca de pastel, suspirava fundo, aspirando o cheiro de gordura que impregnava a roupa, o qual ela e todos ali já estavam acostumados a sentir. Sentia também um aperto no peito, pensando se o seu menino tinha passado a noite bem. Onde estaria Edson? Os primeiros raios de sol tocaram o rosto dos pais que, abraçados, torciam para que tudo desse certo.

Vendo a mobilização dos responsáveis pelas dezenas de barracas montadas na feira em busca da criança, a polícia também resolveu começar as buscas. Os policiais iam diariamente à barraca da família perguntar sobre novas informações e deixavam o local sem respostas. Vera tinha o pensamento fixo no rosto do filho, que não lhe saía da cabeça por um momento sequer. As olheiras das noites sem sono começavam a ficar evidentes abaixo dos olhos cansados. Ela, então, começou a agir por conta própria, reunindo pistas que achava ser prudente conferir: o cunhado Nelson Batista teria arrumado inimidade com uma pessoa, que poderia ter raptado o sobrinho dele a fim de se vingar. Resposta negativa. Ela acreditava que se a polícia tivesse agido imediatamente após seu pedido de socorro, estaria com o filho nos braços, lhe dando outro beijo no rosto e dizendo que em vez de brincar no parque, ficaria desta vez junto aos pais, aliviados, na barraca. Sonho distante e que nunca se realizou. Diversas testemunhas apareceram à época dizendo que o viram no parque, mas nenhuma foi efetiva.



ABRIL

De família grande, as tardes em casa ou na vizinhança sempre eram movimentadas para Lucinéia Silvério da Silva, de 5 anos. Eram seis irmãos incluindo a garota – sua irmã mais velha, então com 16 anos, olhava os menores para que os pais pudessem cumprir os afazeres. No dia 19 de abril de 1992, um domingo, ela e os irmãos foram a uma festa de aniversário que acontecia na casa de uma vizinha. Com grande movimentação, a reunião era recheada de alegria, salgadinhos e docinhos de festa que as crianças tanto gostavam. Lucinéia se concentrou nos brigadeiros, a guloseima que mais apreciava. Músicas infantis e risadas podiam ser ouvidas a casas de distância e a festa parecia ir longe. Era final de domingo e muitos pais se preparavam para a jornada que começaria dali a algumas horas, com o início de mais uma semana de trabalho. Os filhos de Milta Silvério da Silva e João Bernardo da Silva logo voltaram para o lar a fim de também descansar. Antes de irem embora, um convidado especial registrara um retrato dos cabelos castanhos ondulados, as bochechas salientes e o sorriso meigo de Lucinéia. O boliviano que estava na reunião festiva iria embora pouco tempo depois.

Naquele início de década, Araucária contava com 61.998 habitantes. A cidade, localizada na região metropolitana de Curitiba, está situada às margens do rio Iguaçu. A região, que conta com 471,33 km², é cortada pela BR-476, conhecida como rodovia do Xisto. A segunda-feira, dia 20 daquele mês, começava cedo para João Bernardo. A mãe também pulava da cama cedo para preparar o café antes de o marido sair de casa. O pai

de família entornou uma xícara do líquido escuro em um despertar e tomou o rumo do serviço. Milta aguardou os filhos também levantarem para dar conta dos próprios afazeres, pois tinha de ir ao banco logo mais. Deixou as crianças em casa e foi com a promessa de que logo estaria de volta. Nesse meio tempo, Lucinéia disse que visitaria duas vizinhas para brincarem juntas, mas que retornaria até o horário de almoço. Trocou de roupa, calçou chinelos de dedo e encostou o portão cuidadosamente, tentando não provocar tantos ruídos.

A dona de casa cumpriu a promessa e não tardou a voltar para a casa. Perguntou a uma das filhas se todos já haviam almoçado, e obteve como resposta a informação de que a filha mais nova estava fora de casa. Percorreu o mesmo caminho que a pequena fez para sair de casa e pretendia buscá-la para almoçar. Não estava com as amiguinhas, muito menos na vizinhança. O desespero aumentou quando, em um terreno baldio próximo da própria casa, Milta encontrou um dos chinelinhos da menina, impossível de não reconhecer: no dia anterior um cachorro mordera um dos pares do calçado e a mãe calmamente havia remendado com linha.

O pai passou dias caminhando à beira do rio e no meio da mata, pensando que poderia encontrar alguma pista. A polícia e a família ficaram na árdua investigação durante quatro dias e o único suspeito que tinham em mente era o boliviano da festa do último domingo – ele foi localizado um tempo depois, mas viajou para a Bolívia e nada foi descoberto. Nas lembranças de Maicon Silvério da Silva, que na época tinha apenas 2 anos de idade, vários flashes de repórteres, câmeras e microfones assolam uma lacuna que ficou. Tão novo, ele não sabia. Mas a movimentação se dava por conta do desaparecimento de Lucinéia, a irmã que nunca mais o aninhou nos braços.



NOVEMBRO

A decoração da sala de estar era repleta de quadros com fotografias da família – uma dessas imagens registrava a filha do meio com os cabelos presos em duas chiquinhas. Sua feição era tranquila, transmitindo a inocência e doçura de criança. O dia era claro, convidativo para brincar fora de casa e não tardou para Gislaine Aparecida Ferreira, então com 6 anos de idade, sair pela porta da frente. O lar da menina ficava na rua Roger Bacon, 499, no Jardim Campo Alto, em Colombo, município da região metropolitana de Curitiba. Uma vez no quintal da residência, ela aproveitava a brisa fresca para brincar com uma boneca que, com muito custo, os pais, Jurandir Ferreira e Vanilza Aparecida Ferreira, conseguiram comprar. A menina tinha uma irmã dois anos mais velha e um irmão dois anos mais novo. A família vivia da venda de material reciclado e ficava boa parte do dia fora.

Era 11 de novembro de 1992, uma quarta-feira, e pela proximidade de Curitiba, boa parte da população colombense saía de casa para trabalhar na capital paranaense, localizada a aproximadamente 18 km. No último censo do IBGE, a população de Colombo era estimada em 117.767 habitantes. O bairro onde a família Ferreira morava era afastado dos bairros mais populosos. Tranquilo, a ponto de as crianças brincarem livremente nas ruas e vielas sinuosas que compunham o Campo Alto. A casa simples de madeira era próxima o equivalente a quatro quadras do rio Atuba, que passa por Pinhais e Curitiba, além de ficar também a 14 quadras da estrada da Ribeira, nome que a BR-476 recebe entre a cidade

de Adrianópolis até a capital do Estado.

Acostumada a ir para a casa da madrinha durante o dia, a garotinha de pele morena clara, cabelos crespos e olhos espertos resolveu fazer-lhe uma visita. Calçou chinelinhos havaianas, caminhou até o melindroso portão de ferro corroído pela chuva e encostou-o assim que ganhou a calçada de pedregulhos. O muro de casa era baixo, quase beirando a própria altura, permitindo que ela observasse a porta do lar, dando-lhe adeus. Direcionou o corpinho para a casa da segunda mãe, e partiu. A casa da madrinha ficava a pouco mais de 50 metros da sua, quase de esquina com a rua Kelvin. Lá, ela passou a tarde brincando com outras crianças até cansar. Sentindo-se exausta, avisou a turminha que iria para casa e tomou o caminho de volta.

Já em casa, Vanilza estranhou a demora da filha e foi até a madrinha de Gislaine. Chegou ao portão batendo palmas para anunciar sua chegada e perguntou para as crianças onde estava a menina. A resposta fez com que a mãe suasse frio: já passara uma hora que a filha disse que retornaria para casa, e não o fez. Várias pessoas foram ouvidas, mas nenhuma informação levantada direcionou as investigações com sucesso. A única testemunha do caso informou à polícia que viu Gislaine sendo levada por uma mulher de cabelos de tom castanho escuro, pele branca, usando óculos de sol. Junto da moça estava um homem de cabelo grisalho, que dirigia um carro de modelo Escort na cor vermelha. A testemunha, um vizinho, disse que no momento não estranhou que a garotinha fosse levada porque pensou que fosse algum parente. Os tios da molecada costumavam visitá-los de carro, o que contribuiu para que a ação fosse vista com naturalidade pelo observador. Ele faleceu algum tempo depois e nenhuma resposta foi obtida do relato. Os chinelinhos foram os únicos pertences encontrados por Vanilza.

Hoje a garota teria quatro irmãos. O que tinha 4 anos na época não consegue se deparar com alguma boneca hoje sem lembrar-se da

pequenina. Uma das poucas lembranças que tem da irmã é a choradeira que ela aprontou quando perdeu uma boneca. Os soluços da menina ecoam até hoje na memória do rapaz. Gislaine também seria tia de quatro crianças, filhos da irmã mais velha. Quem sabe hoje também não fosse mãe? Os pais se separaram e Jurandir Ferreira morreu sete anos depois do desaparecimento da menina sem nunca saber se foi avô, sem nunca mais ter nos braços sua princesa. Ele também chorou quando se deu conta de que havia perdido sua bonequinha.

SEGUNDO CAPÍTULO

MUDANÇA DE RUMOS

A insatisfação aumentaria a cada chamada não conferida pela polícia e a cada vez que se deparava com o rostinho do filho nas fotografias. Sem ainda se dar conta disso, a própria história de Arlete Ivone Caramês se cruzaria com 11 outras de um mesmo enredo, suficiente para unir e direcionar a dor para algo efetivo diante de novos desaparecimentos. Esse drama em comum mudaria para sempre o destino de tantas outras famílias paranaenses nos anos seguintes.

Após um ano longe de Guilherme, Arlete estava determinada a mudar a situação. A própria vida estava em segundo plano. Os vizinhos já comentavam o desleixo com uma das casas na rua Osório Duque Estrada, outrora de fachada bem cuidada e o jardim aparado, tempos de quando o filho costumava brincar no espaço defronte a residência. Era notável a sensação de abandono se observassem os outros sobrados tão destoantes daquele lar. O interesse com os serviços da casa tinham ido embora desde o dia em que Guilherme desapareceu e era difícil recomeçar. De cor opaca e janelas constantemente fechadas, até as paredes refletiam a ausência do garoto.

Motivada a reverter o descaso para com os desaparecidos, ela deu início a um movimento que tempos depois representaria não só o desagravo de famílias traumatizadas pela perda de suas crianças, mas também a esperança de todo pai e mãe amparados somente pelo próprio estertor. O Movimento Nacional em Defesa da Criança Desaparecida do Paraná (CriDesPar) se tornou a força que Arlete nunca imaginou que teria, e mal sabia que esse era apenas o começo.

- A gente nunca sabe os desígnios de Deus, o que Ele quer da gente.

De repente eu fui esse instrumento para alavancar tudo isso - crê.

Com a criação da ONG em 1992, Arlete desde então tem se dedicado não só à busca incessante por Guilherme, mas também de todas as outras crianças que desaparecem ano após ano no Paraná e não são localizadas. A iniciativa surgiu com o objetivo de atuar na prevenção dos desaparecimentos, orientando pais, crianças e professores, com aconselhamentos sobre segurança. Além disso, por meio de uma rede de relações com as outras famílias que haviam sofrido a mesma perda, o peso das reivindicações seria outro. O prédio que abriga o CriDesPar, com a fachada trabalhada em granito de duas cores escuras, funciona na região central de Curitiba. A sala que guarda as histórias de tantas famílias paranaenses fica no 9º andar do número 464. A manhã daquele 26 de junho de 2012 era fria, clima típico na capital do Estado e atípico para os que estão acostumados com o calor do interior. “Dona Arlete? 906”, respondeu uma das zeladoras do edifício Minerva Barão. O elevador é amplo e mais frio que a própria temperatura aquém a porta de vidro que separa o saguão do prédio da calçada craquelada do lado de fora. Um homem de meia idade entra no elevador, compartilhando por um momento a mesma viagem. O destino dele é o 4º andar.

No piso desejado, uma porta de madeira escura sustenta uma placa de metal identificando a ONG “CriDesPar”. Gilson, um homem aparentando ter 40 anos, cabelos negros e olhos atentos no fundo dos óculos atende, indicando rapidamente o caminho até uma pequena sala, após atravessar a passadas largas dois cômodos de tamanho semelhante - todos repletos de banners e pôsteres de crianças desaparecidas do Paraná.

A sala tem uma grande janela que permite a luz fria atingir

qualquer um que esteja ali presente. Um adesivo na mesma janela que dá visão para o prédio da Polícia Civil já denunciava: “Arlete, Mãe do Guilherme”. Arlete chega desculpando-se pelo atraso. Separou-se do marido e mora hoje somente com a mãe em outra residência que estava sendo construída quando Guilherme desapareceu. Sueli Caramês, hoje com 88 anos, está muito doente e requer cuidados, atenção e tempo da filha que, aposentada, divide-se entre o lar e as atividades da ONG, que já não é tão atuante quanto ela gostaria.

A aparência da mãe coragem - adesivo que a identifica também na parede - é de alguém cansada. Ela diz que em momento algum, em todos esses anos, sentiu realmente que estava próxima de encontrar o filho desaparecido. Suspira.

- Mas a luta continua - ressalta.

A paciência e esperança inesgotáveis já começam a dar lugar à fatalidade dos anos sem resposta. As ligações de trotes ou pistas cessaram há muito tempo. Os cabelos brancos agora são mais evidentes com a blusa vermelha que ela usa. Arlete não é só uma mãe guerreira, referência em todo o Paraná por tanto tempo. Ainda tenta ser a mãe de uma causa que batalha para não cair no esquecimento.

Quando a movimentação pela busca do filho começou a se organizar, o ponto de partida de Arlete foi descobrir que não estava só. Havia outras famílias também desesperadas pelo desaparecimento dos filhos, 12 histórias que acabaram por unir pessoas de várias localidades no Estado. Os pais passaram a procurá-la em vez de irem à polícia. O descrédito alusivo à ação governamental crescia. E Arlete como referência para as famílias dos desaparecidos também aumentou – ela passou a orientar, da maneira que podia, qual era o procedimento mais indicado diante do problema, norteando os primeiros passos de quem já não queria

dar mais nenhum.

O primeiro espaço usado para expressar o desapontamento com a constante demora nas ações policiais e governamentais foi a avenida XV de novembro, região central de Curitiba. Inaugurada em 1972 como a primeira passagem exclusiva para pedestres, a calçada da rua XV, como é chamada, tem 3.300 metros cercados por edifícios de arquitetura clássica, construções centenárias, canteiros de flores e uma devotada movimentação dos curitibanos transeuntes na extensão. A frequente circulação de pessoas era a atenção necessária que as famílias buscavam para a causa que até então carregavam sozinhos. Defronte à popular confraria “Cavaleiros da Boca Maldita de Curitiba” – personagens estes que outrora se reuniam para destrinchar as informações publicadas pelos periódicos locais naquela região -, a união daquelas famílias representava ali novos cavaleiros, dessa vez de todo o Paraná, que enfrentavam uma ininterrupta batalha.

Palco da interação de músicos e artistas de rua, a Boca Maldita, localizada logo no início do calçadão, também serviu de palco para os desabaços dos parentes dos desaparecidos. Ali foi realizada a primeira de muitas manifestações, que passaram a ser organizadas quinzenalmente por Arlete Caramês.

Em Maringá, três famílias foram unidas pela dor comum e pelo ano que jamais esqueceriam – em 1992, Delva Fiuza Palma, Vera Lúcia Pereira da Silva e Elisete Maria dos Santos já não eram completamente estranhas entre si. Na primeira vez que as três embarcaram em um ônibus de linha abafado, levavam a esperança na mala e a expectativa de que a viagem longa resultasse em boas novas para trazerem de volta o conforto de que a luta não era em vão. Era difícil pregar os olhos durante o trajeto e a identificação entre as três por conta da saudade que tinham dos filhos foi motivo suficiente para que se tornassem amigas. Sem muitos recursos, o trio só conseguia tornar visível a própria dor com o auxílio do CriDesPar,

que oferecia as passagens e a hospedagem para as mães do interior. Natural do Rio de Janeiro, a carioca Delva estranhou a primeira vez o frio da capital paranaense e se arrependeu por não ter levado mais blusas na bolsa. As lembranças dessas idas e vindas foram se dissipando conforme o tempo se arrastava, mas a intenção e os contatos que Delva fez ao longo dos 426 km até Curitiba foram capazes de atenuar o desespero que enfrentou sozinha.

Ostentando de cartazes com fotografias e informações daqueles que foram tirados abruptamente do próprio lar, homens e mulheres sustentavam olhares perdidos e destroçados com o passar dos encontros. O apelo era para chamar a atenção da população em geral para que, de alguma maneira, as pessoas pudessem se solidarizar com a causa. Escancarar o problema que crescia para a imprensa da época também era uma missão importante, visto que nem sempre o desaparecimento de crianças soava como uma pauta de interesse dos jornais, principalmente do interior do Estado, que mal noticiavam o fato e, quando o faziam, o espaço dedicado era ínfimo. Quando Ednilton Palma desapareceu, uma breve nota de duas colunas no maior jornal de Maringá, O Diário do Norte do Paraná, informava o sumiço do garoto. Em outro, O Jornal, na mesma cidade, apenas uma coluna tímida. Com as reuniões na capital, a força era maior e resultava notícias estampadas frequentemente nos jornais. Os protestos não foram em vão: o governo não podia ficar em silêncio por muito tempo diante daquela realidade. Dos protestos, que tiveram início em 1992, três anos se passaram até que houvesse algum resultado.

“ Teve um deputado na época [Ricardo Chab] que se mobilizou também, pediu para que a gente fosse à Assembleia [Legislativa] dar um depoimento. Eu fui com outros pais, mas fui eu quem deu o depoimento. Consegui sensibilizar o governo que precisava ter um órgão centralizador da questão. Porque era uma coisa totalmente diferente do que

tinha aí. Não era homicídio, não tinha um corpo para dizer que era homicídio, nada. Pedíamos que criassem um órgão de busca, entende? Porque nós, pais, não temos esse poder de polícia. Tanto que a ONG [CriDesPar] foi criada no sentido de prevenção, prevenir as pessoas, orientar. Virei, na época, uma fonte de referência. Ao invés de irem à polícia, eles vinham a mim, queriam saber como que fazia e tal. Eu tive a sorte porque eu trabalhava no Banestado na época, quando meu filho desapareceu. Digo que tive sorte porque ninguém quer dispor de nada nesse período. Ninguém quer ajudar a fazer um cartaz e distribuir, e o Banestado me ajudou muito. Tanto que mandei um cartaz para todo o Brasil. E conseguimos sensibilizar o governo do Jaime Lerner [que havia assumido o mandato em janeiro daquele ano]. A gente queria uma secretaria dedicada, mas disseram que ia onerar muito a estrutura. Aí criaram um serviço de investigação que funciona e muito bem.

(Arlete Caramês Tiburtius, mãe do Guilherme e presidente do CriDesPar)

“O projeto original foi apresentado em março do ano passado pelo deputado Ricardo Chab (PSDB), e aprovado pelos deputados no primeiro semestre. Em julho, o governador [Jaime Lerner] vetou a proposta e criou em seguida o Sicride (Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas), para dar uma resposta ao movimento em defesa das crianças. O Sicride é coordenado pelo delegado Carlos Roberto Bacila.

Ricardo Chab pediu ontem a votação em separado do veto do governador e conseguiu a unanimidade dos deputados (três não compareceram), segundo ele, reforçado pela

presença dos pais de crianças desaparecidas nas galerias da Assembléia Legislativa e pelo apelo da presidente do movimento Nacional em Defesa de Crianças Desaparecidas, Arlete Caramês Tiburtius, que discursou na tribuna, a convite do deputado autor da proposta.

(...) Chab disse que não acreditava que o assunto pudesse obter unanimidade dos deputados; admitiu que ficou tenso antes da votação, mas satisfeito com o resultado. “A presença da dona Arlete (Caramês) e seu discurso durante a votação, sensibilizou os deputados”.

(Reportagem “PR terá delegacia de crianças desaparecidas”, publicada no jornal Folha de Londrina no dia 2 de abril de 1996)

TERCEIRO CAPÍTULO

1995 A 1997

“De domingo a domingo”

O dia 31 de julho de 1995 ficou marcado pelo início de um trabalho árduo que uma equipe de policiais especializados teria pela frente. Na ocasião, nenhuma solenidade especial foi preparada para recepcionar os trabalhos. Por ordem burocrática, o Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas, o Sicride, foi criado de acordo com a resolução de número 698, da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp), vindo a ser regulamentado no dia 10 de agosto do mesmo ano, pela portaria número 1316/95 do Departamento de Polícia Civil. Nascendo ainda acanhado, o órgão centralizador tão desejado pelas famílias, teve a primeira sede instalada na avenida Jaime Reis, onde ficava a Corregedoria da Polícia Civil, no subsolo da antiga base do Tigre (Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial). No espaço funcionava uma estrutura do grupo antissequestro, que foi deslocada para outro imóvel. A sala passou a abrigar a nova unidade, dispondo de cadeiras estofadas, mesas de madeira e telefones em um ambiente genuinamente escuro. Era o porão do prédio. O local permitia que a reduzida equipe trabalhasse, mas quase não era habitado pelos dois investigadores e a escrivã da época, que viajavam constantemente pelo interior do Paraná acompanhados do primeiro delegado designado a estruturar o serviço pioneiro no Brasil, Carlos Roberto Bacila, então com 27 anos.

“ Na época eu tinha feito alguns trabalhos de repercussão nacional. Inclusive em Maringá atuei em casos de grande repercussão. O secretário [Cândido Martins de Oliveira] não me conhecia pessoalmente, mas ele passou a ter confiança e achou que eu poderia fazer um bom trabalho ali, por causa do meu empenho e da minha seriedade e tudo. Esse foi o critério. Foi um período que eu não tinha mais vida pessoal, cheguei a ficar fora, viajando, durante 40 dias. Me dediquei integralmente à atividade policial.

(Carlos Roberto Bacila, 1º delegado titular do Sicride)

Carlos já estava acostumado com o local de trabalho – antes de assumir o Sicride, ele era responsável por coordenar o Tigre. Trabalhar exclusivamente com crianças não causou estranheza, pelo desafio que tinha à frente. Antes de assumir o posto no Sicride, já havia tido experiências parecidas com as que enfrentaria. Por exemplo: em outros tempos, como delegado durante breve período em Maringá, de 1994 a 1995, atendeu ao chamado desesperado de uma mãe que havia tido seus dois filhos sequestrados pelo ex-marido. Na ocasião, o homem de 40 anos tinha direito de passar o fim de semana com o filho legítimo e foi buscá-lo para passear, como comumente fazia. A babá cuidava do menino e do irmãozinho, fruto do outro casamento que a mãe teve após a separação, e foi surpreendida quando o sujeito pegou o filho, tirando-lhe dos braços. O homem dirigiu-se até o prédio onde morava e, trancafiado, manteve as duas crianças em cativeiro.

“ Na época que estava trabalhando em Maringá, estava um dia de plantão e fui atender a ocorrência. Foi um sufoco. Nem o Corpo de Bombeiros apareceu lá, de tão grave que era a situação. Era muito difícil porque ele [o pai] estava no sexto andar e podia jogar a criança lá de cima. Uma loucura. Tive de resolver isso. A gente entrou lá e as crianças

estavam embaixo da cama, tremendo, traumatizadas. Foi um choque. Nesses casos, a criança é vítima, e você está ali para trabalhar, ajudar.

Não bastasse socorrer as crianças, outro embate ainda o aguardava de forma impiedosa. Desesperado pela situação do filho, o ex-sogro daquela mulher foi procurá-la para tentar convencê-la a remover a queixa.

- Coitado, ele vai cumprir pena. Ele está com problema, depressão. Não dá para você ir a juízo e falar que não aconteceu o sequestro? – suplicou, com dor que só o pai pôde sentir ao ver o filho naquela situação.

O laço que um dia os uniu pareceu estremecer a moça, que consentiu o pedido, pensando principalmente no filho que cresceria vendo o próprio genitor como um desequilibrado. O que contaria ao menino? As perguntas certamente viriam.

- Então quer dizer que não houve nada? Eu entrei no prédio, invadimos de bobeira? – revoltou-se o delegado.

Sem pensar muito, Bacila, como ficou conhecido em Maringá, intimou aquela mãe para discutir a história, apresentar com racionalidade que o que ela estava fazendo não era o certo. Conversaram longamente, em um diálogo pausado por suspiros e com justificativas narradas à emoção dos acontecimentos. A prioridade era a razão, que predominou no caso. Embora ela dissesse que foi um pedido angustiado do ex-sogro para favorecer o sequestrador, tomou consciência do que aquela atitude representaria adiante. A situação poderia se repetir, não poderia? Mentir que as crianças foram levadas com o consentimento prejudicaria os serviços prestados pelo delegado, pondo em risco a própria segurança. A confiança familiar já não era a mesma.

- Eu fui lá, a gente se arriscou para tirar os seus filhos de lá – argumentou o delegado.

O choro foi inevitável. Enquanto, tranquilamente Bacila tentava repousar a mão no ombro da moça, em uma ação quase paternal frente

ao desespero da mulher, pensava em como o ser humano tem facilidade em perdoar incidentes envolvendo pessoas próximas.

- Como ela esqueceu o que passou? – a pergunta tamborilava em sua mente de maneira incessante, enquanto a observava calmamente enxugar as lágrimas que saltavam dos olhos fundos.

Confirmando que havia mentido para ajudar o homem, antes de deixar a sala da delegacia ela assinou o documento que comprovava o equívoco no depoimento dado para ajudar o pai de um de seus filhos. Os plantões realizados na conhecida Cidade Canção, que proporcionaram várias experiências como essa, ficariam registrados na memória como um dos mais inacreditáveis de toda a carreira de polícia de Carlos Roberto Bacila.

“*Só em plantões policiais de dois meses eu tinha visto coisas que uma pessoa normal não vê em 50 anos. Um amigo meu veio me visitar, ficou uns dias em Maringá e foi no meu plantão. Ficou uma hora, não aguentou e saiu. Gente ensanguentada, gente louca, gente gritando, gente algemada, ele ficou louco. “Ó, tô passando mal!”, pegou e saiu. Isso em uma noite, uma hora.*”

Carlos pretendia não decepcionar seus superiores que acreditavam no potencial do profissional escolhido para designar as novas tarefas à frente do Sicride, que nascia na tentativa de combater os casos de crianças desaparecidas e amparar famílias atingidas por acontecimentos dessa natureza. Logo que se instalaram na sede, não tardou para o telefone tocar, anunciando uma importante ocorrência. Mesmo acostumado a lidar com situações que priorizassem a vida humana, o frio na barriga foi inevitável antes de atender a chamada. A voz, do outro lado da linha, era estridente e soava desesperada diante das suspeitas do rapto de um garoto em Curitiba. Na época, a equipe contava com uma única viatura,

quatro profissionais e a parceria sempre fiel da estrada que percorriam quase que diariamente em busca de pistas. O quarteto rodava todo o Paraná auxiliando em buscas, e em três policiais, chegaram a percorrer no período de 24 horas aproximadamente 3 mil quilômetros, revezando-se na função de motorista: enquanto um descansava no banco de trás, dois ficavam atentos na condução do veículo. Pausaram a investigação que faziam para focar no caso do menino Andrézinho, que mobilizou toda a polícia do Estado, que buscavam incessantemente o garoto.

Acompanhado de mais dois agentes experientes, Carlos deu início à investigação na própria capital, embrenhando-se por caminhos tortuosos para reunir as informações que sinalizariam para outra cidade, do outro lado do Paraná: Foz do Iguaçu, a 637 km de distância da equipe. A intuição falava mais alto e a reação foi imediata, não importando as horas que teriam pela frente nas rodovias ladeadas pelo verde típico do Estado. Os três empenharam-se em buscar pistas na cidade das Cataratas, sem sucesso. O desgaste da viagem somado a falta de um direcionamento para o caso os desanimaram. Sem nada em mãos, o destino mais provável era voltar para a casa e dar sequência a outra linha de investigação. Trabalhando há mais tempo na área, os policiais que acompanhavam o delegado deram o veredito de que nada mais havia a ser feito por ali.

- Doutor, vamos embora – disse um deles.

Como se algo na própria mente gritasse “Eureka!”, a resposta de Carlos diante do posicionamento dos colegas foi negativa. Sugeriu realizar uma campanha no local a fim de certificar-se de que a estadia ali não era em vão. Esperava que o tempo estendido em Foz resultasse em boas notícias. O mormaço daquela tarde ardia os olhos e queimava a pele aos poucos. A testa daqueles homens reluzia com o suor insistente, a tensão no ar fazia questão de sacudir os nervos. Passaram a se revezar naquele ambiente desconhecido, tentando tornar o local familiar – um deles se posicionou na estaca fincada na calçada que indicava a parada do transporte coletivo,

com o objetivo de esperar a condução como um cidadão comum, sem levantar suspeitas. Outro esboçava um súbito interesse no supermercado próximo, cercando a região com o olhar atento para que nenhum detalhe lhe fugisse ao tato. Camuflados de iguaçuenses, conviveram por um dia como pessoas anônimas de Foz do Iguaçu. Poderiam ser trabalhadores braçais, homens de família ou desempregados fustigados pelo ócio predominante.

Impossível explicar o faro para situações adversas, de modo que a movimentação destoante daquela tranquilidade bairrista não passou despercebida ao trio. Fizeram o que sabiam fazer de melhor e investigaram mais a fundo o que não soava comum ao padrão daquela localidade agora quase íntima a eles. Em uma das casas, grata surpresa por não terem desistido de pronto: a aparência quase inocente de um suposto lar revelou-se um cativado, onde, ao entrarem no local, descobriram Andrézinho escondido sob uma cama de solteiro de madeira maciça. Tentando forjar uma proteção quase uterina, o garoto, obviamente, estava aterrorizado. Encolhido, ele abraçava os próprios joelhos com força. A imagem percorreu a memória do delegado como se fosse um *déjà vu*. Era certo de que já tinha visto aquela cena antes. A criança traumatizada, o suor frio ensopando as mãozinhas que tremiam sem parar. A pupila dilatada e aquele olhar assustado e vazio que o nortearia para novas soluções de casos que atravessassem o próprio caminho. O garotinho balbuciou um pedido sincero e único: queria voltar para casa. O retorno para os braços calorosos dos pais tornou-se uma realidade para ele, e a situação, uma missão cumprida para a equipe que mal tinha começado a atuar efetivamente no Estado.

“*O legal desse caso é que a delegacia é que era especializada nesses casos, e embora todas as polícias do Estado estivessem investigando, nós conseguimos elucidar o caso do Andrézinho. Gerou para um começo de trabalho, uma*

repercussão muito grande. Hoje a estrutura do Sicride é muito maior, mas na época não tínhamos nem plantonista, estávamos 24 horas por dia a disposição do trabalho, então era muito difícil.

Foi no Sicride que instruções importantes foram delegadas e aprimoradas por outros profissionais que posteriormente também dariam a própria contribuição ao órgão ligado diretamente com a Polícia Civil do Estado. Uma dessas lições foi a agilidade em relação às buscas, o fim do prazo, até então imposto, de 24 horas para o registro do boletim de ocorrências em casos de desaparecimento de crianças e até a própria verificação de que boa parte dos sumiços eram ocasionados por fugas do próprio lar. Embora os sumiços enigmáticos, em que a vítima não era localizada, fossem os que mais chocassem, estes eram mínimos se comparados à principal causa dos desaparecimentos: as crianças fujonas.

“*O desaparecimento de crianças pode estar ligado a vários fatores. Pode ser devido a um sequestro, subtração ilegal para um lar, às vezes até com concordância dos pais. Mas pode ser também por crimes graves, como homicídio, crimes sexuais. Um caso interessante que trabalhei, foi de uma que fugiu de casa. Ela era tão esperta que, para não ser achada, trocou de roupa com garotos que estavam na rua. Quando localizamos essa criança, a gente passou para que as assistentes sociais públicas e o Conselho Tutelar fizessem o acompanhamento. Às vezes não era grave. A criança decide fugir sem necessariamente ser vítima de maus tratos. Há várias situações que envolvem o desaparecimento de criança. Enquanto policial, é preciso estar preparado para tudo.*

Nesse período os crimes sexuais contra a criança não tinham tanta evidência e mal eram constatados pela polícia. À época, a identificação de “pedofilia” nas ocorrências não existia como hoje está identificado no código penal. Quando se suspeitava de algo do gênero, o crime era

relacionado a atentado violento ao pudor, ligados a outros crimes de mesmo teor.

“

Acredito que havia envolvimento em alguns casos, porque homicídio de crianças geralmente tem a ver com conotação sexual. Eu suspeitava em alguns casos de vizinhos de crianças, adultos que eram “amigos” dos que desapareceram. Essas pessoas não têm estigma, porque ela vive na região, pode trabalhar, ser amigável e a vítima tem confiança nela. Como ele conhece a criança, o criminoso não pode deixá-la viva depois do crime, porque ele será denunciado. É difícil de se chegar até essas pessoas.

Trabalhando de domingo a domingo, dando entrevistas constantemente e estruturando a unidade, Carlos Roberto Bacila até podia se familiarizar com o campo de atuação, mas adaptar-se à nova rotina não foi tarefa fácil. Além de novas ocorrências, 12 histórias estavam abertas e todo o processo foi encaminhado diretamente para as mãos do delegado-titular. A equipe precisava continuar as investigações de cada um. Se a demora de alguns dias para acionar o serviço já desencadeava consequências graves, lidar com pais há anos ladeados pela mesma preocupação sem resposta era algo pouco palpável. Para dar segmento, todas as famílias foram chamadas para depor – afinal, as informações precisas, os detalhes e as colocações relevantes poderiam ser encontrados com os responsáveis por cada filho. Independente da situação que enfrentariam, a cada pessoa que adentrava aquela sala no subsolo atravessando a porta de madeira em busca de respostas, a atenção dada era a mesma. A preocupação do delegado, independente do posto que assumisse durante toda a vida, era enxergar o lado das pessoas que chegavam à delegacia para pedir socorro. Para ele, ver o outro é fundamental. E buscar a verdade também foi uma das principais ferramentas que marcaram a trajetória curta, mas intensa

frente ao Sicride.

Trabalhar focando somente casos de crianças mostrou que exclusividade na apuração é fundamental para favorecer a elucidação de cada história que batia à porta.

“

Todas as investigações de homicídios de pessoas adultas que sejam psicopatas, não só no Paraná, ele pode mudar de Estado e praticar o crime em outro lugar. Então deveria ter uma unificação dessas investigações para que esses serial killers fossem investigados onde estivessem. Se o criminoso muda de Estado vai dificultar para a polícia que não tem atuação em outro Estado para fazer essa investigação. Eu acho que o que deveria ter não era só os outros Estados terem investigação também, porque eles têm, mas não é especializado tanto quanto no Paraná. Deveria ter uma centralização das investigações de serial killers de adultos e de [desaparecimento de] crianças.

Investigar é fundamental

Principalmente por envolver questões emocionais e abranger a pressão externa da comunidade e da imprensa frente a situações de grande repercussão. Quando Leandro Bossi desapareceu em Guaratuba, associá-lo ao caso do menino Evandro, também desaparecido no litoral, morto em um ritual de magia negra em 1992, tornou-se um rumor que se popularizou rapidamente. Lidar com os boatos e ir contra afirmações de determinados casos foi um dos obstáculos driblados pelo então delegado. Dos mais antigos, Carlos Roberto Bacila tornou-se responsável pelas investigações do desaparecimento do garoto praiano Leandro. Seguiu uma pista sobre o caso, que indicaria a morte daquela criança. A suspeita que tinha era de homicídio, quando então foi interrompido por uma notícia repentina: haviam encontrado Leandro Bossi! E para o alívio da

família, vivo. Foi difícil conter os festejos quando o pai e a mãe do garoto reconheceram a criança com então 12 anos como filho legítimo. Louro, de olhos claros e com as mesmas cicatrizes que validavam o tesouro encontrado. Em um dos pés, uma mancha que dona Paulina Rudy Bossi lembrou-se de imediato: o pequeno havia feito a travessura de queimar a sola do pé com o ferro de passar roupa. Atrás da orelha, nova e feliz descoberta, ao ver o sinal de um corte que o sapeca tinha arrumado para a coleção de artimanhas que aprontou na infância.

A imprensa noticiava o reencontro e a identificação do garoto encontrado em Manaus, onde já se dizia ser Leandro Bossi. Em três cidades do Paraná o menino desfilou no carro do Corpo de Bombeiros celebrando o momento de bom filho a casa torna. Seja por clara vontade de ter o lar preenchido novamente pela efusiva alegria que se esvaia com o passar dos anos, desacreditar na história que parecia tão certa resultou na indignação de quem comemorava a cicatrização do ferimento aberto na família Bossi. Bacila resolveu investigar o caso, mesmo ouvindo das demais pessoas que tal decisão era um trabalho desnecessário, uma vez que os próprios pais o haviam reconhecido. A decisão do delegado ecoava por entre os locais onde o povo já tinha certeza da resolução do caso, e os ruídos que denegriam a postura então tomada.

“Comecei a fazer a investigação e entrei em contato com a Polícia Científica, Instituto de Criminalística, Instituto Médico-Legal. Na época o diretor do IML [Francisco Moraes] prestou todo o apoio. Tinha um investigador na época trabalhando direto nesse caso, que levaram a crer que o menino não era o Leandro Bossi. O que aconteceu? Quando apurei isso, fui conversar com o diretor do IML e ele disse ‘olha, a medida óssea não bate na idade desse menino’. Dava uma diferença de um ano e meio, mas isso não ia resolver o caso. Os outros especialistas diriam que isso não é 100% preciso... Procurar um laboratório que fazia

exame de DNA e pedimos que eles doassem o exame para a polícia. Concordaram, fizeram o exame e constataram que não era o menino. Agora se ver o reconhecimento que a mãe fez da criança... As pessoas na época diziam: ‘Mas você é louco, a mãe reconheceu a criança!’. Era eu contra o mundo. As notícias saindo e tal... Até os repórteres chegavam e falavam: ‘Não vai dar por encerrada a investigação? A mãe reconheceu o filho’. Falei: ‘Olha, tenho minha obrigação de policial, de profissional e vou continuar a investigação’. Todo mundo ficou estarelecido. Então quando veio a notícia depois, foi um furacão, né? Até hoje não se sabe o paradeiro do Leandro Bossi.

Cada registro era visto como de extrema urgência e o resultado tinha de ser eficaz. A necessidade de resolver cada informação que recebiam fez com que o delegado ficasse até três dias sem pregar os olhos. Com as pálpebras já se rendendo ao sono iminente, não havia como pararem para o descanso, afinal, se em um piscar de olhos centenas de crianças desapareciam, a consequência de um cochilo seria catastrófica para as famílias ansiosas pelo resgate da prole. Em 1995, sem estatísticas definidas pelo órgão que estava se estruturando, aproximadamente 100 outras situações terminaram bem. Apesar do indiscutível sucesso nas investigações, cabe na lembrança uma garotinha meiga, de cabelos ondulados e olhos negros. O nome ele jamais vai esquecer: Letícia Moraes de Oliveira. A cidadezinha de Iporã, com cerca de 26 mil habitantes na década de 1990, também permanece na lembrança, local de onde não se sabe para onde a menina de três anos foi levada. O município fica a 52 km de Umuarama, região noroeste do Estado.

A família estava em uma propriedade rural no sábado, dia 19 de agosto de 1995 e o pai levaria a filha a um passeio de cavalo pelo lugar. Deixou Letícia ao lado do animal enquanto foi arrumar uma cerca de arame

e, após o período de alguns minutos, ao retornar ao ponto de partida, não a encontrou mais. As autoridades policiais do interior se mobilizaram nas buscas após constatarem o desaparecimento dela. Passaram-se dias até chegarem à conclusão de que precisariam de reforços para trabalhar e foi então que contataram o serviço especializado recém-criado, que fica a 609 km de distância da cidade onde estavam. Foram quase oito horas intermináveis de viagem com a equipe até o local, pensando em quais dificuldades encontrariam no meio do caminho. As medidas foram tomadas – interrogaram os pais Odair Francisco de Oliveira e Maria Izabel Moraes de Oliveira, revisitaram o último local em que viram a criança e a última lembrança que os familiares tinham, mas as provas materiais que podiam colher no espaço já era utopia. A única testemunha era o cavalo que Letícia gostava de montar na companhia de Odair, o último a vê-la.

“ *Tinha um suspeito com prisão decretada do Nordeste. Ele era suspeito de ter matado o pai quando tinha 9 anos de idade. Aconteceu uma coisa inusitada: o juiz local o soltou contra uma ordem de prisão do Nordeste. A gente ficou revoltado. Esse suspeito fugiu e praticou crimes em todo o Brasil de estelionato. Fez santinho para dizer que ele estava morto no Nordeste, era um cara assim que tinha tudo para ser o autor. A gente só estava tentando achar uma prova, porque era o cara que trabalhava ali e estava próximo quando a criança sumiu. O juiz local, contra uma ordem de um juiz de outro Estado mandou que ele fosse solto e ele sumiu, fugiu, óbvio. Acabou a investigação ali. Às vezes uma investigação pode ser prejudicada por uma decisão precipitada de um juiz, porque ele tinha mecanismos legais para manter o sujeito preso.*

O aprendizado e a intensidade de emoções que Carlos acompanhou e vivenciou na pele como o primeiro delegado do Sicride e um ano e cinco meses a frente do órgão, permanecem intrínsecos na própria rotina. A cada novo caso noticiado pela imprensa envolvendo o desaparecimento de crianças desperta nele o sentimento de responsabilidade que sempre carregou como ideal no trabalho que desempenha. Ainda que inconscientemente, o delegado traça na memória caminhos de investigação que tomaria se fosse o responsável pelo caso, tentando imaginar a solução. Certa vez, quando estava em Fortaleza, correu os olhos nas matérias de capa dos periódicos locais e se deparou com notícias predominantes do sumiço de uma menina. Com o olhar clínico de delegado e a didática de professor do curso de direito da Universidade de Foz do Iguaçu, não hesitou em comentar com uma amiga o que a intuição de investigador lhe soprava aos ouvidos: a criança estava morta. As manchetes do dia seguinte não o surpreenderam quando informavam sobre o corpo encontrado daquela mesma garota.

“ *Um cara tinha encontrado a menina brincando com outras crianças e quando ela saiu um pouco dali, ele sufocou a menina e levou ela no colo. Provavelmente ela desmaiou e ele a carregou dentro do ônibus. Nesses casos às vezes as pessoas não sabem que está acontecendo um crime. Pelas características, não é que eu já sabia 100% certo, mas a gente já tem um faro para chegar próximo ao que está acontecendo. Assim, 90% achei que a criança tinha sido vítima de homicídio. O jeito que ela desapareceu: uma criança bonita, uma menina brincando ali e sumiu, do jeito que aconteceu... Você acaba ficando com muito conhecimento sobre o assunto.*

As investigações no Sicride se estendiam com êxito em 1996, quando Carlos recebeu uma notícia que mudaria os rumos do serviço e da própria vida: um convite para que assumisse o cargo de vice-diretor da Academia da Polícia Civil apareceu. À época ele já tinha grande empatia com a escola, por ser professor do curso de direito desde os 23 anos. Identificou-se de pronto com o que o futuro lhe reservava. Deixou a sede do serviço crendo que ali tinha realizado um trabalho produtivo e que mais adiante renderia frutos positivos para o próprio Estado, no reconhecimento como unidade referência em todo o País. Com o dever de instaurar e preparar o trabalho cumprido, a segunda casa do titular estava aberta para o próximo responsável pelo serviço. A proporção de atividades requeridas pelo Sicride assustava um pouco os demais profissionais e, por isso, o cargo não era nem de longe o almejado pelos demais delegados. Não houve indicação por parte de Carlos para um futuro substituto, mas ele estava tranquilo em entregar o posto em ordem com seus deveres ali realizados.

“*Uma vez um delegado perguntou por que eu não pegava uma delegacia melhor e perguntei se ele tinha filhos e filhas. Quando fui da [delegacia de] homicídios eu sempre quis trabalhar em lugares que têm interesses fundamentais, como a vida. Meus referenciais sempre foram esses. Às vezes fui um pouco mal compreendido por colegas que não entendiam muito bem... Vivi aquilo intensamente. Foi um orgulho.*

Carlos Roberto Bacila não tem filhos, mas a vontade de ser pai sempre esteve presente em seus interesses pessoais. Ele deixou o Sicride em janeiro de 1997. Somente neste ano, 151 crianças desapareceram em todo território paranaense e todos os casos desse ano foram solucionados.

BASTIDOR

O contato com o primeiro delegado se mostrava mais complicado do que aparentava. A ida a Curitiba reservou uma descoberta: Carlos Roberto Bacila estava em Foz do Iguaçu, na Polícia Federal. Foquice pura não verificar isso com antecedência. A cada conversa com os entrevistados da capital, a dúvida crescia pela falta de contato com o primeiro delegado. Muitos não sabiam responder quem fora o primeiro delegado. A varredura pela internet começou e apontou alguns direcionamentos que poderiam ser percorridos: a própria Polícia Federal e a Universidade de Foz do Iguaçu, onde dá aula, às segundas-feiras. Em época de tecnologia a favor da otimização do tempo, alguns e-mails foram encaminhados na esperança de se obter uma resposta, que não tardou a aparecer. Na manhã ensolarada do dia 13 de setembro, o celular começou a tocar – o código da ligação era 45 e a última pessoa que imaginava ser do outro lado da linha era o entrevistado. “Alô, aqui quem fala é o Bacila!”. Os anos em Foz do Iguaçu o afastaram de casa, mas não conseguiram arrear o sotaque curitibano. A conversa se estendeu por 15 minutos de vários relatos lembrados dos tempos idos de 1995. A entrevista, ainda que por telefone, estava agendada para o dia seguinte e durou aproximadamente 45 minutos – tempo suficiente para conhecer melhor o Sicride e desencadear a curiosidade urgente em conhecer aquela história. Autor de cinco obras, entre elas a biografia do escritor e orador norte-americano Dale Carnegie, Bacila estaria em Maringá no próximo mês.

No dia 22 de outubro, a feliz coincidência uniu entrevistado e estudantes: ele viera com o objetivo de ministrar uma palestra em comemoração ao centenário de Carnegie, realização feita pela Associação Comercial e Empresarial de Maringá (Acim). De tal motivo, uma solução para a distância que nos separava de um contato cara a cara. A conversa pessoalmente foi rapidamente agendada para o final daquela tarde de

horário de verão. O Hotel Elo, localizado na avenida Duque de Caxias, número 99 em Maringá, abrigava naquele dia o delegado, autor da biografia do orador Carnegie e passou a abrigar o diálogo carregado de descobertas para os presentes no saguão, local do bate-papo. Acompanhado da noiva, Sheila, ele estava vestido para um jantar que teria posteriormente à entrevista. Trajava camisa três quartos na cor branca com finíssimas listras pretas e botões de mesma cor. Calça e sapato social, o cabelo ralo penteado para trás indicavam que tinha acabado de sair do banho. Voz de locutor e altura de jogador de basquete, Bacila revelou ser mesmo craque de pebolim da adolescência até a fase adulta. O interesse da polícia veio bem de antes, quando um pequeno Carlos era hipnotizado pelos filmes de faroeste da televisão de casa, em Curitiba, cidade onde nasceu. Hoje com 44 anos, suas lembranças são divididas entre a capital, Maringá e Foz do Iguaçu.

QUARTO CAPÍTULO

1997 A 2003

“Aquilo me tornou mais humano”

Abriu os olhos inseguro do horário em que acordara. Preguiçosamente girou a cabeça na direção do relógio despertador sobre o criado-mudo. Eram 6h15, 29 de janeiro de 1997. Acordar adiantado naquele início de semana era totalmente compreensível, já que uma nova etapa se iniciaria em sua vida e uma incerteza aliada à ansiedade tomava conta de seus sentimentos. Através da janela do quarto avistou o dia com os primeiros raios tímidos do sol e, ali, na cama mesmo, começou a relembrar a carreira construída na Polícia Civil. Já iam 28 anos de dedicação em diferentes repartições do órgão. Entre os serviços realizados, havia trabalhado na Delegacia de Segurança e Informações, no 1º Distrito Policial de Curitiba e na Delegacia de Crimes contra a Administração Pública. Pensou nas amizades construídas, nas dificuldades enfrentadas e nas inimizades, que julgava inevitáveis, devido à complexidade da profissão. Ao mesmo tempo em que as lembranças passavam por sua mente, procurava compreender o que motivou a sua indicação para atuar à frente do Sicride, serviço que tinha então menos de dois anos de existência. Afinal, não havia contato com os trabalhos desenvolvidos, não conhecia a realidade e imaginava o quanto havia por conquistar. Enquanto a água morna escorria por seu corpo, Harry ainda lembrava momentos importantes de sua carreira. O que o serviço que estava prestes a assumir lhe reservaria? Por que essa indicação inesperada?

Não mais que vinte minutos foram necessários para chegar ao seu novo posto de trabalho. Com andar e semblante marcados pela segurança, que caracterizava sua personalidade, subiu as escadas do prédio preparado para conhecer o local. Entre concepções diversas a respeito do sucesso

ou fracasso do Sicride, criado para suprir a demanda de famílias com crianças desaparecidas que começaram a se mobilizar, havia entendido a sua indicação ao cargo como um desafio. E estava disposto a vencê-lo, tornando o Sicride reconhecido em território nacional.

A equipe com a qual podia contar não era grande, composta de não mais que cinco investigadores para trabalhar com os casos de todo o Estado. Logo nos primeiros dias de trabalho, Harry já compreendia que os desafios à frente da delegacia especializada eram maiores que os que imaginara. Era preciso permear 13 histórias diferentes, unidas apenas por algo em comum: o desconhecimento sobre o paradeiro de uma criança. Mas não só isso. O desafio também consistia em conciliar o trabalho pautado nos casos já existentes e nos que surgiriam, procurando, por ambos os lados, encontrar respostas rápidas para os fenômenos.

A cada semana na pequena sala com poucas mesas e arquivos ao fundo, novas ocorrências eram registradas. O ano anterior não havia sido um ano tranquilo no Sicride. A delegacia havia registrado o número de ocorrências que não seria ultrapassado nos demais anos de atuação. No total, 151 casos, número que impressiona a quem consulta o endereço eletrônico do Sicride e confere as estatísticas lá registradas durante todos os anos de existência da delegacia. O número assusta, já que corresponde a casos apenas do Paraná. Por outro lado, começou, naquele momento, a despontar a valorização do serviço de investigação que só cresceria no decorrer dos próximos anos, pois os resultados obtidos em 1996 foram totalmente satisfatórios: 100% dos casos registrados foram solucionados.

A participação e o envolvimento com cada caso, em suas particularidades, somavam aspectos valiosos à experiência do delegado Harry Carlos Hebert, que tornava-se cada vez mais capaz de relacionar fatos e casos de acordo com as diferentes naturezas, alimentando diariamente o desejo e o compromisso de elevar a credibilidade do órgão.

Era 7 de março de 1997. A semana havia sido tranquila no Sicride. Harry trafegava pelas ruas de Curitiba, enquanto fazia planos para o fim de semana junto à família. Uma fina garoa caía sobre a capital. A chegada da sexta-feira parecia agitar os curitibanos. Outdoors divulgavam o grande show internacional esperado para a próxima semana: o famoso guitarrista Steve Vai se apresentaria na AeroAnta, famosa casa de shows da década de 1990. Seria a segunda turnê do artista no Brasil. Parado em um semáforo, através do para-brisa do automóvel, Harry avistou uma mãe com uma criança, de não mais que quatro anos com um sorriso no rosto e brincando a cada passo, aproximar-se da faixa de pedestre. Em alguns segundos, a criança soltou a mão esquerda da mãe e avançou pulando sobre as faixas em tom branco. A mulher, com saia longa e um casaco largo, segurando sacolas de compra na mão direita, gritou à criança e correu em sua direção, segurando-a ligeiramente pela mão e advertindo-a em voz alta pela atitude perigosa. Parecia inevitável não relacionar cada cena do cotidiano às experiências vividas no Sicride; pensar na intensa relação entre mães e filhos que observara durante esse tempo, sendo testemunha de sorrisos, quando o desfecho de um caso era feliz, e também de choros, quando a notícia a familiares de crianças não era nada agradável. A cor verde já refletia sobre o carro e o som de buzina soou do automóvel atrás. Harry seguiu para seu lar.

Estava no meio do jantar quando o celular tocou. O delegado atendeu a ligação, levantou-se da cadeira em que estava sentado. Caminhou com passos rápidos até a escrivaninha na sala de estar e fez rápidas anotações em uma caderneta. Desligou o celular e, apoiado no móvel, pensou por alguns instantes. Era um novo caso de desaparecimento. Uma equipe precisava ser deslocada rapidamente à casa da família da criança desaparecida.

Não demorou muito para que o delegado, acompanhado de dois investigadores, chegasse à residência de dona Maria Borges Ranea. Em

meio ao desespero, os policiais procuravam o máximo de informações da família, sem, todavia, conhecer detalhes. Osnei Ranea, o garoto de 11 anos, havia visitado o tio durante aquele dia, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), maior bairro da capital paranaense, na época com aproximadamente 150 mil moradores, superando o número de habitantes de várias cidades brasileiras. Tinha planejado um banho de piscina e estava ansioso por isso. Despediu-se do tio, comunicando-lhe que iria banhar-se no complexo do Corpo de Bombeiros e, desde então, não havia sido visto por conhecidos. As investigações foram intensas no fim de semana. No Sicride, cuja equipe ainda comemorava a recente marca de 100% dos casos resolvidos, a expectativa sobre o caso já era grande.

A semana começou marcada por um clima de incertezas no interior do Sicride. Com uma das mãos apoiando o queixo, Harry folheava documentos e refletia sobre as pistas e os resultados do trabalho dos investigadores sobre o desaparecimento registrado na última sexta-feira. E por mais que refletisse e direcionasse o maior número de profissionais possíveis para a investigação, respostas não eram encontradas. Dias se passaram. Meses ficaram para trás. Aquele seria o primeiro dos casos surgidos durante a sua gestão que não foram resolvidos pela equipe.

Muitos dos desaparecimentos de crianças podem ser evitados. Por isso, com o intuito de promover a prevenção, logo nos primeiros meses de existência, o Sicride passou a produzir uma cartilha direcionada a crianças. Com histórias que tinham como personagem principal o “João Esperto”, que se envolvia em aventuras e ensinava lições para a prevenção contra desaparecimentos, era possível disseminar ações para combater o rapto, sequestro e outros crimes. A linguagem direta e acessível às crianças cumpria seu papel e a distribuição do material era feita em locais específicos, como escolas e/ou eventos nos quais reunia-se grande número de crianças. A repercussão entre os pequenos era grande e positiva. Por isso, o projeto se expandiu e, em 19 de junho de 1997, o personagem João

Esperto, das cartilhas educativas, ganhou vida e se tornou o mascote da campanha de prevenção contra os casos de crianças desaparecidas. Feiras, exposições e outros acontecimentos com considerável aglomerado de pessoas recebiam a movimentação e a caracterização do alegre personagem.

O índice de resolução de casos no Sicride se mantinha satisfatório. Harry se orgulhava por estar à frente de um serviço que era pioneiro e único no País. A rotina era marcada por surpresas, novos registros e emoções a cada momento. Casos ímpares surgiam, como quando a vizinhança de uma família em Campo Largo, que fica a menos de 100 km de Curitiba, denunciou que haviam presenciado a venda de crianças recém-nascidas. A informação vazou e todos queriam saber quem estava com os gêmeos daquela família, que estavam registrados como desaparecidos desde que, no Sicride, a história tinha sido conhecida. Não precisou de muito tempo para que o mistério começasse a ser revelado. Harry, nos primeiros momentos de investigação, descobriu algo incomum: as crianças estavam vivendo com um deputado. Alguma confusão estaria acontecendo?

“ *Parecia que os gêmeos estavam com um deputado. Eu disse: ‘Vamos devagar’. Fiz um pacto com o jornalista. ‘Vamos averiguar primeiro, depois eu te passo as coisas.’ Ele já sabia, porque tinha vazado, mas não tinha os detalhes. Fui e descobri que tava com o deputado, mas me fechei. Descobri qual deputado, mas não falei nada para a imprensa. O deputado é um caso diferente; você não pode intimar um deputado. Eu officiei para o presidente da Assembleia Legislativa da época para que ele autorizasse a vinda do deputado ao Sicride, para prestar esclarecimento de interesse da polícia [...] Minha sala foi invadida, assim, por um monte de deputados. Me assustei, né? Mas é aquele negócio: ele foi, por ignorância, conduzido pela boa fé. Foi lá e ficou sabendo que a família queria doar os gêmeos. Ele mesmo fez*

as coisas que achou que eram normal e trouxe as crianças para Curitiba. A vizinhança denunciou. Para nós, para todos os efeitos, essas crianças estavam desaparecidas. Recebi a comissão de deputados, conversei com eles e conversei com ele depois, mais particularmente, né? ‘Olha, isso tá errado. Isso aí traz toda essa complicação.’ Falei: ‘O negócio que vai acontecer é o seguinte: eu vou instaurar o inquérito, já está instaurado. Vou te indiciar no inquérito. Vamos fazer o seguinte: você leva essas crianças e apresenta imediatamente para o juiz de Campo Largo’. Porque ficou aquele negócio, ele disse: ‘Eu não vou devolver as crianças’. Eu: ‘Tá, tudo bem, o senhor tem de dar satisfação pro juiz lá’. Porque disse que a mãe já tinha se apegado às crianças. As crianças estava cheirosinhas, bonitinhas. O juiz lá de Campo Largo me ligou e disse: ‘doutor, se o senhor não pedir a prisão preventiva do deputado, eu vou decretar a prisão, não dele, porque eu não posso, mas eu vou prender a mulher dele, esposa dele’. Me lembro que estava indo para Ponta Grossa, e tocou o celular, era ele. ‘Doutor, eu sei que o senhor está me procurando, precisando falar comigo..’ Eu disse: ‘Você não entregou as crianças, não levou pro juiz?’. “Não, é que meu advogado está vendo...”. “Não vai na conversa desse seu assessor, ele já te colocou numa fria. Faz o seguinte: eu não ia te falar isso, mas leva essas crianças hoje lá para o juiz, porque ele vai decretar a prisão da sua esposa’. Ele levou e escapou da prisão da mulher.

Os gêmeos ficaram com a família adotiva. Casos novos e diversos e passos diferentes também para o Sicride. Em novembro de 1997, o delegado foi convidado a participar da 12ª reunião da Interpol (Organização Internacional de Polícia Criminal), a ser realizada em Budapeste, na Hungria. Satisfeito com o convite, planejou rapidamente a viagem ao evento, sem imaginar que era o único convidado da América Latina. O convite fora feito porque representantes da organização haviam visitado

o Paraná e conhecido a estrutura do Sicride e os trabalhos desenvolvidos. A reunião, que tratou de assuntos referentes a diferentes crimes contra crianças, foi um momento importantíssimo para estabelecer contato com representantes de outros países, onde algumas das crianças desaparecidas poderiam estar e, também, apresentar, por meio desse contato, as formas de atuação da delegacia especializada no Paraná.

Uma parceria com a empresa Telebrás marcaria mais uma conquista do Sicride em 1997. A empresa passou a emitir nos ‘cartões telefônicos’ imagens de crianças desaparecidas, contribuindo, assim, significativamente para a divulgação das imagens daqueles que haviam sumido sem deixar pistas. O ano estava em sua reta final, mas um caso particular ainda passaria a desafiar o trabalho dos profissionais que atuavam em prol do Sicride.

Kelly Cristina da Silva, de 6 anos de idade, brincava na frente de casa na companhia da irmã mais velha. Era 9 de dezembro, terça-feira. Enquanto as duas irmãs conversavam, Kelly empurrava o portão com um dos pés para frente e para trás, provocando um pequeno som vindo dos ferros sem manutenção. A rua estava tranquila e um vento balançava sutilmente as folhas das árvores na calçada. Um homem aproximou-se das duas garotas. Aparentava ter aproximadamente 40 anos, tinha cabelos grisalhos, era magro e alto. Cumprimentou as irmãs e, ao falar, demonstrou a falta de um dos dentes na arcada superior em sua boca. Conquistou a atenção das crianças e disse que poderia dar-lhes uma boneca e um ingresso para o circo, de presente. A irmã mais velha foi para casa, sem considerar a possibilidade de um criminoso estar por perto. Kelly, de pele morena, cabelos pretos encaracolados e olhos no tom castanho escuro, sorria e continuava a se movimentar. Não demorou

muito para que a menina se encantasse com a oferta dos presentes. Mais um convite vindo do homem de meia idade e o barulho do portão não foi mais ouvido.

Por mais que não se encontrasse respostas para os mistérios que envolviam os casos de Osnei e Kelly, a maioria das ocorrências era resolvida. Parecia que a cada dia mais destaque recebia o Sicride. E novas conquistas viriam. No mês de dezembro de 1998, autoridades chilenas solicitaram ao Sicride os documentos pertinentes à criação do órgão. No mesmo mês, foi realizada uma reportagem internacional tendo-se por base a atuação do serviço no Paraná, com o objetivo de incentivar a implantação de um sistema semelhante no Chile.

As investigações em Curitiba e outras cidades do Paraná não paravam. Havia muitos registros e indicações de que algumas crianças desaparecidas do Estado estavam envolvidas com uma quadrilha chefiada pela assistente social Arlete Hilu. Harry precisava conhecer mais sobre a história para procurar entender se algumas das crianças que haviam sumido antes da criação do Sicride tinham sido realmente vítimas do esquema. O delegado começou para a investigação a partir de vários materiais consultados, compreendendo, a por meio das apurações, o que era verdadeiro entre os fatos e o que era “produto da imaginação” da mídia. Um levantamento feito pela Revista Veja, em 29 de junho de 1988, explicou como funcionava o esquema de adoção ilegal: Arlete Hilu era curadora do Juizado de Menores em Curitiba. Sua quadrilha era composta por mais de 20 pessoas, entre as quais médicos, advogados e enfermeiros. A equipe agia na falsificação de documentos e vendia crianças para o exterior, principalmente países da Europa e do Oriente Médio. Um dos lugares que mais recebeu crianças, de acordo com informações da polícia

do final dos anos 1980, foi Israel. Estima-se que cerca de 650 crianças do Sul do Brasil foram levadas para lá.

A apuração dos casos não era fácil. Antes da década de 1990, a legislação brasileira continha brechas que permitiam a adoção de crianças brasileiras por pessoas de outros países. Foi só depois desse período que leis como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) passaram a valorizar e contemplar a criança mais especificamente como sujeito de direitos, restringindo as ações que envolviam a infância.

Por mais que procurasse estabelecer ligações entre as crianças, cujos casos desafiavam os investigadores do Sicride, e a quadrilha de Arlete Hilu, Harry não chegava a nenhuma conclusão de tal natureza. A assistente social já havia, inclusive, sido presa, mas sua ligação com as ocorrências investigadas não se comprovava.

“ A Arlete Hilu era uma assistente social que tinha um excelente trânsito no antigo Juizado de Menores. Aí ela disse pra mim: “doutor, eu ia nessas favelas, descobria essas mulheres que estavam barrigudas, prestes a dar a luz, a gente sabia que elas não tinham condições de criar, essas crianças iam nascer e morrer de fome, até por inanição”, e ela pensava que estava fazendo uma caridade. Não deixa de ser, até o momento em que começa a entrar dinheiro. Aí complica. Ela disse assim: “Mas eu nunca sequestrej uma criança. Falam tantas inverdades a meu respeito. Chegam a afirmar que me viram. Nunca. As crianças que eu intermediei a adoção, muitas eu comprei das mães”. E realmente não teve um caso, assim, que a gente pudesse ter detectado que a Arlete Hilu tivesse uma ligação direta. Nada a ver, sabe? Mas é aquele negócio, a opinião pública é muito criativa. E uma pessoa depois de estigmatizada não tem mais jeito. Ela vai ser bandida pro resto da vida.

A década de 1990 chegava ao fim. O Sicride fazia retratos falados

de suspeitos desde o surgimento do órgão, mas Harry pretendia ampliar a dimensão da técnica. Conhecia o artista forense responsável pelo trabalho em vários departamentos da Polícia Civil: o arquiteto Roberval Coutinho, homem de pele clara, alto e simpático. Com uma forma despojada de se vestir, pensava e falava com rapidez marcante. Ele nasceu em uma família de artistas que realizava trabalhos da mesma natureza.

O arquiteto Roberval Coutinho foi o responsável pelo início da prática em Curitiba, no início da década de 1990, motivado pela prática de retrato falado e envelhecimento que desenvolvera no setor de Criminalística da Polícia Civil durante sua carreira, além de um banco de dados suficientes para o aperfeiçoamento da técnica. De média estatura, cabelos brancos e de meia idade, o arquiteto foi convidado, em 1999, a exercer o trabalho pelo Sicride, onde permaneceu até 2005.

O primeiro envelhecimento digital feito por Coutinho foi de Guilherme Caramês, filho de Arlete. O resultado agradou e foi, inclusive, divulgado, por meio da Interpol, a mais de 170 países. Em exposições da Polícia Civil no tradicional Parque Barigui, em Curitiba, a técnica surpreendia. Pessoas curiosas que se submetiam ao trabalho de envelhecimento, como forma de demonstração, atestavam frequentemente similaridades entre o real e o projetado. A boa aceitação e os resultados positivos contribuía cada vez mais para que a prática fosse valorizada entre as ações do Sicride.

“As atualizações de imagens das crianças dão um fôlego, uma sobrevivência à esperança da mãe, porque quando a família não encontra uma criança viva ou morta, não dorme, não come direito, não descansa, enquanto o caso não tiver um ponto final.

(Roberval Coutinho, artista forense que desenvolveu o processo de envelhecimento digital)

Não foram poucas as vezes nas quais o delegado e o artista conversaram sobre a importância da construção da imagem na busca por um suspeito. O acervo de informações imagéticas de Coutinho tornava-se cada vez mais vasto, o que, em certo momento, o ajudou a desenvolver um sistema de envelhecimento digital. A ideia era, a partir do material reunido e das imagens das crianças e dos respectivos familiares, projetar como seria a fisionomia do desaparecido meses ou anos depois. O arquiteto foi convidado em 1999 a exercer o trabalho pelo Sicride, onde permaneceria até 2005.

A técnica, antes manual, deu lugar ao computador. Mesmo assim, o trabalho continuou intenso. Não se podia prever ou criar expectativas nas famílias referentes ao tempo que levaria para projetar um envelhecimento. A atividade além de extensa era árdua.

“Quando chegava um trabalho para mim, não existia um tempo para se fazer isso, porque eu tinha que estudar, dormir pensando de como ele [criança desaparecida] poderia ser, porque é uma técnica meio empírica; não tem um modelo matemático, não tem um algoritmo, por exemplo, que você põe aqui aperta um botão e sai ali, embora hoje nos tenhamos na internet vários programas que façam esse tipo de alteração a título de brincadeira e tal. Por exemplo, você tem vinte e um, vinte e dois, vinte e três anos e eu te quero envelhecer mais trinta anos. Eu tenho uma sequência de fotos, de imagens do teu tipo, o que daria um certo nível de acerto.

Na ocasião, a projeção procurava indicar como o menino estaria aos 13 anos. A partir de então, a técnica se aprimorava e outras crianças desaparecidas recebiam sua imagem projetada em anos mais tarde depois do desaparecimento.

Os retratos falados e os arquivos de envelhecimento digital eram imediatamente encaminhados para os veículos de comunicação. Harry procurava manter um relacionamento amistoso com a imprensa. Compreendia que para a divulgação de retratos falados, envelhecimento digital e algumas informações que precisavam ir a público, não havia caminho mais eficaz. Mas sempre considerou que a mídia, muitas vezes, frustra o trabalho da polícia, podendo divulgar informações confidenciais que não deveriam ir a público, em nome da audiência; cobrar o serviço policial sem entender realmente sobre o assunto e o processo de investigação de cada caso particular, entre outras ações.

“ *Em determinado momento a imprensa deve divulgar o fato. É de interesse da comunidade, é importante que as pessoas fiquem sabendo. Mas tem momentos em que ela [a imprensa] começa a cobrar, também, da polícia. Já li no Facebook críticas sobre o trabalho da polícia, mesmo quando se faz tudo o que está ao alcance. No caso de desaparecimento, algumas vezes a culpa é dos pais, mas a grande cobrança sempre recai sobre o trabalho dos policiais.*

(Harry Carlos Herbert, delegado do Sicride por seis anos)

Para que se alcançasse sucesso nos trabalhos realizados, Harry considerava necessário muito empenho e dedicação por parte de cada profissional que atuava no Sicride. Dentre os investigadores, alguém lhe chamou a atenção. Alta, de pele clara e cabelos à altura do ombro, Márcia Tavares tinha apenas 18 anos. Havia acabado de ingressar na Polícia Civil e tinha vontade de aprender e ansia por resolução de casos. Era de agentes assim que o serviço especializado precisava para se tornar ainda mais reconhecido.

No ano de 2001, um acontecimento marcou a existência do Sicride. Ainda sob a liderança do delegado Harry Carlos Hebert, o

serviço especializado, então com seis anos de existência, recebeu uma homenagem do MJ (Ministério da Justiça). Como convidado de honra, o delegado responsável esteve em uma conferência no Distrito Federal, na qual o Sicride foi considerado um modelo a ser implantado em todos os Estados da Federação, tendo em vista os admiráveis resultados positivos que alcançava. Além disso, reconhecendo o importante papel da organização, o MJ se responsabilizou pela confecção das cartilhas do “ABC da Segurança do João Esperto”, comprometendo-se em distribuir a todos os Estados.

A credibilidade do Sicride aumentou. Após a homenagem e a indicação recebida em Brasília, em novembro de 2002 representantes do Sicride participaram, como convidados especiais do Ministério da Justiça, do Seminário Nacional de Avaliação da Atuação das Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente no Brasil, em Brasília, no Distrito Federal. O evento foi organizado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e pelo Departamento da Criança e do Adolescente do MJ.

Lidar com situações que envolviam crianças era realmente algo comovente e especial. A atuação dos profissionais do órgão devia ultrapassar medos e limitações para encontrar inocentes que, muitas vezes, encontravam-se em situações de grande risco. E Harry assim se considerava. Não conseguia dar por encerrada uma investigação enquanto todas as tentativas não estivessem esgotadas. Estava envolvido com o processo de elaboração de documentos sobre o trabalho do Sicride para enviar ao exterior, para servir como modelo, quando tomou conhecimento de um caso que marcaria a sua carreira: Um engenheiro que morava em Foz do Iguaçu havia tomado a própria filha, cuja guarda era da mãe, que morava na cidade de Rio Negro – a pouco mais de 100 km de Curitiba – e levado para Portugal. Acompanhando o desespero da jovem mãe, Harry se envolveu com o caso, procurando, a qualquer modo, encontrar e devolver a criança.

O caso foi complicado, porque o sequestro havia sido muito bem planejado e contou com ajuda de autoridades brasileiras que ajudaram pai e filha, menor de idade, a sair do País. O delegado sabia que mais importante do que respeitar as limitações e as regras, devolver uma criança aos braços de uma família era algo muito importante. E foi pensando assim que agiu por impulso, passando por cima de padrões para que o caso fosse resolvido e tivesse um final feliz.

“ *O que o português fez? Se aproveitou daquela visita de que ele tinha direito de ficar com a filha e levou a filha. Era uma menininha, hoje deve estar adolescente. Mas para tirar do país não é fácil. Tem que ter a autorização da mãe... É complicado, né? O que ele fez? Foi para Ilhéus e lá, acho que eles tinham amizade com o juiz, e o juiz pegou e deu uma autorização para ele tirar a criança [do País] [...] Como o crime teve início na cidade de Rio Negro, fui lá e conversei com o juiz. E ele fez uma coisa que se eu contar ninguém acredita. Foge dos padrões normais do direito. Consegui que ele decretasse a prisão dos avós [do engenheiro]. Porque é o seguinte: eu tinha tentado por várias vezes sensibilizar os avós que moravam em Foz do Iguaçu. O avô era um alto funcionário da equipe. Explicar para ele que a menina [mãe] estava sofrendo. O filho dele tinha levado a criança sem autorização. Ele foi grosseiro comigo, grosseirão, sabe? Não dava muita bola. Fui pessoalmente cumprir a prisão. Cheguei e falei pra eles: 'Eu estou com ordem de prisão, vou levá-los presos. Quem sabe seu filho, se é que ele gosta de vocês, ele vai se sensibilizar e vai devolver a criança. Só isso. Não é pessoal. O senhor vai ser tratado de acordo com a lei, normal, o senhor tem direito a prisão, separada, especial, porque tem nível superior'. Ele protestava: 'Isso é um absurdo. Isso aqui é um País sem lei, como pode? O que eu tenho a ver com isso?'. Não deu uma semana, a criança apareceu.*

Valorizar a vida de crianças e procurar excluir ou amenizar o sofrimento de familiares era o foco do delegado e sua equipe. Ao mesmo tempo em que se intensificavam os trabalhos de investigação, ganhava ritmo também o processo de ascensão do Sicride. Harry sentia-se feliz. Os desafios surgidos desde o início dos trabalhos à frente do órgão o haviam fortalecido. Estava satisfeito por contribuir para manter a qualidade dos serviços prestados, o que oferecia às famílias das crianças desaparecidas no Paraná chances maiores de encontrarem respostas para os mistérios que as cercavam.

A notícia começou a ser dada por telefone. Era final do ano de 2002. Harry estava em sua mesa, a poucos dias de sair de férias, realizando algumas atividades, quando o aparelho tocou. Logo entendeu que sua carreira sofreria mudanças novamente. Encerrou a ligação, vestiu o casaco e saiu rumo ao órgão superior.

Quando voltou à sede do Sicride, o delegado resolveu compartilhar a novidade com a equipe de trabalho: a partir do próximo ano, não estaria mais à frente do Sicride. Recebera o convite para assumir o Departamento de Inteligência do Estado do Paraná. Era o momento de se preparar para a mudança de serviço. Sentiria saudades dos contatos com as famílias, do envolvimento com cada caso e sensação de reconhecimento atribuído pelas pessoas que encontravam respostas sobre o paradeiro das crianças desaparecidas. Era hora de seguir adiante. Ficou por um momento a olhar o céu, por entre a janela, e a pensar no que estava a lhe esperar. Seu desejo era que o Sicride continuasse crescendo em ações e credibilidade. Preocupava-se com quem lhe sucederia. Pensou por mais uns minutos e logo teve em mente quem poderia assumir os trabalhos do Sicride.

Harry Carlos Hebert é pai de dois filhos e avô de dois netos. Ele

deixou a função em 3 de janeiro de 2003. Durante sua gestão, ocorreram aproximadamente 400 casos de desaparecimento de crianças, dos quais três não foram resolvidos e continuam até hoje sem solução.

“ *Aquilo me tornou mais humano, sabe? Aquilo ali me tornou uma pessoa mais compreensiva. Eu nunca fui desumano, sempre fui uma pessoa normal. Mas com uma rudeza. As pessoas tinham uma visão muito estereotipada da polícia, que para ir para polícia tem de ser mal.* ”

BASTIDOR

De uma hora para outra o cenário pareceu mudar. Através do vidro, sentado no banco de trás do táxi, era possível enxergar e se impressionar com os casarões que compõem harmoniosamente a ladeira na rua Desembargador Mota. O rádio do automóvel, ligado pelo taxista havia pouco tempo, oscilava entre duas frequências, com áudio de péssima qualidade. A música clássica mesclava-se ao sertanejo de raiz, parecendo concordar com a instabilidade daquele mês de junho de 2012 na capital paranaense, com temperaturas altas e baixas em um mesmo dia. O carro adentrava o Batel, bairro que, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Planejamento da cidade, reúne moradores com maior poder aquisitivo que os de qualquer outra região da metrópole. A diversidade de lojas, shoppings e estabelecimentos de gastronomia ali é facilmente observada. Horário de almoço e o movimento era intenso.

Entrando na recepção de veículos do restaurante, o taxista puxou o freio de mão e avisou: “Aqui. Battel Grill.” Foi possível perceber de imediato que a casa estava cheia e havia uma grande fila de pessoas esperando por uma mesa vazia. A espera não foi necessária; a personalidade a ser entrevistada fez questão de receber amigavelmente e apontar uma mesa reservada em seu nome: Harry Carlos Herbert. Nem tão alto, nem tão baixo, Harry vestia uma jaqueta de couro. Tinha barba e usava óculos. Com passos, olhares e atitudes demonstrando grande segurança, o segundo delegado a assumir o Sicride foi o que mais tempo permaneceu à frente dos serviços do órgão. Pai de dois filhos, não aparentava ter 62 anos, dos quais 44 a serviço da Polícia Civil. Foi piloto de avião e formou-se em direito, geografia, história e letras. Atuou como professor da Escola de Polícia, foi chefe do Centro de Inteligência e coordenador do Núcleo de Inteligência da Polícia Civil. Com personalidade forte e marcante, considerava-se polêmico e defendia o processo de investigação até

as últimas consequências.

Um rápido sinal e o garçom já estava a postos. Um vinho, escolhido rigorosamente pelo delegado, foi aberto. O movimento dentro da churrascaria parecia ainda maior que o observado na rua havia pouco. Uma enorme mesa de frios atraía os olhos de quem estava no local e, por meio de rodízio, carnes e frutos do mar de diferentes espécies eram servidos. Era ali, naquele ambiente, que grande parte da história do Sicride seria conhecida.

À medida que narrava a história vivida à frente do Sicride, no ambiente descontraído e elegante, à hora do almoço, Harry lembrava a fase com orgulho, já que, as primeiras tímidas atividades em busca de crianças desaparecidas no Paraná, lá na década de 1990, haviam se transformado em um gigante, com alto índice de aprovação e figurando agora como um exemplo a ser seguido pelos demais Estados do Brasil. Aprovava, também, a ideia ainda não vista de produzir material com o intuito de informar a sociedade sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Sicride e, mais do que isso, fortalecer, por meio da informação, o combate aos crimes que envolvem o desaparecimento de crianças.

QUINTO CAPÍTULO

2003 A 2007

“O comprometimento da equipe é essencial”

Enquanto trafegava rumo à sede onde atuaria a partir de daquele dia como delegada, Márcia Tavares refletia sobre a indicação que recebera do delegado Harry. Começara na polícia como investigadora, aos 18 anos. Na função, passou por várias delegacias, inclusive a do Sicride, sob a gestão de Harry, que deixava o órgão em um processo de busca pelo reconhecimento. Ela sabia que a tarefa não seria simples, porque o serviço especial cobrava envolvimento e tinha apelo emocional muito grande. Afinal, lidar com dores envolvendo o sofrimento de crianças era um desafio. Por outro lado, propor estratégias para que mistérios e crimes fossem descobertos e combatidos a impulsionava em sua mais nova tarefa. Estava feliz.

Logo nos primeiros dias à frente do Sicride, a delegada já descobria os avanços que a delegacia apresentava. Por constituir-se um serviço exclusivo do Estado, o órgão recebia bastante atenção do Governo. Não havia escassez material e/ou financeira. Por conta disso, já era possível desenvolver trabalhos antes não imaginados. Os agentes recebiam capacitação especializada e a novidades do processo de envelhecimento digital tornava-se realidade.

“ *O Estado do Paraná, por causa de todo o histórico que tem, daquelas 12 crianças desaparecidas antes de 1992 e não encontradas, daquela questão de Guaratuba e o próprio caso do Guilherme Caramês, criou uma unidade específica. Essa unidade sempre teve apoio e aporte financeiro muito grandes do Estado. Na época em que entrei já tinha policiais especializados naquela área, já estava começando a ser*

desenvolvido o retrato falado digital, trabalho que o Estado foi um dos primeiros a desenvolver. A gente já não usava aquele desenhado. Não desmerecendo o desenhado, porque é uma arte, mas é que o digital pega traços e partes reais. Nariz real, orelha real, boca real (...)

A transição entre a gestão de Harry Carlos Herbert e a de Márcia Tavares foi marcada pelo aperfeiçoamento das técnicas de envelhecimento, que ofereciam às famílias das crianças desaparecidas mais esperança na divulgação da imagem dos entes queridos. O trabalho, realizado na época por Roberval Coutinho, não era comum e exigia muito tempo e dedicação. Apesar de dominar as técnicas, projetar a imagem de crianças a partir do processo de envelhecimento digital era um desafio muito grande para Coutinho. Realizar o trabalho na busca por criminosos era muito mais fácil, pois eles tinham fichas, RGs, registros diversos que auxiliavam tanto no desenvolvimento do trabalho. No caso de crianças, não há esse retorno. Quando havia a necessidade de realizar retrato falado de sequestradores e suspeitos, a dificuldade também era grande. Isso porque, na maioria das vezes, a companhia de uma criança que desaparece é outra criança e são imprecisas as informações. Há falhas, já que termos como “grande”, “moreno” e “velho”, por exemplo, são relativos para elas.

Os traços de Coutinho com o talento artístico começou ainda na infância, quando seu pai, policial, o levava junto com os irmãos para o local de trabalho, enquanto a mãe se ocupava de outras tarefas, como dar aulas. Foi em contato com a arte do retrato falado e com ocorrências policiais, que o menino cresceu. Os desenhos de criança, realizados na mesa ao fundo da sala onde o pai trabalhava, transformaram-se em obras, mais do que artísticas: técnicas. Mais tarde, com a necessidade de aprimorar a prática, é que o serviço de envelhecimento digital começou a

ser desenvolvido.

A atuação de Coutinho no Sicride, ao lado de Harry Herbert e depois de Márcia Tavares, o fazia entender o quão importante era cada imagem de sua autoria divulgada para a família da criança desaparecida e para a comunidade em geral. Imprescindível para esse trabalho e para o dos investigadores eram informações quentes e detalhadas sobre o acontecimento. Quanto mais rápido uma família informar sobre o desaparecimento e pessoas envolvidas, mais possibilidades existem de o caso ser resolvido. Por isso, a procura pela polícia deve ser imediata, contribuindo e oferecendo detalhes indispensáveis para a investigação.

“ [...] Igual um médico. Se ele recebe alguém que infartou três vezes, e deixa a pessoa lá, trinta, quarenta minutos ou uma hora sem atendimento, a possibilidade de reativar seu coração é muito pequena. Da mesma forma, informar a polícia de forma rápida para que se iniciem imediatamente as investigações aumenta significativamente a possibilidade de elucidar o caso.

(Roberval Coutinho, artista forense)

Aos 55 anos, Coutinho diz sentir orgulho das atividades desenvolvidas no Sicride. Aposentado, ainda não desvinculou totalmente seus pensamentos dos casos da delegacia especializada. Diferentemente das ocorrências criminais envolvendo adultos, sua experiência atuando com crianças desaparecidas lhe envolveu emocionalmente de forma mais intensa.

“ Sem ser mais do Sicride, se eu puder ajudar, eu vou ajudar, porque isso aí não é uma coisa de ser ou não ser policial; receber ou não receber por isso. Isso aí já é uma condição humana.

Havia uma semana que Márcia Tavares assumira o Sicride. Casos de desaparecimentos ou apenas suspeitas eram registrados em todo o Estado. Era imprescindível ir ao lugar do acontecimento o mais rápido possível. No local é que se podiam encontrar provas, vestígios e informações que dias, horas ou mesmo minutos depois deixariam de existir.

À medida que se envolvia com os casos que surgiam, a delegada sentia segurança no trabalho desenvolvido por toda a equipe. O seu desejo era o de que todos os mistérios fossem descobertos e que nenhuma família ficasse sem respostas sobre o paradeiro do filho. Com esse objetivo, não podia esquecer-se dos casos que haviam surgido anteriormente à criação do Sicride. Como as famílias que lidavam com problemas dessa natureza agiam? Sempre confiaram no trabalho da Polícia? Quantos casos deixaram de ser resolvidos pela não existência do serviço especializado?

A semana havia provocado sensações e imaginações novas. Afinal, uma mudança de serviço exige adequações nas atividades cotidianas. Enquanto aproveitava o domingo junto à família e a amigos, a delegada parecia não se esquecer da nova experiência que estava experimentando. Lembrou-se repentinamente de uma conversa entre os investigadores e o delegado Harry durante sua gestão. Havia consenso entre eles de que o envolvimento com o trabalho daquele órgão mudava a forma de pensar e agir de qualquer profissional, pelo fato de lidar com crianças, muitas vezes vítimas de crimes cruéis. Comprovava esse sentimento mais intensamente agora que estava atuando como delegada. Sobretudo estava satisfeita: em seus primeiros dias de trabalho, todos os problemas haviam sido resolvidos. Planejava maneiras de retomar, naquela semana que se iniciava, casos enigmáticos e anteriores à criação da delegacia cuja gestão estava sob sua responsabilidade.

Era segunda-feira, 13 de janeiro de 2003. Havia chegado cedo à

sede do Sicride. Devido ao pequeno espaço de tempo desde que assumira até então, ainda precisava organizar objetos e móveis. Aos poucos, sua mesa, itens pessoais e os instrumentos de trabalho ganhavam o toque feminino da primeira mulher a assumir a direção do Sicride. O trabalho estava tranquilo, propício para pôr em prática ideias e planejamentos elaborados no fim de semana. E assim fez pela manhã. Estabeleceu contatos, organizou um cronograma de atividades e retomou informações sobre casos de desaparecimentos antigos.

Naquele dia, Márcia almoçou na companhia de colegas de profissão num restaurante não longe dali, mas voltou antes do horário que normalmente regressava ao Sicride. Desejava se envolver com cada situação explorada pela delegacia, imprimindo suas marcas e contribuindo para que a credibilidade do órgão continuasse a crescer. Atraída por informações e processos, sobre os quais tomava conhecimento detalhado, sentada atrás de sua pequena mesa, a delegada não percebeu o início da movimentação diferente no ambiente de trabalho. Quando deu por si, pessoas desesperadas, acompanhadas de investigadores se aproximavam de sua mesa. Era mais um registro de desaparecimento.

Lapa é um município do Paraná, que se localiza na microrregião metropolitana de Curitiba e fica a aproximadamente 60 km da capital do Estado. Naquele ano de 2003, os lapeanos, que não ultrapassavam a marca de 40 mil habitantes, celebravam o importante destaque da cidade, movimentada pelo turismo religioso, histórico e cultural. Encantador era observar por todas as partes marcas do processo de formação daquela gente, cujas raízes ligavam-se à extração da erva-mate e da atividade tropeira. Povo simples, trabalhador e hospitaleiro, que, aos poucos, ia sendo influenciado pelos avanços das grandes construções industriais.

Com cachos louros, olhos inseguros e tímidos, Ana Paula Padilha dos Santos, então com 7 anos de idade, gostava das belezas que a cercavam. Morava com a família na periferia da cidade e costumava brincar no bairro. Na noite do dia 12 de janeiro, ao de sentir-se exausta pelo intenso dia de brincadeiras e movimentação, Ana Paula estava feliz. As férias escolares permitiam que ela aproveitasse a companhia das irmãs, que tinham 6 e 10 anos. Mesmo com o sono se aproximando, as irmãs não se separaram; adormeceram juntas.

Não era necessário acordar tão cedo naquele período, mas a energia das crianças já as punha de pé logo nas primeiras horas do dia. Ana Paula devia ter se levantado primeiro, pois quando as irmãs acordaram, ela já não estava lá. Camas desarrumadas e o resto do café da manhã sobre a pequena mesa de quatro cadeiras. Era preciso descobrir onde a menina dos cachos louros estava, para mais um dia de férias e muitas brincadeiras.

A manhã passou sem que Ana Paula aparecesse. Os pais, Paulo Sérgio Knopik dos Santos e Lucinete Padilha já começaram a se preocupar, ao mesmo tempo em que procuravam imaginar onde a menina teria ido naquele dia ensolarado. O almoço friamente foi servido. Gritos pelo nome da menina ecoaram no bairro. Algo misterioso e estranho estava acontecendo. E era hora de procurar ajuda.

As horas dos dias que se seguiram pareciam insuficientes para a delegada Márcia frente à quantidade de trabalho existente. Não havia avanço nas investigações sobre o caso da menina Ana Paula. Ninguém sequer dava informação de ter visto a menina ou indicava possibilidades de locais onde poderia estar. O pesadelo da família parecia contagiar a delegada, que não encontrava – e não encontraria – solução para o caso

desafiador que enfrentava. Era triste, mas a investigação sobre o caso da menina Ana Paula não podia ser exclusiva. Existiam outros, que também precisavam de atenção. Márcia descobriria, mais tarde, que aquele não seria o único caso para o qual não encontraria resposta.

Agosto de 2003, Colombo, microrregião metropolitana de Curitiba. O casal Vanderlei Botzan e Vera Lúcia Garcia vivia com os cinco filhos naquela cidade que foi povoada inicialmente por italianos e destacava-se em atividades de extração e hortifrutigranjeira, com ênfase para o cultivo de uva. A população se aproximava de um total de 200 mil habitantes, sendo o local destacado pela Festa da Uva e do Vinho, que, por tradição, sempre atraiu pessoas de diferentes regiões. O local ainda é considerado a maior colônia italiana do Paraná.

Dois dos filhos de Vanderlei e Vera costumavam brincar juntos e talvez isso se explicasse pela proximidade da idade de ambos. Alex tinha 8 anos e Claudio 10. Os garotos gostavam de brincar de viajar sobre cavalos, sonhando com a possibilidade de galoparem. O encanto por cavalos era facilmente percebido e havia sido expresso à mãe, quando a informaram que ganhariam um animal de um amigo. Vera se surpreendia com a imaginação e disposição dos dois meninos.

Aquele domingo do dia 24 nasceu trazendo muito frio. Ruas vazias enquanto os colombenses procuravam se aquecer no interior de suas casas. Mas não era o frio que impediria Alex e Claudio de aproveitarem o início de semana. Haviam combinado de brincar na casa de um amigo do mesmo bairro e para lá se foram. O relógio marcava 9h34 quando os meninos atravessaram a entrada de casa.

Vanderlei ficou sabendo, poucos minutos depois, que os meninos haviam saído para brincar. Mas o frio o preocupava. Talvez fosse melhor

deixar que os garotos brincassem na parte da tarde, quando o sol estivesse mais intenso, espantando o vento gelado. Pensando assim, com passos rápidos, dirigiu-se à casa do amigo das crianças. Quando chegou lá, teve uma grande surpresa: seus filhos não haviam chegado.

Correr por entre as ruas, gritar pelos meninos e pedir a ajuda dos vizinhos não foi o suficiente. Era o momento de procurar ajuda policial. Era mais um pesadelo familiar, que também desafiaria a delegada Márcia sem permitir que respostas fossem encontradas.

Era rotineiro. Morando com três irmãs, mãe e pai em um sítio no município de Florestópolis, na Região Metropolitana de Londrina, Diego, aos 10 anos, era o responsável por buscar leite na fazenda vizinha. Apesar de as propriedades estarem separadas por uma rodovia, o percurso era feito rapidamente, pois o garoto contava com a bicicleta que ganhara dos pais havia pouco tempo. Conhecia tanto o caminho, que podia percorrê-lo de olhos fechados.

Era domingo, dia 16 de novembro de 2003. Diego acordou planejando mentalmente as atividades que faria naquele dia. Depois de alguns afazeres, poderia brincar no sítio ou visitar algum colega das redondezas. Clima quente marcava a região. Diego foi em direção à bicicleta, encostada ao fundo da pequena casa de madeira, mas lembrou-se que estava quebrada. O jeito seria ir caminhando até a fazenda vizinha, em busca do leite. Antes de sair, gritou pela irmã Luana, de 8 anos, convidando-a a ir com ele. Assim, as duas crianças partiram pela estrada.

O leite, como de costume, já estava preparado. Mesmo tendo ido a pé, parecia que o tempo havia passado depressa e que a tarefa da rotina seria concluída rapidamente. A companhia da irmã animara Diego. Os irmãos se revezavam para carregar o leite, até chegar à rodovia entre as

fazendas. Um carro estava vindo. Era preciso fazer uma pausa. Era um caminhão com baú que se aproximou parou no acostamento. Dele desceu um rapaz simpático, de pele morena e cabelos crespos, o jovem aparentava ter não mais que 25 anos. Conversou com as crianças, perguntou o que faziam ali, conquistando a atenção. Não foi difícil conquistar a confiança das crianças. O rapaz avisou que iria doar cobertores aos irmãos e que eles poderiam escolher quais queriam no baú do caminhão. O leite foi deixado à beira da estrada e, num movimento rápido, os irmãos foram trancados no veículo.

O caminhão arrancou pela rodovia. Diego não entendia o que estava acontecendo. Seria um engano, uma brincadeira ou a parte de algum conto que escutara durante toda a infância? Rapidamente começou a gritar por socorro. Os gritos desesperados, aliados às pancadas que dava nas laterais de alumínio não incomodaram ninguém naquele lugar deserto àquela hora do dia, a não ser o próprio motorista, que, com uma freada brusca, parou o caminhão e obrigou o garoto a descer, dizendo-lhe que o mataria, levando apenas a menina.

Tremendo e temendo, o menino não hesitou: pôs-se a correr por entre a lavoura, na tentativa de fugir ou mesmo se esconder do homem malvado, que o seguiu com um facão na mão. Os batimentos cardíacos do garoto aumentavam consideravelmente, não só pelo exercício físico que fazia, mas pelo sentimento antes não experimentado de perceber o rapaz se aproximando, por mais rápido que tentasse correr. Olhou para trás: o perseguidor estava a apenas alguns metros de distância. Viu quando das mãos daquele homem caiu a arma, mas a perseguição, continuou mesmo assim. O garoto estava quase sem fôlego. Por mais que insistisse, não demorou muito para que as mãos do moço o alcançassem. Ainda sem poder respirar, Diego sentiu um forte chute no seu rosto e, depois de cair ao chão, várias pauladas na cabeça. Ficou ali, desacordado.

No sítio, os pais de Diego e Luana, Sérgio Oliveira Lopes e Neide

de Oliveira Lopes, ainda esperavam os filhos voltarem com o leite. Neide, que usava um vestido florido e um chinelo de dedo, pensou em sair em busca das crianças, mas desconsiderou a ideia; afinal, era domingo, e os dois deviam ter ficado brincando com colegas do campo.

Já era início da tarde quando Diego abriu os olhos. Seu corpo doía. Sua cabeça latejava. Com muita dificuldade, o garoto se levantou, tentando se lembrar de tudo o que havia acontecido. Gemendo e mancando, caminhou de volta à rodovia. Precisava de ajuda e não tinha condições de caminhar por muito tempo. Onde estaria sua irmã? Já no asfalto, sentou-se quase sem forças a esperar por ajuda. Minutos eternos se passaram até que um casal apareceu, dispondo-se a ajudar. O menino mal conseguia falar. Estava, além de machucado, traumatizado.

Foi à frente da assistente social, a quem o casal o levou, que o menino, após tomar água e ouvir a profissional, conseguiu expressar algumas palavras. O carro se aproximou da pequena casa de madeira do Sítio São Marcos. O menino machucado, ainda em estado de choque, desceu do carro acompanhado. Sérgio e Neide procuravam entender o que estava acontecendo, mas respostas completas não apareceram – e não apareceriam. Luana não voltaria para casa.

O ano de 2003 foi um dos menos movimentados para o Sicride: apenas 40 casos foram notificados. Apesar disso, Márcia se preocupava com as histórias enigmáticas que estavam sem solução, afinal, quatro das ocorrências, o correspondente a 10% do total, não foram resolvidas. Por mais que se intensificasse o trabalho sobre as histórias de Ana Paula, Alex, Claudio e Luana, que desapareceram naquele ano, não se chegava a conclusões sobre os casos.

Os mais antigos ainda eram um desafio para a delegada e a equipe

de investigadores. O do Guilherme Caramês era um deles. A cada momento em que a investigação era retomada, novas informações surgiam, mas não eram suficientes para solucionar o mistério que envolvia toda aquela história. A tarefa não era fácil, porque, quanto mais tempo se passava, mais improvável se tornava a possibilidade de encontrar vestígios sobre o acontecimento.

“ *Na verdade, em toda investigação você tem de checar tudo. Exatamente tudo. Conversar com todo mundo, verificar telefonemas, e você vai descartando ou confirmando até ter uma linha de investigação para tentar seguir. Nesses casos mais antigos não tinha essa checagem de tudo. Foram detalhes que na época não foram checados. Grande parte não era conferida, de acordo com o que estava no inquérito. Todas as informações devem ser dadas pelos pais. Quem vai dizer se cada informação é importante ou não somos nós, depois de checar.*

O relacionamento com a mídia era positivo para Márcia Tavares. Em casos de sequestros e divulgação de retratos falados, os veículos de comunicação contribuía muito. O Sicride era referência e pautava diferentes produções. Se destacava ainda como o único serviço do Brasil a explorar casos exclusivamente de crianças, o que, para a delegada, era um aspecto importante, que precisaria ser compreendido em todos os Estados brasileiros, já que o que configura o desaparecimento de criança tende a ser diferente das motivações de desaparecimento de pessoas de outras idades.

“ *É como eu te falei: direito de ir e vir, todos têm. Isso é constitucional. Por que é que para a criança existe essa unidade específica de busca imediata? Porque pressupõe que a criança não foge de casa. Pressupõe. Então o Sicride*

atua porque pressupõe isso. O adolescente não, ele tem o conhecimento e a capacidade de discernir aonde quer ir e como quer ir. Se um adolescente sai de casa e a polícia localiza ele, não pode forçar ele a voltar, e não pode forçar ele a entrar em uma viatura e nem pode avisar a família. Se o adolescente falar “não quero que informe a família”, a polícia não pode informar. Então é por isso que a gente manteve o foco em criança desaparecida, para não descentralizar forças.

Guarapuava está entre os dez municípios mais populosos do Estado, localizado na região centro-sul. É também uma das cidades com temperaturas mais baixas, apresentando rica vegetação, composta por grandes matas de araucárias. No distrito de Guará, mais precisamente no Assentamento Rio Banana, morava o garoto Alcione e sua mãe, Lenir Paez de Camargo. O ano era 2004. O menino de 11 anos convivia com uma doença que o deixara surdo e mudo. Mesmo com limitações provocadas pela deficiência, Alcione estava acostumado a realizar suas atividades costumeiras naquele ambiente marcado pelo uso de recursos naturais e solidariedade entre as pessoas.

Era 7 de fevereiro quando o mistério e a tristeza alcançaram não só a família, mas toda aquela comunidade organizada. O menino magro, de pele morena clara, cabelos pretos curtos e crespos e olhos castanhos, saiu de casa como de costume. Era conhecido por todos e nunca se distanciava demais. Mas naquele dia, o que era de costume mudou: o garoto não voltou para casa e ninguém jamais deu informações sobre o seu real paradeiro.

No bairro Santa Efigênia, região periférica de Curitiba, morava Maria Emília Florêncio. Era mãe de três filhos, sendo um deles a menina Vivian, fruto do relacionamento da artesã com um policial que atuava na cidade. Era o ano de 2005. Aconselhada pela família, em meio às dificuldades financeiras que enfrentava, Maria Emília entrou em contato com o pai da criança, Edson Prado, para pedir ajuda. Um encontro foi marcado para o dia 4 de fevereiro. No dia combinado, sexta-feira, Maria Emília saiu de casa e caminhou até a creche onde Vivian ficava. O clima era ameno naquele início de ano. Mãe e filha foram ao ponto de transporte público mais perto e em poucos minutos se dirigiam ao local do encontro.

Naquela noite, elas não voltaram para casa. Os outros filhos ficaram sob os cuidados da avó. Também não apareceram notícias sobre as duas no fim de semana, nem mesmo no início da próxima. Foi somente cinco dias depois que o que era triste se tornou real às famílias: um rapaz que andava por entre um matagal, encontrou o corpo de Maria Eugênia. Filhos órfãos ficaram sob o cuidado dos avós. Sobre a menina Vivian, com três anos de idade, não surgiram notícias. Foi com pesar e desespero que a família viu seu nome passar a figurar na lista das crianças desaparecidas no Paraná.

Durante o tempo em que permaneceu à frente do Sicride, a delegada Márcia Tavares observou uma característica triste e preocupante: crescia o número de casos envolvendo homicídios, exploração e requintes de crueldade. Cerca de 10 profissionais se dedicavam aos casos do Sicride e desenvolviam na prática habilidades e percepções só possíveis em contato com situações tão particulares, relacionadas à infância.

Já existia uma resolução que indicava que os delegados de unidades espalhadas pelo Paraná devem comunicar à Sede do Sicride

os casos envolvendo o desaparecimento de crianças e esse contato fluiu bem durante a gestão de Márcia Tavares. Quando isso acontecia, profissionais da delegacia especializada dirigiam-se rapidamente ao local do acontecimento para acompanhar e auxiliar no processo de investigação. Às vezes, os casos se complicavam, pois uma criança desaparecida podia ser encontrada em outro Estado ou até mesmo em outro País.

“*“Essa mesma resolução diz o seguinte: se o Sicride entender necessário, ele avoca o inquérito, traz o inquérito para si. Mas geralmente a gente não fazia isso porque precisa pedir preventiva, busca e apreensão, é tudo no local. Então a gente dava apoio para o delegado que estava lá. Enquanto eu estava lá a gente não teve problema nenhum nem no Paraná e nem fora, porque às vezes a gente detecta que uma criança está em Minas, você precisa se deslocar para lá, então a gente entrava em contato com a sede lá.”*

“Geralmente a gente tinha uma lista com delegados, pessoas de referência e unidades que trabalhavam com crianças e adolescentes. Poderia ser busca de crianças e adolescentes vítimas de crime ou adolescente infrator, mas que trabalhavam com criança. Geralmente tinha uma unidade que lida com criança e adolescente. E uma facilidade nesse tipo de trabalho é que quando você lida com criança e adolescente vítima, qualquer delegado, qualquer unidade dá apoio imediatamente.”

No início do ano de 2006, fotos de algumas crianças desaparecidas no Estado foram selecionadas para serem impressas no verso de bilhetes da loteria federal, juntamente com as de outras crianças de todo o Brasil, por meio de um canal de comunicação entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos e a Caixa Econômica Federal. Foi mais uma entre as ações que otimizaram o serviço.

A delegada Márcia Tavares mantinha contato com Harry Carlos Herbert, mesmo depois de sua saída. Por muitas vezes conversaram sobre ocorrências específicas, procurando respostas e o melhor caminho para a investigação. Envolvida com casos, muitas vezes, de muita crueldade, ela se questionava sobre os motivos que levam uma pessoa a cometer crimes contra crianças. O que a deixava triste, também, era saber que quem cometia esse crime, voltaria a praticá-lo outras vezes durante a vida. E ela desconhecía um sistema de ressocialização eficaz no Brasil.

“*“No Brasil não tem. A gente tentou. Até teve um promotor que uma vez, quando estava liberando um desses presos, ligou e disse: “olha, está saindo um preso hoje que tem esse perfil e ele vai matar uma criança. Vamos tentar ficar acompanhando ele”. Aí nós tentamos, assim, de tempos em tempos, ver onde estava e o que ele estava fazendo, mas não poderíamos meter um policial grudado nele 24 horas por dia. Nos Estados Unidos tem, para esse tipo de criminoso, um policial que não fica grudado nele, mas que fica acompanhando tudo o que a pessoa faz, onde mora, se ninguém desapareceu dali, se ela foi para o trabalho, se não vai. E aqui não tem. E ele vai reincidir. Cientificamente é difícil falar se é 100% de chance. Na minha opinião é. 100% de chance. Não conheço na história - tenho 20 anos de policial - de alguém que cometeu só uma vez esse crime. É uma obsessão, né?”*

Depois de amadurecer várias ideias, decidiu que era necessário contar com apoio de profissionais de outras áreas na investigação e acompanhamento do processo. Desejava ter na equipe, num primeiro momento, uma psicóloga, para dar suporte ao relacionamento firmado entre os agentes da delegacia especializada e as famílias que vivenciavam a tristeza pela perda de uma criança. Após fazer a solicitação, não demorou

muito para que fosse atendida.

Foi durante a gestão de Márcia Tavares que a investigadora e psicóloga Giovana Fabbris começou a trabalhar no Sicride. Loira, com 39 anos, de baixa estatura e expressando serenidade na fala e no olhar, Giovana considerava o seu trabalho no Sicride de grande importância. Havia sido professora de crianças durante dez anos. Foi para a faculdade de psicologia, considerando que ficaria na área da educação, mas ainda no curso fez concurso para investigadora da Polícia Civil e mudou de área.

Era preciso oferecer às pessoas condições emocionais para lidar com a situação, contribuindo, dessa forma, para o processo de investigação. Lidar com casos envolvendo crianças era desafiador. Às vezes precisava ser portadora de informações boas, mas em muitos momentos, era preciso informar as famílias sobre resultados tristes, como a morte de um desaparecido. O ideal, sempre, era conquistar a confiança durante o processo de investigação. Assim é que o trabalho fluía melhor e o preparo psicológico ocorria de forma mais eficaz.

Como psicóloga e, ao mesmo tempo, componente do processo de investigação, Giovana percebia cada vez mais que cada caso tinha particularidades e se surpreendia ao desvendar mistérios sobre as crianças desaparecidas. Começava a entender, de forma mais precisa, alguns dos motivos que levavam um criminoso a esse tipo de crime. Não havia receita ou um caminho categórico para se compreender isso, mas, em linhas gerais, pessoas que executavam esse tipo de crime tinham características e atitudes parecidas.

A ida de Giovana Fabbris para a delegacia especializada não se justificava apenas por sua ajuda enquanto investigadora. Juntamente com

a delegada Márcia, passaram a desenvolver um sistema que contribuiria para traçar perfis de criminosos envolvidos com casos de crianças desaparecidas, para contribuir no processo de investigação e busca por responsáveis por crimes de diferentes naturezas.

A ideia era desafiadora, já que, no Brasil, a temática não era muito explorada como em outros países. O primeiro passo foi recorrer a bibliografias, nacionais e internacionais. Depois, procurar nomes de referência no trabalho. Aos poucos a ideia foi ganhando forma.

“ *A gente começou a buscar material, literatura que trabalhasse dessa forma, com a psicologia investigativa. Comecei a fazer contatos com outras universidades aqui do Brasil e foi bem difícil achar material, porque a psicologia investigativa não é uma disciplina que tem leque, essa psicologia voltada para a área de traçar perfil de criminoso é uma ciência nova aqui no Brasil. Aqui eu consegui encontrar uma professora da Paraíba que, na época, fez doutorado na Inglaterra, e uma outra profissional que fez mestrado também na mesma universidade, em Liverpool, com o professor com o professor David Canter.*

Em contato com nomes importantes da psicologia investigativa, Giovana Fabbris e Márcia Tavares participaram, em meados de 2006, de um curso em Paraíba que indicava processos para elaborar perfis diferenciados de criminosos. Os contatos se expandiram. A relação em prol da causa se estendeu ao professor David Canter, que dominava a técnica, e também ao FBI (Federal Bureau of Investigation, em português, Departamento Federal de Investigação). Ao ser convidado a ministrar palestra no Paraná, Canter não pôde aceitar o compromisso, mas o evento não deixou de acontecer: representantes do FBI estiveram naquele mesmo ano em Curitiba, ministrando palestras sobre novas técnicas do processo investigativo. Na ocasião, mais de 200 pessoas participaram.

Além de lidar com os casos de desaparecimento, a psicóloga Giovana Fabbris precisava viajar e encontrar-se com criminosos já condenados por esse tipo de crime. A tarefa não era fácil, mas contribuiu para que o banco de dados do Sicride fosse iniciado, o que passava a tornar o processo de buscas e identificação de suspeitos mais rápido.

Os primeiros meses do ano de 2007 foram os últimos nos quais Márcia Tavares permaneceu à frente do Sicride. Convidada por Harry Carlos Herbert para integrar a equipe da Secretaria de Segurança Pública, a delegada deixou o serviço especializado mais madura. Nos poucos mais de quatro anos de atuação, aproximadamente 400 casos de crianças desaparecidas foram registrados. Cinco deles permanecem ainda sem solução.

BASTIDOR

Os horários da agenda estavam apertados naquela sexta-feira, 29 de junho de 2012. Três entrevistas marcadas para a parte da tarde. Márcia Tavares, delegada a assumir o Sicride depois de Harry Carlos Herbert, havia agendado o ‘bate-papo’ para as 14h, mas, por conta de outras entrevistas era preciso fazer mudanças. O contato por telefone com a delegada, com o objetivo de mudar o horário da entrevista, não foi possível, mesmo depois de várias tentativas. De forma arriscada, a saída foi se dirigir para o local onde Márcia trabalha no horário em que foi possível.

A chegada ao Palácio das Araucárias se deu às 16h27. O exuberante prédio de vários andares, inaugurado em 2007, foi a sede do governo do Estado do Paraná até 2010, quando o Palácio Iguazu, após passar por reformas, abrigou novamente o governo. Fica no Centro Cívico de Curitiba, bairro onde os principais órgãos governamentais estão localizados. Uma rampa em curva dava acesso à recepção. A quantidade de salas e andares era grande. Um pedido de ajuda e um rapaz moreno, alto, sorridente e prestativo prontamente se ofereceu para acompanhamento até a Corregedoria de Segurança Pública, local onde a Márcia trabalha. Era um amplo saguão, bem iluminado e arejado. Mais de vinte repartições, com mesas e cadeiras compunham o ambiente. O acompanhante informou: “Ela fica na última mesa”, apontando. Passos rápidos tentavam compensar a diferença entre o horário marcado e a chegada para a entrevista.

Márcia Tavares, de cabelos em tom castanho claro e curtos, acima do ombro, tem pele clara e uma simpatia perceptível já no primeiro contato. Vestia um casaco social de cor clara e pareceu não se importar com a troca dos horários. Sentado de frente à ex-delegada do Sicride, avistava-se, através do vidro, o cenário que compunha o pólo de sedes administrativas do governo do Estado. Grandes construções. Belas composições. Não havia hesitação em nenhuma das respostas; Márcia

transmitia, ao falar, grande segurança e conhecimento amplo sobre a atuação do Sicride. Detalhista, listou com precisão vários feitos do serviço especializado durante a sua gestão, que durou quatro anos.

SEXTO CAPÍTULO

2007 A 2008

“Nos deslocamos para o Brasil todo”

Com a saída da Márcia Tavares do Sicride, no início do ano de 2007, quem assumiu o posto de delegada do órgão foi a jovem Daniele Serigheli. Ela já tinha passado pela delegacia de Paranaguá e pela Corregedoria de Polícia, entre outras unidades da Polícia Civil. Desde o primeiro momento, tinha em mente as particularidades do Sicride, enquanto um serviço especializado em ascensão. Não demorou muito a comprovar tais características.

Cada caso era cercado por mistérios. Solucioná-los representava não apenas satisfação profissional, mas, além disso, a contribuição para a satisfação de famílias que se encontravam em situações de incertezas. A rotina era agitada, pois a todo o momento surgiam novos registros e as tarefas precisavam ser alternadas. Daniele se surpreendia a cada dia positivamente, pois encontrara no Sicride possibilidades de trabalhos e ações não obtidos em quaisquer outros lugares.

“*Eu acho que pelo fato de ser um serviço especializado e o nosso atendimento ser bem restrito, a gente consegue trabalhar de forma a concentrar todas nossas atividades naquilo. Quando você está em uma delegacia de homicídios, delegacia da mulher, o volume é muito grande, acaba não se dedicando tanto ao que está fazendo quanto gostaria. Aqui você consegue se dedicar mesmo ao serviço.*”

Antes mesmo de ingressar no serviço, Daniele conhecia o sucesso do Sicride pelas constantes menções honrosas que recebia. Considerava, sim, necessária a criação de uma delegacia especializada, pois casos

envolvendo crianças diferiam muito de situações de desaparecimento de adultos ou mesmo adolescentes.

“ *Eu acho que é positivo. E às vezes parece que é muita gente, mas quando acontece um caso desses, falta mesmo pessoal. Esta semana, mesmo, nós estávamos com uma denúncia que surgiu em Brasília [relacionada a um caso do Paraná]. Estamos com um pessoal em Porto Amazonas [a 75 km de Curitiba], então tem de ficar deslocando. E o Sicride atende o Estado todo, o que dificulta também a logística, porque a nossa base é aqui, mas nos deslocamos para o Brasil todo praticamente.*

Aos poucos, novos desafios iam surgindo para a jovem delegada, mas a satisfação aumentava a cada situação resolvida e cada constatação da importância do órgão para toda a população do Estado. Uma das particularidades que marca o trabalho no Sicride é o fato de os casos serem trabalhados dentro e fora do estado, já que uma criança desaparecida no Paraná pode ser encontrada em qualquer outro lugar, não respeitando apenas os limites do Estado. Um dos grandes desafios ligados a tal característica, e que outros delegados já haviam enfrentado, era o contato com as delegacias espalhadas pelo Estado do Paraná, que nem sempre submetiam seus casos ao Sicride, como determina a legislação.

“Essa parte eu vejo como um problema. Embora a gente fale da importância do encaminhamento do boletim, isso não acontece sempre. Pelo atendimento mesmo, quanto antes a gente souber, melhor. Às vezes avisam a gente um ou dois dias depois, quando não mais, então fica difícil, né? Porque às vezes a gente assume um caso ali e encontra a criança morta ou já tem um outro fim e a gente nem chega a participar tanto do processo da investigação.”

A delegada Daniele passava a compreender quais eram as principais dificuldades e os desafios mais marcantes do Sicride em relação às outras repartições da Polícia Civil. Além da dificuldade do contato com as delegacias gerais espalhadas pelo Estado, compreendia que a necessidade de uma ação rápida era eminente a cada nova ocorrência.

Para que um caso tivesse grandes chances de ser resolvido, era necessário deslocar equipes ao local do acontecimento da maneira mais rápida possível. Porém, como se não bastasse a infidelidade de algumas delegacias do interior para com o Sicride, falhando na prestação de informações, a dificuldade de transporte com agilidade também prejudicava o trabalho. Às vezes, era preciso enviar equipes de carro ao local da ocorrência; nem sempre era possível se locomover de avião. Isso contribuía para que, com a passagem do tempo, vestígios e testemunhas fossem perdidos.

Desde que passou a atuar no Sicride, o que Daniele sabia sobre o reconhecimento do órgão só foi sendo ampliado. E era bom saber que, a cada trabalho desenvolvido, as pessoas estavam acompanhando e sabiam da função e importância do serviço especializado. Os trabalhos nunca se restringiram apenas ao processo de investigação dos casos de crianças desaparecidas: era indispensável, também, desenvolver ações que conscientizassem a população contra possíveis motivos de desaparecimentos e, ao mesmo tempo, elevasse ainda mais a credibilidade do órgão, criado para suprir a demanda existente de forma particular no Estado do Paraná.

Apesar de sempre receber apoio financeiro suficiente, Daniele entendia que se houvesse mais profissionais compondo a equipe, mais satisfatório seria o trabalho. Oito pessoas trabalhavam em prol do Sicride, entre elas uma psicóloga.

“O número aqui não é muito. A gente tem ainda várias coisas e participa de atividades sociais. O pessoal queria que a gente fizesse palestras, até nós queríamos muito fazer isso, mas se torna inviável. Até quando a gente faz um evento, a gente sofre muito com isso porque o pessoal no final diz “ah, a gente queria que vocês dessem uma palestra” e infelizmente temos de recusar o convite porque não tem pessoal para isso. Se tivesse mais gente com certeza teria essa possibilidade.”

Divulgar a necessidade de registrar o desaparecimento da criança nos primeiros momentos após o acontecimento sempre foi uma preocupação de Daniele. Era preciso, a qualquer custo, acabar com o engano de que é preciso esperar 24h para o registro da ocorrência, ainda difundido entre parcelas da população. A preocupação se devia ao fato de que no prazo de 24 horas, muitos vestígios se extinguem, diminuindo as chances de encontrar quem estivesse desaparecido. Principalmente nos casos envolvendo crimes de homicídio. A delegada acreditava que, quando um criminoso tinha a intenção de matar, fazia isso nas primeiras horas em que estava com a criança sob seu controle.

Nunca era demais insistir em medidas que agilizassem o trabalho da polícia. Não havia descrição que fielmente narrasse a sensação prazerosa de entregar a uma mãe, por exemplo, boas notícias do filho desaparecido. Nem sempre, porém, se podia dar respostas positivas a uma família. Fazia parte da rotina, também, e a jovem delegada precisava aprender a lidar com isso, dar informações tristes àqueles que esperavam por uma resposta sobre o ente querido. A comunicação era sempre dolorosa e o aspecto emocional intenso, porque os principais envolvidos com o caso eram crianças.

Muitas vezes, pais se enganavam sobre a rotina dos filhos e comunicavam o desaparecimento sem ter ocorrido de fato. Outras vezes,

ainda, as crianças se afastavam da família por conta própria, por se sentirem ameaçadas ou não confortáveis em suas casas. Em todos esses casos, Daniele refletia e questionava sobre o importante papel dos pais na educação dos filhos, compreendendo que uma relação amistosa entre eles pode gerar muitos benefícios e prevenir tragédias que ela presenciava diariamente. Quando pais e filhos não se entendiam, era sinal de que algo estava errado e, portanto, precisavam de ajuda.

“É por isso que tem o setor de psicossocial. Acontecendo um caso, a criança sendo encontrada, a gente encaminha tanto criança quanto os pais para uma avaliação. Vemos o que precisa. É analisada a estrutura familiar, se a criança sofre abuso ou é vítima de violência dentro de casa e isso é encaminhado ao Nucria (Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes). Se tem caso que a criança precisa desenvolver atividades, se precisa passar por um tratamento psicológico, também é feito todo esse encaminhamento. Então é bem importante esse trabalho. Até porque a gente vê que tem alguns casos que se repetem várias vezes. A gente sabe que a criança não saiu de casa porque tá bom, né? Algum problema sempre tem.”

Independentemente da natureza dos desaparecimentos, lidar com crianças representava um envolvimento emocional intenso e particular. E não era somente Daniele que compreendia a forma envolvente dos casos do Sicride. Era perceptível no olhar e atitude de cada investigador um compromisso e um desejo de solucionar casos de crianças, muitas vezes puramente inocentes em meio às ocorrências, de modo a devolver certezas às famílias em sofrimento. A técnica e a responsabilidade cresciam à medida em que surgiam ocorrências diferentes.

A delegada passou a conhecer uma outra dificuldade: a rotatividade constante de investigadores. Ainda que entendesse que as mudanças

ocorriam em todas as repartições da polícia, Daniele não via nisso algo positivo. Considerava que seria muito mais vantajoso o trabalho de profissionais especialistas em uma área, de acordo com suas experiências e aprendizados. Como isso não ocorria, ela era obrigada a liderar sempre uma equipe com novos integrantes e com falta de familiaridade com as características do serviço especializado.

À frente do Sicride, Daniele tentava encontrar um profissional capacitado para realizar envelhecimento digital e retrato falado, já que o pioneiro nas atividades não trabalhava mais no órgão. O tempo passava e a delegacia não podia contar com tais serviços, simplesmente porque não encontrava candidatos habilitados. Por mais que tivesse consciência da importância desse tipo de trabalho, Daniele não podia propor ações por meio de tal porta por falta de recursos humanos.

Ao lidar com os diferentes casos, Daniele percebia o quão diversas eram as formas dos pais se portarem frente ao desaparecimento de um filho. Alguns se envolviam bastante, ofereciam informações adicionais e buscavam incansavelmente por respostas. Outros, na tentativa de amenizar a dor, evitavam até mesmo tocar no assunto, julgando, erroneamente, algumas informações desnecessárias ao processo de investigação.

Alguns casos anteriores à sua gestão precisavam ser contemplados e a investigação sobre eles retomada. Até as ocorrências registradas antes da criação do Sicride não podiam ser esquecidas. Mesmo com o número de investigadores reduzido, Daniele não deixava os casos de lado, mas enfrentava problemas nesse trabalho. Alguns pais, pelo fato de ter passado muito tempo desde o desaparecimento da criança, não se envolviam tanto com o processo de investigação, de forma a evitar mais sofrimento. Outros, ainda, se mudavam, trocavam os contatos. Isso era visto pela delegada como um problema porque cada nova informação dada pela família poderia contribuir muito para com o trabalho dos investigadores.

Era começo de 2008, período em que se completava um ano desde

que Daniele chegara ao Sicride. Naquela manhã, a delegada refletia sobre a importância do órgão para as famílias paranaenses. Pensava também em como, com o tempo, o mundo se tornava um lugar menos seguro para as crianças. Em sua mente, lembranças de quando era menina, quando saía de casa sozinha e andava até mesmo de ônibus, não vendo perigo nisso. Foi em meio aos pensamentos de Daniele, que a notícia chegou. A rotatividade marcante na polícia, que ela estava acostumada a ver, a atingiu. Poucos dias depois ela deixava a delegacia especializada. Aproximadamente 100 casos surgiram durante esse período e todos foram solucionados.

SÉTIMO CAPÍTULO

2008 A 2011

“O tempo é um grande inimigo”

Março de 2008. Foi nessa época que Ana Cláudia Machado foi designada a assumir o Sicride. Antes do cargo de delegada no órgão, ela havia trabalhado no Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente (Nucria) por quatro anos, desde a fundação. Embora tratasse também do público-alvo do Sicride, as duas unidades divergiam em relação às abordagens e aos tipos de crimes praticados contra a criança. O núcleo interpelava casos de violência doméstica, geralmente praticada por conhecidos da vítima. A atenção, por causa disso, voltava-se à punição do agressor assim que identificado o crime. Já o foco do serviço de investigação sempre foi a localização de crianças e prevenção de desaparecimentos. Apesar de possuírem suas particularidades, alguns pontos entre os dois ofícios eram semelhantes e se complementavam - essa proximidade em lidar com delitos praticados contra crianças resultou no convite que a fez assumir a nova responsabilidade.

A sede do Sicride ficava na rua José Loureiro, número 376, no segundo andar. A equipe era formada pelo Setor de Investigação, Cartório e Setor Psicossocial – aos policiais, uma das primeiras tarefas confiadas foi a de contatar todas as famílias dos desaparecidos no prazo de um ano, a partir da implantação de um projeto.

“ *Nenhum desses casos ficou parado. Eu redistribuí para os investigadores, então todos eles trabalhavam com dois, três ou quatro casos. Eles realizavam diligências sempre a respeito dessas atividades, elaboravam relatórios da ordem do serviço, traziam para mim. Na nossa época, a gente colocou o projeto ‘De Braços Abertos’. Então ia uma equipe*

de policiais com a psicóloga visitar as famílias das crianças que estavam desaparecidas para mostrar que a gente ainda estava investigando.

A partir de setembro de 2008, o “De Braços Abertos” começou a percorrer todo o Estado revisitando os familiares e retomando os 22 casos de crianças que não haviam sido encontradas até a entrada da delegada. O atendimento visava principalmente, tratar do lado psicológico e aproveitando o contato, a missão dada aos investigadores responsáveis por cada criança era encontrar novas pistas que pudessem auxiliar nas buscas. Detalhes que, no momento do desespero, do primeiro contato com a polícia na época, talvez pudessem ter passado sem registro. Esperava-se que os pais, após um tempo, se recordassem de algo que desse uma direção ao processo.

Esse contato fez com que as famílias sentissem que a causa de cada uma delas não fora abandonada. Foi assim que uma mãe do interior do Estado se sentiu quando a resolução do caso do menino Leandro Correia veio à tona, em 2010.

Na casa em Roncador, o telefone soou. Há tempos Djanira dos Santos Correia não esperava receber a ligação de alguém mencionando o nome do filho desaparecido vinte anos antes, enquanto ela e o marido estavam trabalhando na lavoura. A delegada avisou que uma equipe do Sicride iria fazer-lhe uma visita, pois tinham notícias sobre Leandro. Uma súbita alegria percorreu o corpo cansado de Djanira, que contou entusiasmada a novidade para toda a família. Aguardaram a chegada do carro vindo de Curitiba com uma ansiedade que não cabia no peito. Casada com outro marido e com três filhos em casa, a diarista se perguntava onde é que o primogênito iria dormir. A situação da família melhorara

muito nos últimos anos, mas não existia outro cômodo na casa de três quartos para abrigar o homem feito que chegaria a qualquer instante. Isso não importava tanto, ela daria um jeito para ter o filho por perto. Como ele estaria hoje? Ela reconheceria seus próprios traços no rosto barbado do rapaz?

Quando o carro da polícia encostou-se à frente da porta da casa de alvenaria da família, todos saíram no pequeno jardim para aguardar o momento tão esperado. Djanira revezava encarar o veículo e os próprios pés, calçados com chinelos, e pensava que já estava quase na hora de regar as plantas que enfeitavam a residência. Os segundos de observação foram intermináveis. Ana Cláudia desceu do automóvel na companhia de um homem e uma mulher – investigador da polícia e psicóloga, ela descobriria depois. A mãe se perguntava onde estava Leandro que deveria estar no carro. E então a notícia veio seca, reproduzindo um baque na esperança que o tempo não conseguiu flagelar: fragmentos do crânio de uma criança encontrados pouco tempo depois do desaparecimento do garoto de três anos finalmente puderam ir para a perícia. Um exame de DNA do Instituto de Criminalística de Curitiba revelou que os ossos eram mesmo de Leandro Correia.

A ossada foi encontrada em 1990, a mil metros do local onde Djanira havia visto o menino pela última vez. A incompreensão tomou conta da mãe, que não acreditou na notícia dada. Ela precisou sentar-se no sofá desbotado, enquanto a psicóloga Lilian Gheno segurava sua mão, tentando lhe passar segurança. A mãe desvencilhou-se do apoio da profissional, apoiando o rosto vermelho e fatigado nas próprias mãos caledadas. Com a voz embargada, desabafou:

- Vocês levaram 20 anos para me dizer que o meu filho morreu?

A descrença tomou conta também dos filhos, que sempre esperavam o dia em que conheceriam o irmão mais velho. Mesmo mantendo a fé de que um dia abraçaria Leandro novamente, os ossinhos do garoto foram

enterrados no cemitério de Campo Mourão, agora mais próximo da família, que ainda mora em Roncador.

“ Às vezes acaba sendo um sentimento múltiplo, primeiro não é bom, mas o lado positivo é que a família acaba com certa angústia da busca porque tem sempre uma dúvida. Essas mães escreviam pra gente que, quando mudava o tempo, elas pensavam: ‘Será que ele está com frio, será que não está’? Toda vez que tocava o telefone: ‘Pode ser alguma notícia da criança’. Então, quando eles descobrem o paradeiro da criança, mesmo que sem vida têm, entre aspas, um alívio de saber o que aconteceu, possibilita o ritual de despedida que é o enterro da criança. Mas, por outro lado, a gente tira uma esperança. Às vezes, nós que não passamos pela situação, achamos que vai ser um alívio, mas na verdade a gente tira também uma esperança de uma família de localizar [o filho] com vida, com saúde, um ente querido. Então, é bem complicado.

Em entrevista dada ao jornal Gazeta do Povo naquele ano, a mãe ostentava a crença de que o filho ainda estivesse vivo, mesmo com a notícia que recebera na própria casa. Djanira foi até a capital paranaense para liberar os ossos, e na ocasião contou ao repórter Jorge Olavo que ainda não era hora de descansar em paz.

- Passei dias e noites acordada, levaram 20 anos para descobrir que os ossos são dele. Agora quero saber quem foi (que matou). – disse ao jornalista.

Os casos mais antigos de crianças desaparecidas, se encontradas, deveriam ser reabertos. A missão do Sicride estava vinculada na

identificação e localização – se encontrada morta, designa-se o trabalho para a Delegacia de Homicídios ou a delegacia local para que haja a investigação e apuração de como ocorrera o crime. Em casos de violência sexual cometidas contra o menor ou quando a vítima fugia de casa porque sofria maus tratos no próprio lar, o caso era encaminhado para o Nucria. O menino Leandro é um dos casos mais marcantes para Ana Cláudia, por ser uma das 12 crianças desaparecidas antes da criação do órgão e um dos mais antigos do Paraná. A identificação da ossada, que estava há tempos no IML, fez com que a delegada continuasse investindo em projetos que considerava válidos para o serviço. Outro projeto que adotou foi o “Caminho de Volta”, ideia que partiu da Universidade de São Paulo, cuja proposta era manter um banco de DNA, para que em qualquer eventualidade de encontrarem crianças de outros Estados que pudessem ser as desaparecidas sob a responsabilidade do Sicride, um exame fosse feito para identificação. O Paraná foi o único Estado a aderir ao estudo. Embora uma iniciativa aparentemente eficaz, nenhum dos casos da região paranaense foi solucionado com base no banco. Ainda assim, as famílias foram chamadas para fornecerem o DNA, de acordo com a proposta.

Mesmo não compondo o projeto, novamente o resultado decorrente da coleta do material genético dos pais auxiliaria uma família de Umuarama em 2011. A notícia demorou dez anos para chegar até os pais, que em 2001 viram suas vidas caminharem para um rumo incerto e sem perspectiva devido ao desaparecimento do menino Léo, filho mais novo do casal Edmo Pereira da Silva e Leonice Furtado de Mello Silva.

Leonardo tinha 3 anos e 8 meses de idade quando na manhã do dia 14 de outubro daquele primeiro ano do novo século, avisou a mãe que iria brincar com os amiguinhos do bairro, o jardim 1º de Maio da cidade,

região oeste do Estado. Fazendo jus ao cognome Capital da Amizade, o garoto logo cedo manteve contato com a turminha da rua dos Vigilantes, onde também morava. A dona de casa Leonice ficou cuidando do lar, crendo que o local do passeio do filho não necessitaria de vigília. Das outras vezes, Léo também saía para as brincadeiras na rua calma. Próximo ao horário de almoço, ela saiu ao portão para chamá-lo, pois já estava para colocar a comida à mesa. Chamou-o, sem resposta. Percorreu a rua comprida e arborizada sem nenhum vislumbre do filho. Desesperou-se.

As horas foram se arrastando e as semanas eram intermináveis sem notícia alguma do menino de pele branca, cabelos e olhos castanhos, com as bochechas de fazer inveja a qualquer tia que gostava de apertá-las. Anos se passaram com moradores do bairro e amigos da família constantemente organizando mutirões em busca do pequeno Léo. Uma das pistas que chegou até eles dava conta de que o menino fora visto na região da fronteira entre o Brasil e a Argentina, e que havia sido sequestrado por caminhoneiros. A informação nunca foi confirmada.

Em 2006, trabalhadores rurais se empenhavam em mais um dia de labuta em um dos sítios que ficava na saída para a cidade de Maria Helena, localizada a cerca de 30 minutos de Umuarama. A distância entre a propriedade e o bairro de onde Leonardo desaparecera era de aproximadamente 6 km, mas nunca imaginaram que o local de trabalho diário os ligaria ao sumiço do garoto, ocorrido há cinco anos antes daquele 3 de maio. Foi quando se depararam com uma ossada frágil, corroída pela exposição climática. Chamaram a polícia imediatamente. O perito Dimas Castilho não proferiu de pronto o que pensava, mas calculou que os ossos eram semelhantes a uma criança com o porte daquele menino desaparecido. O material genético colhido na ocasião foi encaminhado para o Instituto de Criminalística de Curitiba e a resposta obtida, um ano depois, foi de que o laboratório não era capaz de avaliar. A 7ª Subdivisão Policial de Umuarama tinha novamente em mãos as amostras, que foram

enviadas para o laboratório da Polícia Federal de Porto Alegre, onde permaneceu durante cinco anos para concluir o laudo. Com o atraso do serviço, a família umuaramense continuava as buscas, esperando reencontrar o filho vivo.

O resultado chegou às mãos dos pais de Leonardo em março de 2011, com uma notícia que encerraria as buscas pelo garoto e iniciaria a procura pelo responsável pela morte do menino: a ossada era mesmo de Léo. O que teria ocasionado esse fim trágico? Acidente ou assassinato? Os rumos da investigação da polícia mudavam. Agora, mais centrado, uma única dificuldade ainda imperava – o tempo.

Essa mesma dificuldade era capaz também de trazer bons resultados quando contatado o Sicride rapidamente. Dois anos após ter se tornado delegada do serviço especializado em buscas de crianças no Paraná, Ana Cláudia Machado sabia muito bem que questão de horas de atraso da informação poderia ser crucial no desenrolar das ocorrências. Desde 2008, foram 129 casos que passaram pelas mãos da equipe, que, em agosto de 2010, recebeu um telefonema urgente, vindo do 10º batalhão da Polícia Militar, convocando uma equipe para Apucarana, a 369 km de Curitiba. A maternidade do Hospital Previdência, na cidade localizada na região norte do Estado, recebera no mundo quatro crianças no dia anterior. Os recém-nascidos envoltos por lençóis azuis, além da presença de familiares entusiasmados, receberam a visita de uma suposta enfermeira, que além da roupa branca, trajava más intenções quando passou despercebida no saguão do hospital. Por volta das 20h30 a mulher percorreu o corredor de piso opaco, iluminado pela forte luz branca emitida por lâmpadas fluorescentes e bateu à porta de um dos quartos, avisando uma das mães que levaria o neném para fazer o exame do pezinho. O bebê recebera o

nome de origem grega Nicolas, que significa “vencedor do povo”. Assim sua genitora esperava que fosse: um grande vencedor. Não acreditava que a primeira prova de que veio ao mundo para vencer seria aplicada logo nas primeiras horas de vida. Se recuperando do parto e sem desconfiar de nada, apesar de estranhar o horário do exame, mãe e avó permitiram que a criança fosse levada. O relógio marcava 22h30, horário que se estendia sem que a mulher retornasse com o bebê no colo e o pé picado. A situação alarmou aquela mãe que também acabara de nascer. Imediatamente ela contatou a polícia que, de pronto, agilizou as buscas.

“ *Todos os casos do Sicride são muito especiais, tanto aqueles que a gente localizou a criança, quanto esses que demoraram tanto tempo e a gente conseguiu localizar. Ou aquele de Apucarana do bebezinho que foi [encontrado] bem rápido. A criança tinha poucas horas de vida e a gente conseguiu. Por sorte, a gente estava em uma viagem a trabalho lá perto, então, assim que nós ficamos sabendo do caso, a gente já começou a apurar e, rapidamente, localizamos a criança.*

Menos de 24 horas foram necessárias para que a criança fosse encontrada em Cambé, a 43 km de Apucarana. Até as 18h30 do dia 12 de agosto, o bebê já estava nos braços da família no hospital. A equipe do Sicride encaminhou uma mulher e a filha adolescente, que estavam com a criança, para a delegacia a fim de realizar o flagrante.

“ *E da outra criança lembro é da região metropolitana, de Almirante Tamandaré, que a mãe foi com a sequestradora [até o centro de Curitiba] e a sequestradora prometeu roupa para ela. Enquanto ela foi ao provador de roupa, a sequestradora sumiu com o bebezinho dela. Dava para ver que era uma mulher que talvez pudesse vir a fazer alguma coisa com a criança porque ela simulou a gestação, tirou*

foto. Teve na verdade uma gravidez psicológica, porque ela precisava mostrar para o ex-companheiro que estava grávida, para tentar reatar o relacionamento.

Para Ana Cláudia, não existia gratificação maior quando o final terminava bem para a família e para a criança. A delegada nunca havia sido mãe, mas sentia-se tão especial quanto quando os esforços culminavam em sorrisos, lágrimas e abraços de alívio. Encostar a cabeça no travesseiro com uma grata surpresa dessas dava forças para o dia seguinte, que nem sempre poderia reservar bons presságios. A vida sem rotina ensinou muito à mulher com então 35 anos quando se fez responsável por um dos empregos mais marcantes que teve na vida.

“ *Muita coisa a gente aprende na vivência, mas busquei também na especialização. Tinha vários livros sobre isso. A gente na época, também, estudou sobre criminosos seriais. Tivemos um curso do FBI sobre crimes praticados em série. Então tudo depende do perfil da pessoa que trabalha com isso e da vontade de buscar, porque a gente aprende bastante com a experiência. Mas às vezes o caso não vai esperar que tenha uma vivência para atuar. É importante que o policial busque também um aperfeiçoamento. Por isso, é importante centralizar as buscas, assim é possível até verificar um ponto de semelhança entre os casos. Agora, se ficam várias unidades cuidando do desaparecimento, isso se perde. A possibilidade de você estudar os casos e atuar melhor numa prevenção, sabendo como é o perfil da vítima e o perfil do agressor, contribui muito pra resolução do caso.*

Desvencilhar-se do envolvimento ao lidar com situações delicadas

era um obstáculo à parte, que Ana Cláudia, às vezes, parecia nem fazer questão de desviar. Ou a própria situação por si só a enlaçava por completo. Até onde poderia ir a crueldade humana? O início de novembro de 2008 reservava grandes emoções. A delegada teve de se envolver com um dos casos mais marcantes de sua trajetória. Aquela história jamais seria apagada, estava anexa ao próprio tato. Ao próprio fato de existir e ter presenciado a revoltante fatalidade.

“ Tem um caso emblemático que é o da Rachel, que ele sensibilizou bastante todo mundo da delegacia na época. Esse é um dos casos que mostram que avisar a polícia rápido é essencial. Quando nós fomos avisados do desaparecimento da Rachel ela já tinha falecido, segundo o que eu conversei com o perito. Estive no IML quando o corpo foi localizado, então, já tinha falecido há umas três, quatro horas. Mais de quatro horas quando a gente ficou sabendo. Então é um pouquinho complicado e é essencial que a gente seja avisado.

Rachel Maria Lobo de Oliveira Genofre, de 9 anos, começou aquela segunda-feira como sempre fazia: saía de casa, localizada na rua Augusto de Maria, na Vila Guaíra, após o almoço, para pegar um ônibus Dom Ático, que a levaria até a escola. Ela cursava a 4ª série do Ensino Fundamental, no Instituto de Educação do Paraná, na região central de Curitiba. Era uma menina bastante comunicativa, com traços meigos e delicados. Difícil não reconhecê-la por onde passava – conseguia facilmente encantar as pessoas ao redor. Apesar da pouca idade, era bem orientada pela mãe, e por isso estava acostumada a fazer esse trajeto de ida e volta do colégio sozinha. Gostava de estudar, ávida por novas histórias. Além de ler, gostava também de escrever. O dia 3 de novembro lhe reservava

uma boa surpresa ao chegar na sala de aula. Naquela tarde, saberia que tinha alcançado o 1º lugar em um concurso de redação promovido pela Biblioteca Pública. Ganhara, além dos parabéns dos colegas de sala e professora, um troféu. Orgulhosa, levaria o prêmio em acrílico para casa para enfeitar a estante e os sonhos de alcançar cada vez mais objetivos futuramente. Serviria de exemplo também ao irmão mais novo, quem sabe?

Era uma tarde nublada na capital do Estado. O mundo não falava em outra coisa que não fossem as apostas para o próximo presidente dos Estados Unidos. Faltavam dois dias para as eleições que elegeriam o primeiro presidente negro da história daquele país, marco para a política democrata de Barack Obama. Enquanto o noticiário, tempos depois, voltava-se para o resultado das eleições, o Brasil assistiria a uma barbárie. A breve estadia de Rachel Genofre iluminando os caminhos de quem a conhecia estaria encerrado na noite daquela segunda-feira.

O sinal da escola soou, avisando que mais um dia de estudos estava terminado naquele instante. Guardou o estojo e o caderno na mochila, despedindo-se da professora e seguindo com um coleguinha um trecho do caminho que percorria diariamente. O amigo ficou em um estabelecimento da família e acenou, dando-lhe tchau. “Até amanhã!”, disse, sem saber que o amanhã seria tarde demais para novo cumprimento. Rachel se dirigiu até a Praça Rui Barbosa, de onde pegaria o ônibus da mesma linha que a levou até a escola para voltar para casa. O transporte coletivo passava sempre às 17h50, aguardado por muitos passageiros. Era comum, nessa espera de alguns minutos, a menina de cabelos cacheados e olhos castanhos se distrair comendo um pacotinho de pipoca doce, fitando o chão preenchido por pedrinhas brancas e sujas. Mal sabia que a própria doçura infantil atrairia alguém que transitava pelo local. Aquele dia o motorista do Dom Ático, Élio Colaço Lima, então com 35 anos, não teve de avisar que era proibido sentar no painel que aquela garotinha

sempre costumava usar de apoio. Ela não havia subido no coletivo naquele fim de tarde, mas ninguém aparentemente sentiu a ausência dela. Pelo horário, fim de expediente, as linhas de ônibus tão elogiadas de Curitiba estavam abarrotadas de trabalhadores e estudantes cansados, que só conseguiam pensar no banho que tomariam quando chegassem em casa rendendo-se, finalmente, ao merecido descanso.

O atraso de algumas horas fez com que a mãe de Rachel acionasse a polícia. Na noite do dia 3 de novembro, o Sicride dava início a uma busca sem final feliz para aquela família curitibana. Um dia inteiro de investigação não resultou em muitas pistas: tudo fora checado. Escola, trajeto percorrido, usuários do transporte coletivo, comerciantes e vendedores ambulantes ao redor. Nada.

Parecia mais um entardecer qualquer para uma família indígena que estava havia duas semanas morando debaixo da escadaria da Rodoferroviária da capital paranaense. O céu estava se colorindo de um avermelhado intenso, indicando o fim de mais um dia daquele início de semana. A jovem mãe Neusa Lucas estava com seu bebê no colo, deitada no local, à espera do pai. Encarava uma mala que estava ali fazia já algum tempo. De quem seria? A pessoa que perdera as roupas provavelmente daria falta da bagagem em algum instante e voltaria para buscá-la. As horas passaram rapidamente, trocando o céu de tons quentes pelo breu da noite que chegava. Quando o pai da índia retornou à casa improvisada, foi avisado da mala deixada de lado por algum passageiro apressado.

O senhor então, prontamente, foi arrastar a misteriosa bagagem para o corredor de piso escuro, iluminado por lâmpadas fluorescentes, fazendo com que ficasse à vista do desavisado que esqueceu os próprios pertences. Por dia, aproximadamente 35 mil pessoas transitavam pela

rodoviária. Estranhou o peso que tentava com dificuldade puxar. A capital do Paraná era conhecida pelo frio que fazia sem precisar das estações para delimitar a temperatura, mas nem mesmo as blusas mais densas teriam aquele peso. Chamou o segurança.

Enquanto isso, Ana Cláudia Machado, delegada titular do Sicride, sentava-se à mesa de fórmica cinza de sua sala e reunia as informações daquele dia a fim de dar um direcionamento, junto dos investigadores, ao caso da menina desaparecida no dia anterior. O atendimento do serviço de investigação sempre funcionou por 24 horas, o que fazia com que todos ficassem atentos ao telefone. Que tocou naquela noite.

De acordo com o administrador da Rodoferroviária, Jair José Carvalho, quando o fiscal chegou ao local, adotou o procedimento padrão para encontro de malas. “Ele abriu para tentar identificar o que era e de quem era”, explica. Ao ver o corpo da menina, o fiscal fechou a mala e chamou a Polícia Militar (PM). Às 2h30 de quarta-feira o corpo de Rachel foi levado ao Instituto Médico-Legal. A necropsia revelou que a menina sofreu abuso sexual. Foram constatadas também marcas de mordidas. A causa da morte, segundo o IML, foi asfixia, e o horário da morte de Rachel, segundo o exame, foi entre 24 e 36 horas antes da entrada do corpo no Instituto. (Trecho da reportagem “Rachel, uma vítima da barbárie”, publicada no jornal Gazeta do Povo no dia 6 de novembro de 2008)

O que se sabe é que, naquela mesma noite do desaparecimento, em algum lugar, Rachel lutou contra a morte, nas mãos de um assassino cruel, que abusou, mordeu e até mesmo cortou os cabelos da menina, que horas atrás carregava orgulhosa um troféu – um prêmio pela primeira colocação em um concurso de redação da Biblioteca Pública. O laudo da necropsia revela que Rachel morreu asfiziada entre as

20 horas e meia-noite do dia de seu desaparecimento. Na noite seguinte, o assassino, então, levou o corpo de Rachel, já envolto em um saco plástico e um lençol, dentro de uma mala, até a Rodoferroviária de Curitiba. Depositou a mala embaixo de uma escada, próximo a um local em que índios dormiam improvisadamente. E foi-se.

(Trecho da reportagem “Um ano depois, caso Rachel desafia a polícia”, publicada no jornal Gazeta do Povo, no dia 1º de novembro de 2009)

Nas primeiras atuações realizadas no órgão, outra dificuldade também ficou evidente para a então delegada: a falta de informação sobre todas as diligências. O mito das 24 horas ainda teimava em se fazer presente, e sempre que tinha a atenção da mídia, Ana Cláudia ressaltava que não era necessário aguardar esse período para o registro de Boletim de Ocorrências.

“ *Infelizmente muitas pessoas dizem que tem que esperar um prazo de 24 horas ou 48 horas, então por isso que sempre que a gente dava entrevista sempre que tinha a possibilidade frisava que a busca deve ser imediata, que a informação tem de vir rápido pra polícia. A gente tem também a dificuldade que muitas pessoas se negam a passar informações. Sabem que a gente está buscando a criança, tem alguma informação, mas não querem se intrometer. ‘Ah não vou falar, não quero passar informação pra polícia, depois isso pode ser ruim pra mim’. A gente ficou sabendo de alguns casos de sequestradores que, poxa, provavelmente um vizinho, alguém que trabalhava junto viu que nós estávamos procurando. Viu a imagem dele e não entrou em contato com*

a polícia. Infelizmente, muitas pessoas criticam a segurança pública mas não auxiliam a polícia quando a gente pede ajuda. Quando a gente divulga um retrato falado, quando divulga uma imagem de vídeo, as pessoas não querem se meter, então elas não passam a informação. O tempo é também um grande inimigo nosso.

(Ana Cláudia Machado, delegada titular do Sicride por três anos)

Havia uma relação positiva com a imprensa, de respeito e responsabilidade com a posse dos dados que tinham em mãos – o papel dos veículos de comunicação tinha a importância ampliada quando se tratava de divulgar retratos falados e os resultados das fotografias que passaram pelo processo de envelhecimento digital. Buscando mais visibilidade desse trabalho, uma exposição com as fotos que mostram a progressão das crianças desaparecidas foi feita na Biblioteca Pública de Curitiba. O objetivo era também orientar pais e filhos sobre alguns cuidados para que essa situação seja evitada. Para isso, uma distribuição do gibi do João Esperto também foi feita. A exposição ficou na biblioteca durante um mês.

Os gibis do João Esperto, personagem criado para gerar uma empatia com o público infantil, tinha o roteiro baseado em histórias vivenciadas pela própria polícia – trazer para a abordagem lúdica tentativas de crimes contra a criança que já passaram pelo cunho do Sicride era a maneira encontrada para dar crédito à moral que cada página carregava. Foram quatro publicações feitas em parceria com uma equipe supervisionada pela delegada e pela professora e psicopedagoga Edna Regina da Silva. A distribuição era feita em escolas de toda a rede de ensino. Para ter acesso ao material, bastava que a instituição entrasse em contato com a sede do Sicride e solicitasse os gibis.

“ *Porque a prevenção mostrando que a criança ela tem que ficar atenta se alguém fizer algum tipo de convite pra ela, oferecer carona, doce, ela tem que dizer não, se afastar, contar para algum adulto ou então gritar. A gente fazia questão de trabalhar bastante nessa parte, até porque a polícia nunca vai conseguir estar em todos os lugares 24 horas por dia. Tem que dar instrumentos para que a criança não fique em situação de risco ou se ela estiver numa situação de risco que ela consiga sair dessa situação.*

O trabalho preventivo era complementado com apresentações de um espetáculo teatral de roteiro completamente voltado para a conscientização do público infantil. Em uma dessas peças, o grupo se reunia para distribuir doces para a plateia e houve casos de crianças que negavam a oferta. Situação que surpreendia a todos pela capacidade de assimilação de todo o conteúdo dramatizado no palco.

- Vocês ensinaram que não pode aceitar doce de estranhos – ouviam. E o público exigente estava certo: eram desconhecidos para eles.

Enquanto o poder de ao menos ensinar o caminho da prevenção estava ao alcance da equipe do Sicride, toda a ação viável era retirada do papel e posta em prática. Quando a ação policial tinha de sair do lado lúdico para lidar com casos que pudessem comprometer a segurança de outras pessoas, o empenho deveria ser dobrado.

A característica presente em criminosos sexuais, principalmente se a vítima fosse uma criança, era a de atraí-la de maneira amistosa. O carisma e a oferta de algo do interesse da criança era a tática de um suspeito de sequestrar três meninas em Curitiba entre outubro de 2010 e outubro de 2011. Pela região central da cidade, o homem de 45 anos caminhava calmamente, observando a movimentação ao redor. Seu interesse era, em especial, pelas crianças do sexo feminino – diante das

meninas, sentia uma sensação inexplicável. Para convencê-las a segui-lo, oferecia guloseimas e, não obstante, afirmava que a levaria para conhecer a apresentadora Maria da Graça Meneghel, a Xuxa. O encontro com a rainha dos baixinhos caía por terra quando percebiam que estavam sendo levadas para longe dos pais. Com a reação de rejeitar o interlocutor, a primeira atitude a ser tomada era abandonar as meninas. Em depoimento à polícia, ele afirmou ter feito inúmeras abordagens pelo centro.

A progressão nos casos aumentava a cada vez que uma consentia a acompanhá-lo. Das três crianças levadas a pé ou de ônibus por Uriel Nascimento, nenhuma delas sofreu violência sexual. Isso não significou para a delegada que o sujeito iria parar por aí: no último caso, ele teria levado a criança para um matagal, acompanhado de uma garrafa de aguardente, buscando reunir a coragem suficiente para cometer o que tinha vontade. Não conseguindo, levou a menina para a própria casa e depois abandonou-a em frente a uma escola em São José dos Pinhais, Região Metropolitana de Curitiba. Na casa de Uriel, encontraram a calcinha e um colete da criança. Identificá-lo e detê-lo era prioridade para evitar que o ato se consumasse. No dia 1º de novembro daquele ano, o homem foi identificado e confessou a intenção de estupro.

- Foi muito bom a gente ter prendido essa pessoa, porque não tínhamos dúvida de que ia evoluir a uma violência sexual e, talvez, até matar a criança – afirmou a delegada.

“ *Alguns policiais chamam de desaparecimento enigmático, porque essas crianças não são arrancadas dos braços dos pais a força, não é pega na rua gritando, nada disso, acontece uma aproximação desse criminoso, ele conversa com a criança, e ele consegue convencê-la a segui-lo até determinado local. Esses criminosos são praticamente invisíveis. A gente já teve casos em que vizinhos viram o adulto com essa criança, mas, ‘ah, como essa criança conversava com ele e tudo, eu pensei que fosse um parente um tio alguma coisa assim’. Por*

isso que é tão difícil investigar esse tipo de crime, porque a pessoa é vista com a criança, mas não chama atenção. Por isso que a gente frisava bastante a parte da prevenção.

O desaparecimento enigmático de uma criança no interior do Paraná também ficou presente na memória da delegada. Era 15 de maio de 2009. Neusa de Assis, então com 37 anos, estava à beira do fogão preparando o almoço. O prato especial do dia era polenta, comida que a filha única mais gostava. Com 2 anos de idade, era compreensível que Ariele Botelho apreciasse alimento tão molenga e de cor nada atrativa: os dentinhos de leite estavam se firmando naquela fase. Em meio às panelas, Neusa assoviava calmamente, observando a vasta vegetação além do vidro da janela da casa de madeira que abrigava a família há oito dias. A vida urbana na cidade de Manoel Ribas desenvolvia-se a passos lentos, e a tranquilidade da vida no campo lhe parecia ideal para que a filha crescesse saudável e feliz. Mudaram-se para perto do pai de Neusa, que facilitaria a vida do casal quando estes tivessem que cumprir compromissos médicos e de trabalho: a neta ficaria aos cuidados e mimos do avô materno. O marido, Carlos Botelho, era cortador de cana, portanto, acostumado a lidar com a terra.

O sítio que agora recebia o nome de lar ficava em Lidianópolis e o quintal de casa era maior que a curiosidade de Ariele. Por volta das 9 horas daquela sexta-feira, ela foi junto de uma prima colher mexericas no pomar próximo da casa. A fruta adocicaria o paladar das duas após a principal refeição do dia. No meio do caminho, Ariele desistiu da ideia e teimou em voltar para casa. A prima continuou e a menor retomou pelo caminho que havia percorrido. Nesse percurso, desapareceu sem deixar rastros. A partir de uma hora da tarde daquele dia o Corpo de Bombeiros já vistoriava a região. Plantações e outros sítios próximos

foram investigados, sem surtir efeito.

O Sicride só foi contatado uma semana após o desaparecimento para auxiliar nas investigações. O órgão ficou responsável pelas buscas e os policiais passaram a verificar a vida tanto da criança quanto da família antes do desaparecimento, a fim de levantar algo que pudesse justificar o sumiço repentino. O tio da criança era o principal suspeito, mas faltaram evidências que comprovassem a acusação da família.

De cabelos cacheados e pele morena clara, Ariele foi a única criança não encontrada durante o período em que Ana Cláudia Machado esteve como delegada-titular do Serviço de Investigação. Em contrapartida, nos três anos em que atuou, 194 casos foram solucionados. Ela se despediu da função em dezembro de 2011, mas sabia que as histórias vivenciadas não se despediriam tão cedo da própria memória.

A partir de agosto de 2009 até novembro de 2010, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, formada por 23 membros e coordenada pela deputada Andréia Zito (PSDB), foi instaurada no País, a fim de discutir as causas, consequências e os responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil, durante o período de 2005 a 2007. A justificativa para tal investigação, apontada no relatório divulgado em novembro daquele ano, registrava que não existiam estatísticas mundiais completas sobre o número de crianças desaparecidas anualmente. No arquivo ainda constava que, embora parte dos desaparecimentos fossem solucionados nas primeiras 48 horas, um percentual que variava de 15% a 20% chamava a atenção para as crianças e adolescentes que não eram mais encontradas.

Na 14ª reunião, Ana Cláudia pode explicitar a necessidade da centralização dos casos de desaparecimentos.

“ Por quê? Quando eu trabalhava na Delegacia de Proteção à Criança, eu via como é grande o número de crianças abusadas sexualmente, torturadas e maltratadas. E fica difícil para o Delegado tirar a equipe que está atendendo essa criança para que investigue o caso de outra que desapareceu há 5 ou 10 anos. Não estou dizendo que um caso é mais importante que o outro, até a criança desaparecida pode estar sofrendo tanto ou mais do que aquela que está lá na Delegacia, mas a gente acaba atendendo a demanda que nos procura.

(Depoimento dado à Comissão Parlamentar de Inquérito no dia 10 de novembro de 2009)

Márcia Tavares e Harry Carlos Herbert também prestaram depoimento contando a respeito das características principais do órgão em que já haviam atuado e pelo qual mantinham um imenso carinho. Ao final da CPI, tanto Ana Cláudia Machado, quanto os colegas, ex-delegados do serviço, ficaram honrados com o resultado da CPI. Constatou-se que o serviço era modelo para todos os Estados brasileiros.

A experiência e o know how do SICRIDE do Paraná devem ser levados a todo o Brasil, notadamente dado seu sucesso de 99% de casos solucionados. Porém, apesar de o SICRIDE só buscar crianças, cremos ser mais adequado que as Delegacias Especializadas tenham duas Seções: uma para a busca de crianças e outra para a busca de adolescentes.

(Conclusão da CPI, encerrada em novembro de 2010)

Com especialização em violência doméstica, gestão e segurança

pública e criminologia e ciência penal, é evidente que qualquer relação com o assunto desperta o interesse em Ana Cláudia, ainda hoje. Descrever o significado daquela avalanche de experiências que a polícia lhe reservou por longos anos é trabalhoso. Não há filosofia que explique e Ana Cláudia sabia bem.

- Tentei mestrado em filosofia, mas desisti porque não dei conta. – disse, bem humorada.

“ É uma unidade que, o fato de você passar por ela te marca pra sempre. Qualquer coisa que você for ver de desaparecido você presta atenção, é um tema que acaba ficando na nossa mente e a gente sempre vai se interessar por ele depois que passou por uma delegacia como o Sicride.

BASTIDOR

Após andar duas quadras a mais que o previsto na travessa da Lapa, é que a rua José Loureiro onde entrevistaríamos Ana Cláudia Machado, que ficou durante três anos como delegada-titular do Sicride, foi encontrada. A entrevista estava agendada para as 14h. Foram 17 quadras da capital paranaense percorridas a pé para chegar ao local. Identificado com algum custo o edifício de número 540, o prédio designado para as atividades da Polícia Civil de Curitiba foi adentrado às 13h56. “Precisamos falar com a Ana Cláudia Machado”. “Vocês são policiais?”, brincou o segurança no térreo. Os estudantes de jornalismo se identificaram e informaram que tinham hora marcada. “Então não podem esperar! 10º andar. É a loira bonita”, informou. O elevador que levava à sala de destino era amplo. A primeira entrevista do trabalho de conclusão de curso estava prestes a acontecer – era 25 de junho, e a temperatura estava amena naquela tarde. Um anúncio de “Assessoria de relações com a comunidade” nos recepcionava na porta do cômodo. Um moço loiro atendeu, informando que a delegada estava prestes a chegar.

Uma grande janela que dava para a rua ambientava o local. O trânsito corria normalmente lá embaixo, com vendedores ambulantes e muitas cores predominando na rua estreita do centro de Curitiba. O sofá de espera, na cor bege, ficava de frente ao rapaz que recebeu os visitantes – tinha mais duas moças na sala, cada qual em sua mesa. Eram cinco mesas ao todo dispostas em um grande espaço ao final de um corredor.

Ana Cláudia chegou trajando um sobretudo jeans com gola de pele sintética de cor bege. Esfregou os braços como se estivesse com frio e convidou os visitantes para se sentarem frente à mesa dela. O cabelo estava elegantemente preso em um rabo de cavalo alto e não havia sinal de maquiagem no rosto. Foram três anos dedicados ao serviço de investigação e muitos casos a lembrar. A postura e a maneira de

se expressar demonstravam profissionalismo e uma dedicação extra à causa. Na conversa, que durou cerca de uma hora, era possível imergir em várias histórias que permearam a trajetória da entrevistada enquanto foi responsável pelo Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas.

OITAVO CAPÍTULO

DEZEMBRO DE 2011

“Você nem consegue dormir tranquilo”

Atuando em diferentes unidades da Polícia Civil, desde que largara o Sicride, a delegada Daniele não se esquecia das experiências tidas à frente do órgão. A particularidade dos casos, as possibilidades de trabalho e os resultados obtidos pelo serviço especializado eram aspectos positivos a quem atuava na delegacia especializada. Era dezembro de 2011, quando a delegada soube que não só seus pensamentos ainda não se desvinculariam dos casos de crianças desaparecidas, mas também suas ações. Voltaria ao Sicride como enquanto delegada.

Assumir novamente a responsabilidade à frente do órgão que se dedicava a solucionar casos envolvendo crianças desaparecidas foi uma ação feita com segurança. Afinal, durante o ano lá trabalhado, aprendera muito com as particularidades dos casos. Entendendo os riscos que levavam crianças a desaparecerem, Daniele, logo que retornou ao Sicride, se empenhou em projetos e ações educativas que visassem à prevenção.

Dia 5 de maio de 2012, sábado. Daniele desenvolvia a programação de ações de prevenção a casos de crianças desaparecidas, no final da tarde, quando recebeu uma ligação. A poucos quilômetros dali, em Porto Amazonas, no dia anterior, uma menina que havia saído cedo para ir à escola não havia voltado. Os familiares estavam desesperados e já havia se passado mais de 24 horas desde o ocorrido. Era necessário e urgente que uma equipe do Sicride se deslocasse até o local.

Porto Amazonas fica a 75 Km de Curitiba. Sua população não

ultrapassa o número de 5 mil habitantes. Uma região composta por fazendas antigas. Na zona rural mora a família Rochinski, composta pelo pai, mãe e três filhos. O pai é caseiro da chácara onde a família mora e a mãe trabalha em um barracão de materiais recicláveis. Um dos filhos, a menina Stefani Vitória, não vive na companhia dos familiares desde maio de 2012 e o seu paradeiro é incerto.

Era 4 de maio. Stefani se levantou pela manhã consciente de que era sexta-feira e, por isso, último dia de aula na semana. Como de costume, se arrumou, se alimentou e saiu de casa, por volta das 7h. Dona de cabelos louros, olhos verdes e uma animação e simpatia que encantavam aos familiares, a criança de 10 anos percorria diariamente cerca de 1 km para pegar o transporte que a levava à escola. Enquanto caminhava, naquele dia, pensava nas atividades que realizaria no fim de semana. Seu sonho era ser goleira e gostava muito de jogar bola com os amigos vizinhos.

Stefani cursava a 5ª série do ensino fundamental, no Colégio Estadual Coronel Amazonas, no Centro de Porto Amazonas. Naquele dia ela não chegou à escola. Muito menos embarcou no transporte escolar. Após as 12h, quando comumente a menina chegava da escola e se jogava à frente da TV, os irmãos começaram a se preocupar com a sua ausência. Depois de buscas feitas pelos próprios familiares na região, a polícia foi acionada, mas o caso não foi solucionado.

O caso da menina Stefani foi o primeiro durante a gestão de Daniele para o qual não se obtinha respostas. Um suspeito, vizinho da família, chegou a ser preso, mas foi liberado por falta de provas. Uma testemunha, durante o processo, registrou a informação de que vira a menina no ponto de ônibus. Outra testemunha afirmou ter visto duas mulheres na região da casa da menina juntamente com ela.

Daniele podia contar agora, em sua segunda gestão, com o trabalho de um artista forense, que era capaz de desenvolver retratos falados e envelhecimentos digitais. Diego Pires, o profissional responsável por tal técnica havia iniciado no Sicride durante a gestão de Ana Cláudia. Após colher depoimentos sobre o caso de Stefani, a delegada fez o pedido de dois retratos falados, que foram divulgados no dia 28 de junho. As imagens indicavam uma mulher morena e uma loura, que supostamente foram vistas em contato com a menina.

Os meses passavam sem que respostas sobre o enigmático caso de Stefani surgissem. Era preciso desenvolver, ao mesmo tempo, outras investigações e trabalhos de outras naturezas, como o de prevenção, ao qual Daniele havia se atentado. A partir de levantamento dos últimos anos, constatou-se que os casos de desaparecimento por motivo de pedofilia haviam crescido consideravelmente. Era necessário unir forças para combater o crime contra inocentes. Apesar de não haver regra, algumas características podiam ser expostas sobre as ações dos pedófilos.

“ *Eles conversam. Um ponto bem importante: essas crianças são muito carentes, qualquer um que chega falando qualquer coisa consegue. Não é com violência, a maioria das vezes não é. Oferece uma bala. Então, elas têm de estar bem orientadas. Aquela história de não aceite nada de estranhos é o que vale. Porque é isso mesmo. E eu vejo que é a maioria. Aí uma bala, pega ali com o tio...* ”

Prestes a completar um ano desde sua volta ao Sicride, a delegada Daniele compreende que na delegacia especializada não é possível prever uma rotina. Cada dia se torna único e envolvente, desafiando e cobrando a implantação de novas medidas e iniciativas. Atualmente, vários projetos estão em andamento, como a tentativa de vincular os boletins de ocorrência dos casos de desaparecimento no interior ao Sicride, por meio

da informática, contribuindo para diminuir o tempo entre o acontecimento e o conhecimento sobre o mesmo, pelo órgão.

Outra medida é a implantação de um sistema de escuta para otimizar a análise de provas que podem levar a desvendar mistérios envolvendo desaparecimentos, entre outras ações que surgem a todo o momento, para que o órgão conquiste ainda mais credibilidade e, mais do que isso, cumpra o objetivo a partir de sua criação: o de dar esperança e respostas às famílias que lidam com o desaparecimento daqueles a quem amam.

“ *Aqui não tem muita rotina. Essa semana teve um caso, a gente estava concentrado nessa questão de divulgação de retrato falado e de repente apareceu uma denúncia lá em Brasília, tive de deslocar um pessoal pra lá correndo. Tem os períodos de calma e tem os períodos em que parece que acontece tudo ao mesmo tempo. Costumo vir todos os dias. A gente faz os atendimentos aqui, psicólogo, faz os B.O.s, costumo despachar os procedimentos. Precisando eu viajo junto com eles [os investigadores] também, para participar das diligências. A gente participa bastante das atividades dos policiais, eles estão sempre me passando informações. Há cobrança nesse sentido, pro trabalho não ser atrasado. E nem eles deixam, eles são bem responsáveis. O que é bonito aqui é que todo mundo se dedica, porque é uma causa que é bem importante. Então você nem consegue dormir tranquilo.*

Integrantes do serviço especializado têm ainda mais um motivo de comemoração: em pouco tempo, o Sicride ganhará uma sede nova, onde também estará o Nucria. Daniele Serigheli, atual delegada, vê a conquista como mais um passo que trará mais reconhecimento ao Sicride. A proximidade das duas unidades em uma mesma estrutura poderá

contribuir muito para o desenvolvimento de parcerias e ações. Em relação às investigações em andamento, apenas um dos casos surgidos em 2012 ainda permanece sem solução.

BASTIDOR

A semana de entrevistas em Curitiba estava terminando e correspondia aos últimos dias do mês de junho. Era indispensável o contato com a atual delegada do Sicride, Daniele de Oliveira Serigheli. As tentativas de contato com Daniele, desde o início da semana, não haviam sido satisfatórias. Parecia que a agenda da delegada estava cheia e os trabalhos do Sicride a todo o vapor. Era 28 de junho de 2012, um dia antes do término das entrevistas, quando o contato se efetivou. A manhã daquela quinta-feira estava quente, contrariando a expectativa do frio tipicamente curitibano. Após pedir ajuda para alguns comerciantes, pareceu fácil chegar até o prédio onde ficava a assessoria de imprensa responsável pelo Sicride.

Depois de aproximadamente meia hora dentro do veículo alaranjado de transporte público, característico da capital paranaense, era hora de descer. As informações davam conta de que era ali, próximo ao Museu Oscar Niemeyer, conhecido popularmente como 'Museu do Olho'. De fato. Não era necessário andar muito para chegar à sede da Secretaria de Segurança Pública, logo ao lado, localizada à Rua Deputado Mário de Barros, 1.290. O destino era o 5º andar do Edifício Caetano Munhoz da Rocha. Apenas uma rápida informação na recepção foi necessária para se chegar enfim ao Departamento de Comunicação.

Uma jornalista, aparentando ter não mais que 25 anos, com cabelos pretos e compridos, atendia a quem chegasse ao local de forma simpática. O contato foi rápido e, após a entrega de documento oficial requerendo a conversa com a representante do Sicride, o encontro com a delegada Daniele ficou marcado para o próximo dia, sexta-feira.

Chegar à Rua José Loureiro já não era mais um desafio e o trajeto podia ser feito a pé. A entrevista estava marcada para as 14h. A sala de espera no interior do Sicride, localizado no segundo andar no edifício de

número 376, era iluminada por uma lâmpada fluorescente, forrada por um carpete acinzentado e tinha três cadeiras. Os telefones não paravam de tocar, ao mesmo tempo em que investigadores entravam e saíam de uma porta ou outra. Os cartazes afixados nas divisórias de fórmica na cor bege indicavam a causa de busca por crianças desaparecidas. “Esta saudade pode ter fim. Sua informação pode trazer de volta uma criança desaparecida”, dizia um deles.

A espera não durou mais que quinze minutos. O barulho da porta veio acompanhado da solicitação de identificação. Já dentro da sala da delegada Daniele Serigheli, contato com aquilo que já era familiar: registros e indicações de casos de desaparecimento. Daniele vestia um casaco preto que combinava com sua formalidade, enquanto delegada. Magra, de média estatura e com cabelos castanhos ligeiramente abaixo do ombro, mantinha o ambiente de trabalho muito bem organizado. Poucos armários e uma mesa grande compõem a mobília do local. Sobre a mesa, estavam separados documentos atualizados preparados para a entrevista. Tão logo a entrevista começou, foi transformada em um bate papo fluido, que permitiria conhecer ainda mais a atuação do Sicride.

NONO CAPÍTULO

“TER UM FILHO DESAPARECIDO É TER A VIDA SUSPENSA”

A frase que abre o capítulo é de autoria de Arlete Ivone Caramês. A história aqui descrita é fictícia. Reflete o cotidiano tranquilo de uma família de classe média, que jamais pensou que vivenciaria a dor que alguns pais já vivenciavam. Aquela segunda-feira, 17 de junho de 1991, poderia ter acontecido exatamente como o relatado a seguir. Não fosse, por volta das 11h30, Guilherme nunca mais ter voltado para casa. O almoço esfriou e a data nunca mais foi comemorada, embora marcasse o aniversário da avó materna do garoto. É uma lembrança que Arlete poderia ter hoje, substituída pela eterna dor que carregará no peito até as últimas consequências. As linhas vêm em forma de homenagem e reflexão sobre a movimentação que começou depois de tudo isso. O que teria acontecido se, naquele dia, o menino de oito anos tivesse entrado em casa e almoçado na presença da família?

Já acumulando suor na testa, empapando os cabelos escuros, dessa vez a fome falou mais alto. Mal a avó apareceu na porta de casa, o neto já se dirigia ao portão, empunhando sua bicicletinha do lado direito e tentando abrir a porta de casa com a mão esquerda. Demonstrando dificuldade em fazer aquilo, Sueli Caramês deu uma risada prolongada e correu ajudar Guilherme. Tinha fome, e o cheiro do bife frito havia poucos instantes fez com que salivasse pelo prato, que viria acompanhado de arroz e feijão com as batatas fritas que também gostava. Pediu comida e, com um tapinha de leve no ombro, Sueli pediu que ele fosse se aprontar

para o colégio. Serelepe, correu porta adentro para se arrumar. Passou no quarto, pegou o uniforme em tons azul e branco da escola que estava organizado sobre a cama e se dirigiu ao banheiro.

Enquanto abria devagar o chuveiro e esperava a temperatura da água ficar agradável, ouviu um carro frear logo na entrada de casa. Deveria ser Arlete. Deixou a água morna cair nos cabelos já escorridos e esfregou-se rapidamente com o sabonete de aroma delicado. O vapor da água quente impregnava o box de acrílico – convite certo para que Guilherme desenhasse na superfície úmida com o dedo indicador. Saiu enrolado em uma toalha azul, empoçando água no tapete. Enxugou-se e se arrumou ligeiramente. Abriu a porta gritando pela mãe. Será que poderiam comprar o coelho naquela segunda-feira? Tinha sugestões de nomes mirabolantes para o animalzinho de rabo felpudo. Ele seria branco de olhos vermelhos, igual à canção que entoava na época de Páscoa na escola. Abraçou-a, dando-lhe o primeiro beijo do dia e logo se pendurou na cadeira para alcançar a carne que tinha aparência suculenta.

- Anda, Gui. Vai se atrasar para a escola – repreendeu a mãe.

Descalço, comeu uma pratada em poucas garfadas. Dava gosto de ver o apetite do garoto. Tomou em um só gole o suco de laranja e foi até a sala para calçar os tênis. Enquanto isso, na cozinha, Arlete preparava o lanche da tarde do menino, com as bolachas que ele mais gostava. Lembrou-se da última vez que foi com Guilherme até o supermercado do centro. Depois de estacionar o carro, o filho fez birra que não queria descer. Ela já deveria saber que o ambiente não agradava o garoto. Tentou convencê-lo de que compraria guloseimas se ele a acompanhasse. Nada feito. Pediu para que ela fosse rapidamente, que ele a esperaria. Em sua companhia, Arlete não descuidava por um instante sequer de seu único filho e deixá-lo dentro do carro por alguns minutos não era uma opção viável. Deu risada ao lembrar-se do feito. Naquele dia de compras, voltou para casa com o carro vazio e o coração de mãe tranquilo de que tinha

feito a escolha certa. A teimosia de Guilherme sempre foi motivo de risos em casa. Voltou a si e fechou a lancheira do filho, juntando às bolachas um achocolatado.

Naquele tarde ensolarada, acompanhou-o até o ponto, como sempre fazia. O ônibus da escola já apontava na quadra que antecedia à de sua residência. Observou o jardim do próprio lar e lembrou-se de que tinha de chamar o jardineiro para aparar a grama verde escuro, vistosa. Observou o menino subir na condução, pensando em como o garoto também crescia depressa. Era um dos mais altos entre os coleguinhas da sala. Esperto, Arlete ficava tranquila, pois sabia que não precisava pegar no pé do filho para estudar. Ele sabia conciliar bem as tarefinhas com as brincadeiras em casa. Estudava no colégio Marista Santa Maria, uma das mais tradicionais instituições católicas da cidade.

Sempre com pressa, deu um abraço ligeiro em Sueli, desejando-lhe feliz aniversário. A noite seria de festa, então ela curtiria a própria mãe no tempo certo, após o expediente que continuou por toda a tarde no banco Banestado. Naquele dia estava animada com a reunião que fariam mais adiante – a família estaria toda reunida, com o filho, o marido e a mãe dividindo um momento especial e uma fatia de bolo que ela compraria logo que saísse do trabalho. Comentou com o chefe, Heitor Wallace de Mello e Silva, os preparativos para o aniversário de Sueli. Amigos de longa data, ele perguntou como estava Guilherme. Orgulhosa, ela relatou a ligação que ele havia feito naquela manhã, e os dois riram da persuasão convincente do menino para a compra de um coelho branco. Conversaram sobre o primo de Heitor, Roberto Requião, que no dia 15 de março daquele ano fora eleito para substituir Álvaro Dias no governo do Estado. Nas últimas eleições que ele, candidato do PMDB, disputou na capital, contou com o voto de toda a família de Arlete, que simpatizava com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Arrumou a própria mesa, trancafiou as gavetas e saiu rumo a uma

doceria para comprar uma torta. O mês de junho era também época de morango, o que convenceu Arlete a levar para casa um bolo da fruta com chantilly. Seguiu o mesmo caminho que percorria diariamente, e naquele fim de tarde também tinha a expectativa de rever o filho e saber o que ele tinha aprendido na escola. As professoras sempre eram só elogios a Guilherme. Enquanto dirigia para chegar à rua Osório Duque Estrada, enfrentava o tráfego de veículos que queriam voltar logo para casa. Via árvores, residências e estabelecimentos correndo pela janela, observando pedestres pelo retrovisor do automóvel. Enquanto isso, pensava no futuro do filho. O que será que ele seria quando crescesse? Aos 18 anos, escolheria para qual curso iria prestar o vestibular. Engenharia? Agronomia? Nem viu os minutos passarem e chegou ao portão de casa, quando o pequeno apareceu na porta da frente para recepcioná-la já no carro. Estava arrumado, pronto para a comemoração. Perguntou se teria bolo e se era de chocolate. Ficou desapontado quando soube que a torta era de morango, mas doce era doce. Se a avó permitisse, poderia assoprar também as velinhas coloridas.

O momento dos parabéns era o mais esperado pelo garoto, que cantou a nova idade no dia 17 de janeiro. O jantar àquela noite fora especial e, de sobremesa, saborearam a torta. Ao cortar o primeiro pedaço, de baixo para cima para que o pedido se realizasse, Sueli pediu em silêncio para que o neto crescesse saudável e feliz. E que o bom Deus lhe desse tempo suficiente de vida para vê-lo crescer. O primeiro pedaço foi para o menino, já ansioso para comer o doce. O recheio continha suspiros, que Guilherme achou o máximo. Lambuzou-se até dizer chega e repetiu a dose. O que sobrou da lembrança de um aniversário feliz foi guardado em uma vasilha de plástico e armazenado na geladeira. A noite reservava um vento gélido, que fez com que Ewaldo, marido de Arlete, fechasse as janelas de casa.

Dona Sueli completou 67 anos, mas tinha a vitalidade dos mais

novos. Arrumou pique para limpar as mãozinhas açucaradas do neto e pediu para que ele fosse com o pai até a sala, para ver tevê enquanto ela ajeitava a cozinha. Arlete já recolhia os copos da mesa e empilhava os pratos na pia, preparando-se para lavar a louça. As duas dividiram a tarefa e, enquanto uma limpava a bagunça e a outra enxugava e guardava os objetos no armário, conversavam sobre histórias antigas, lembrando um passado já distante. Sueli lembrou-se de quando Arlete nasceu. A família morava em Santa Catarina, na cidade de Porto União. Moravam em uma casa de arquitetura clássica, construída com tábuas de araucária – a mesma araucária que viram quando se aproximavam do novo lar: Curitiba. E hoje, depois de muito cobrar a filha, finalmente era avó.

E que delícia ser avó! Com os compromissos da vida já feitos, realizava-se mimando o garoto. Não tinha a responsabilidade de mãe, mas o amor que tinha pelo menino era igual. Olhou para o relógio que indicava a proximidade das 22 horas. Já passara do horário de o neto ir para a cama e ela também estava exausta. Chamou Guilherme e disse para que ele fosse colocar o pijama, que logo eles iriam dormir. Deu um beijo na filha e despediu-se do genro, agradecendo pela comemoração, e seguiu pelo corredor até o quarto que dividia com o garoto. Travesso, despediu-se da mãe e do pai com um abraço em cada, acompanhando a avó nos sonhos que teria naquela noite. Estava com a barriga cheia e sentia que precisava descansar.

- Vó, amanhã você dá uma volta comigo de bicicleta?

Ela riu. Como dizer não a tal pedido? Afirmou que passearia com ele logo pela manhã, desde que ele a ajudasse com o almoço. Trato feito. As camas ficavam de lados opostos no quarto e, de onde ela se deitava, conseguia ver o rostinho do neto repousar tranquilamente no travesseiro. “Boa noite”, ela ouviu, antes de as luzes se apagarem.

Arlete sentou-se ao lado do marido no sofá, para ver tevê. Ewaldo gostava bastante de ler jornais e deixou as edições de domingo espalhadas

pela mesinha de centro. Uma das reportagens chamou a atenção da bancária: o personagem da semana na Folha de S. Paulo contava o drama de um menino de 12 anos que havia sido resgatado pela polícia. Leu em voz alta para Ewaldo. “Como o passeio fazia parte das aulas de geografia, Renato (como gosta de ser chamado) decidiu ir mesmo a contragosto. Por volta de 14h, ele integrava um grupo de alunos que tinha se distanciado do resto da turma. Já cansado e com dores nas pernas, Renato se apressava quando se deparou com uma bifurcação na trilha. “Escolhi a que achei mais segura”, diz. A pena pela opção errada foi passar cerca de 20 horas sozinho, perdido na mata.” – imagine só, pensou, quando o filho tiver idade para dar início às excursões da escolinha. Só de pensar em tê-lo longe por algumas horas já a deixava incomodada, imagine se, aventureiro do jeito que era, resolvesse optar por um caminho difuso e se perder dos coleguinhas e professores?

O sumiço do menino Renato, de apenas 12 anos, fez com que eles se lembrassem de Rodrigo Novicki e Ewerton de Lima Gonçalves, meninos que tinham desaparecido anos antes em Curitiba. Os dois casos repercutiram muito na época. Rodrigo havia desaparecido quando Guilherme tinha 4 anos e Ewerton era apenas um ano mais novo que o filho de Arlete e Ewaldo quando desapareceu na frente da própria casa. Sentiu um frio percorrer-lhe a espinha. Durante a década de 1980, uma quadrilha de tráfico de crianças atuava no Paraná, motivo suficiente para toda mãe, de primeira viagem ou não, temer pela prole. Houve um período de forte histeria coletiva em todo o Estado. Os pais aconselhavam as crianças a não conversarem com estranhos. Valia até mesmo contar, como se relatasse uma história de terror, as lendas do Homem do Saco, que levava para longe os meninos desobedientes. Por isso obedecer aos pais era fundamental: jamais aceitar doce de estranhos e conversar com gente que nunca viu.

Contou temerosa ao marido os pensamentos que a atormentavam:

e se um dia Guilherme desaparecesse? Ele a tranquilizou, dizendo que aquela situação jamais aconteceria, e que era para deixar esses pensamentos assombrosos de lado. Mas Arlete lembrou-se de sua xará, Arlete Honorina Victor Hilu, presa em 1988 pela Polícia Federal, acusada por tráfico internacional de crianças. Ela vendia bebês para casais estrangeiros. Os preços divulgados da comercialização variavam de 5 mil a 50 mil dólares por criança. No ano anterior, ela havia sido solta em liberdade condicional, mas suspeitava-se de que ainda agia na região Sul do País.

- Você não acha, meu bem, que o Rodrigo pode ter sido vítima dessa mulher? – questionou o marido.

- Quem sabe? A polícia nunca encontrou provas, não é mesmo?

- O menino... tadinho! Tinha quase 2 aninhos. Era uma criança que se encaixa no perfil que essa quadrilha buscava. Em Curitiba, isso, meu Deus! Que absurdo!

Segurou a mão da mulher, alisando calmamente os cabelos lisos dela, como se dissesse: “vai ficar tudo bem”. Já se aproximava das 23h30, e o dia seguinte reservava mais trabalho ao casal. Ewaldo levantou-se e desligou a televisão, puxando Arlete do sofá para que o acompanhasse no descanso. Antes de ir para o quarto dormir, parou por um momento na porta do quarto do filho e da mãe, observando a luz do corredor iluminar fracamente as feições angelicais de seu menino. Dormia profundamente, esboçando um sorriso doce no rosto. Deveria sonhar com algo bom. Com mais um pedaço de torta, pensou. O marido esticou o braço forte, enlaçando Arlete em um abraço. Ficaram por um momento fitando o fruto daquele matrimônio que se consolidaria, oficialmente, dali a algum tempo. Eles não eram casados oficialmente, e pretendiam uma grande festa para a união ainda naquele ano.

Repousaram um ao lado do outro, na cama. Ewaldo sentiu que algo não estava certo, pois a mulher estava bastante pensativa.

- O quê foi, Arlete?
 - Estava pensando nos meninos que sumiram. Como é que essas famílias estão? Será que não tem ninguém por eles? Ninguém se sensibiliza para lutar pela causa deles?
 - Às vezes as pessoas só tomam dimensão das coisas quando atingem a própria vida, não é? Se fosse filho de policial, duvido que estariam nessas condições.
 - Se alguém do governo também se solidarizasse...
 - Mas não vamos pensar nisso. Está tarde. Boa noite.
- Deu-lhe um beijo e fecharam os olhos. Naquela noite, Arlete pediu em oração para que nada de ruim acontecesse com Guilherme. E para que Deus confortasse as famílias das crianças desaparecidas, para que um dia pudessem ter os filhos de volta em seus braços.

A união da dor de 12 famílias que sofriam todos os dias pela ausência de suas crianças correndo e brincando pela casa intensificou e deu voz à causa dos desaparecidos. Sob a liderança de Arlete Caramês, tornou mais visível o próprio ferimento invisível aos olhos dos que não tinham sensibilidade o suficiente para ver ali não um problema de alguns pais e mães, mas um problema social. Dados da Secretaria Especial dos Direitos Humanos divulgados em 2009 apontam que anualmente desaparecem aproximadamente 50 mil crianças e adolescentes em todo o Brasil. A falta de um registro concreto e efetivo sugerem um número bem menor contabilizado pelo Ministério da Justiça: 10 mil desaparecimentos anuais. Tempos de constantes batalhas frente a novos desaparecimentos perduram. E aquelas 12 famílias que, juntas, conseguiram uma resposta do governo e da própria polícia, hoje parece terem caído no esquecimento.

O Sicride, desde 1995 até o mês de junho de 2012, atendeu 1.342

casos de crianças que desapareceram em território estadual. Desses, 23 continuam sendo investigados, ainda sem solução. Os 1.319 casos solucionados são vistos com grande vitória por parte das equipes que atuaram no órgão durante esses 17 anos. Correspondem a 98% de solução, estimativa alta para o Paraná, o que o coloca a frente de muitos outros Estados brasileiros. Ainda é o único que contém um serviço exclusivo para prevenção e buscas de crianças em nosso país. Embora eficaz, a expectativa é sempre voltada para que 100% das ocorrências terminem com um final feliz. Os esforços que começaram em 1992 com a criação do CriDesPar resultou em mais de mil crianças de volta ao lar e famílias felizes, mas não trouxeram de volta as crianças que motivaram tudo isso.

O tempo pode atenuar o sofrimento, mas jamais preencherá a lacuna que ficou. Embora tenham conseguido uma resposta das autoridades para o próprio problema, jamais tiveram uma resposta concreta do que realmente aconteceu naquele dia que nunca mais esquecerão. Daquela última lembrança que perdurará na memória, enquanto o tempo encarregar-se de levar cada vez mais para longe essas histórias enterradas em terra vermelha. Em solo paranaense e em luta desleal com famílias que nunca mais tiveram uma noite de sono tranquila. Como é acordar todos os dias pensando em como estaria o próprio filho hoje? Um ano, cinco anos, dez anos, vinte anos depois do fatídico dia. Das 12 histórias que mudaram o rumo das investigações de casos de crianças desaparecidas no Paraná, apenas uma conseguiu enterrar o passado perto de casa. Leandro Correia hoje repousa em um túmulo em Campo Mourão, mas jamais descansará em paz. No pensamento de Djanira dos Santos Correia, ainda vive. E nas mãos da polícia, ela deposita a esperança de saber o que é que ocasionou sua morte.

Em 17 anos de existência, o Sicride atendeu 1.342 casos de crianças que desapareceram em território paranaense. Desses, 23 continuam sendo investigados, ainda sem solução. Os 1.319 casos solucionados são vistos como grande vitória por parte das equipes que atuaram no órgão durante esse período.

Correspondem a 98% de solução, estimativa alta para o Paraná, o que o coloca à frente de muitos outros Estados brasileiros. Ainda é, hoje o único que mantém um serviço exclusivo para prevenção e buscas de crianças desaparecidas no País. O que teria motivado a criação de um serviço policial especializado no desaparecimento de crianças? O destino de 12 famílias se cruzaria antes que uma mudança de fato acontecesse, em meados de 1995.